

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PATRICIA SOUZA BRAGA

HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA E A EXPERIÊNCIA DE APRENDER A  
NARRAREM-SE EM UM CURRÍCULO

BELO HORIZONTE

2019

PATRICIA SOUZA BRAGA

HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA E A EXPERIÊNCIA DE APRENDER A  
NARRAREM-SE EM UM CURRÍCULO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da UFMG, na Linha de Pesquisa Currículos, Culturas e Diferença, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestra em Educação.

Orientação: Profa. Dra. Maria Carolina da Silva Caldeira

BELO HORIZONTE

2019

B823h Braga, Patricia Souza, 1980-

T

Homens autores de violência e a experiência de aprender a narrarem-se em um currículo [manuscrito] / Patrícia Souza Braga. - Belo Horizonte, 2019. 120 f., enc.

Dissertação -- (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

Orientadora: Maria Carolina da Silva Caldeira

Bibliografia : f. 114-118

Apêndice : f. 119-121

1. Educação -- Teses. 2. Violência conjugal -- Teses. 3. Violência contra a mulher -- Teses. 4. Violência - aspectos psicológicos -- Teses. 5. Violência -- aspectos sociais -- Minas Gerais -- Teses. 6. Violência (Direito) -- Teses. 7. Prisões -- Teses.

I. Título. II. Caldeira, Maria Carolina da Silva. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação

CDD- 301.412

**Catálogo da Fonte<sup>1</sup> : Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)**

Bibliotecário: Ivaney Duarte. CRB6 2409

(Atenção: É proibida a alteração no conteúdo, na forma e na diagramação gráfica da ficha catalográfica<sup>2</sup>.)

1 Ficha catalográfica elaborada com base nas informações fornecidas pelo autor, sem a presença do trabalho físico completo. A veracidade e correção das informações é de inteira responsabilidade do autor, conforme Art. 299, do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940 - "Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita..."

2 Conforme Art. 297, do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940: "Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro..."

3 Conforme Art. 297, do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940: "Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro..."

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Carolina Silva Caldeira – UFMG**

Orientadora

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andréa Moreira Lima – UNA**

Examinadora Externa

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marlucy Alves Paraíso – UFMG**

Examinadora Interna

**Prof. Dr. André Márcio Picanço Favacho – UFMG**

Examinador Interno

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cíntia Maria Teixeira – UniBH**

Suplente Externa

**Prof. Dr. Filipe Santos Fernandes – UFMG**

Suplente Interno

## AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas me acompanharam, mesmo de longe, nesse percurso, que não começou com a entrada no mestrado. Começou quando esta dissertação era ainda um projeto distante. Agradeço aqui esses encontros que a vida me proporcionou, de beleza, força, amor e também de tensão.

Agradeço a meus pais e minha irmã. Ao meu pai (*in memoriam*) por me ensinar o gosto pelas histórias, as mais mirabolantes, divertidas e as trágicas. À minha mãe por me incentivar e ter me dado as condições para voar cada vez mais longe. À minha irmã pela insistência em ser uma presença amorosa em minha vida.

Aos amores da minha vida, João e Miguel, agradeço pela torcida, pelo amor, pela paciência, por serem tão especiais! Sem o apoio e a compreensão de vocês essa caminhada não teria sido tão incrível.

Agradeço aos amigos e familiares que me apoiaram e foram compreensivos com minhas ausências, especialmente Felipe Fulgêncio, Pedro Aspahan, Eduardo Freire e Fernanda Carrera. Agradeço o carinho e apoio que recebi e recebo da família Batista Leite nessa caminhada. Eugênio, Ana, Luciana, Gabriela, Beto, Marrate, Bruno, Marina e Tiago vocês são especiais!

Sou grata à família de afeto que venho construindo, com laços ornados de amor, respeito e alegria: Antônio, Liz, Théo, Michelle, Mariana, Lucilene, Bruno, Ingrid e Dallet. Amo demais e sou muito feliz por tê-los comigo!

Aos companheiros/as do Programa Ceapa e da Política de Prevenção à Criminalidade, meus agradecimentos pelo respeito que sempre tiveram pelo meu trabalho, pela confiança que construímos. A liberdade que sempre tive no Programa colaborou para que eu aprimorasse meu olhar e minha prática, permitindo-me demorar nas histórias que ouvia. As parcerias e os afetos foram muitos. Agradeço, especialmente, a Lucas Miranda, Mara Alves, Andreza Rafaela, Luciana Oliveira, Cristiene Fernandes, Fernanda Helena e aos homens que me aceitaram no espaço do grupo reflexivo pesquisado. Aos amigos do CPC BH, ao Instituto Elo, gestoras, colegas analistas, Néia, Soraia, Kelly, Anderson e Fábio, muito obrigada!

Fui recebida na Fae de modo tão caloroso que me emociono sempre ao lembrar. Primeiro foi a Rose, da secretaria da pós-graduação que, com sua delicadeza e paciência, me orientou sobre o que devia organizar, as matérias a cursar e sobre tudo o que foi necessário desse dia em diante. À Áquila Bruno e ao Thiago César, agradeço o carinho e os momentos de partilha de angústias, matérias e alegrias!

Aí veio ela, minha orientadora Carolina Caldeira! Carol, obrigada por ter me escolhido, por ter apostado em mim, por não me dar folga! Acho que formamos uma parceria muito boa! Obrigada por ter me guiado bem juntinho a você e, ao mesmo tempo, livre para circular por outros grupos e saberes. Isso só fez aumentar a admiração que tenho por você! Agradeço com carinho à Ieda, Pollyanna, Maria Beatriz, Mariani, Isabela, Carla e ao Diego pelas leituras cuidadosas e pelos momentos de amadurecimento mútuo.

Obrigada, Marlucy, figura sem par! Generosa, afetiva e muito viva! A vivência com você e em seu grupo me proporcionou o amadurecimento da escrita, a construção de um estilo, mas, principalmente, a possibilidade real de uma rede de afetos dentro da universidade. Obrigada, Camila, Érika, Gláucia, João, Rhaíssa, Sabrina, Poly Camargos, Jaime, Bárbara Carvalho, Maria Patrícia, Carla, Maíra e Tayline. Vocês tornaram os dias mais divertidos, as discussões mais ricas e o meu corpo mais rechonchudo e feliz!

Obrigada à professora Shirlei Sales por me apontar questões importantes. Pela turma da Shirlei também circulei e me encantei. Obrigada, Heloisa Andrade, Gabriel, Danilo e Carol Giovannetti. Aprendi muito com a delicadeza e com a força dessas pessoas.

Obrigada, André Favacho! Foi uma alegria essa caminhada tendo você por perto. Você e sua turma trouxeram mais seriedade e leveza para meus estudos e para minha vida! Você é do tipo de professor que nos faz desejar mais e mais conhecer, entender e viver! Obrigada ao seu grupo, do qual me sinto parte: Patrícia Dorotério, Oscar, Ginaldo, Gilmar, Ronalte e Darci (que adoro e com quem aprendo tanto!) por todas as partilhas e gargalhadas!

Agradeço às pessoas que participaram do grupo de Estudos Foucaultianos. Foi um ano rico, de muitas trocas importantes. Sigamos!

Às/aos professoras/es, às pessoas da secretaria e demais funcionárias/os do Programa de Pós-Graduação agradeço pela aprendizagem, paciência e disponibilidade.

À Andrea, Filipe e Cíntia agradeço por terem aceitado participar da banca. É muito bom ter por perto quem nos inspira.

Agradeço, especialmente, à Camila e ao Danilo. O que fizemos desse encontro foi algo que não cabe aqui, que não cabe em mim. Amizade com tanto amor a gente não perde tempo descrevendo, a gente vive! Muito obrigada!

Agradeço, por fim, mas de fundamental importância em minha vida, ao meu terapeuta Reges Chagas e ao grupo de supervisão, que me ajudaram a manter a saúde mental, muitas vezes difícil de equilibrar diante de tantas demandas.

## RESUMO

A despeito da cultura do encarceramento em nosso país e da convocação a penalidades cada vez mais severas para quem comete atos de violência, especialmente contra mulheres, um tratamento diferente vem sendo infligido aos autores desse tipo de crime no Estado de Minas Gerais, por meio da Política de Alternativas Penais. As alternativas penais são um conjunto de penas e medidas restritivas de direito empregadas em resposta a um crime. Em Belo Horizonte, a penalidade de grupos reflexivos é aplicada a homens autores de violência e foi pensada como medida de proteção às mulheres. Ao apresentar e discutir com esses homens outros modos de resolução de conflitos, estaria prevenindo possíveis novas agressões. No entanto, os homens encaminhados pela Justiça dessa cidade para cumprir tal penalidade chamaram atenção pela predominância de certos aspectos: a maioria era pobre, moradora das periferias, com baixa escolaridade, trabalhadores informais, não-brancos. Eram corpos que diziam de uma precariedade, que poderiam facilmente ocupar o lugar da abjeção. Vidas infames, sem as marcas que visibilizam riqueza, instrução, privilégios. Um enquadramento produzido por relações de poder empurra esses homens, e não outros, para as fronteiras da humanidade, fazendo-os ocupar um entre-lugar: nem homens, nem monstros. Esta dissertação, construída sob a égide de conceitos extraídos das teorias de Michel Foucault, Judith Butler e Jorge Larrosa, teve como objetivo analisar, utilizando a metodologia de análise narrativa, a experiência de homens autores de violência contra a mulher, tidos como infames, ao narrarem-se no currículo de um grupo reflexivo ao qual foram submetidos em resposta ao ato criminal cometido. Por meio de uma penalidade determinada pela Justiça, esses homens são submetidos a um currículo e às suas tecnologias de poder para, a partir do fomento à reflexão, governarem-se de outro modo. Esse outro homem que deve ser produzido por meio desse currículo deve saber resolver seus conflitos utilizando estratégias como a reflexão e o diálogo, recusando a violência como resposta. O argumento geral desenvolvido foi o de que esse currículo promoveu mais do que se propôs: deu as condições de possibilidade para a emergência da experiência em homens comumente invisibilizados, a partir da oportunidade que tiveram de contar e ouvir histórias das fronteiras por onde circulam.

Palavras-chave: Currículo. Homens autores de violência. Governo. Narrativa. Experiência

## ABSTRACT

Despite the culture of incarceration in our country and the call for ever more severe penalties for perpetrators of violence, especially against women, a different treatment has been inflicted on perpetrators of this type of crime in Minas Gerais, through the Policy of Criminal Alternatives. Criminal Alternatives are a set of penalties and restrictive arrangements of law applied in response to a crime. In Belo Horizonte, the penalty of reflexive groups is applied to men perpetrators of violence and was intended as an arrangement to protect women. Presenting and discussing with these men other ways of conflict resolution, it would be preventing possible further aggressions. However, the men sent by the Justice of that city to fulfill such penalty called attention by the predominance of certain aspects: the majority was poor, resident of the peripheries, with low education, informal employees and nonwhite people. They had precarious lives, that could easily occupy the position of abjection. Infamous lives, without the marks that envisage wealth, education, privileges. A framework produced by relations of power pushes these men, not others, to the frontiers of humanity, making them occupy an inter-place: neither men nor monsters. This dissertation, constructed under the aegis of concepts drawn from the theories of Michel Foucault, Judith Butler and Jorge Larrosa, aimed to analyze, using the methodology of narrative analysis, the experience of men authors of violence against women, considered as infamous, in the curriculum of a reflexive group to which they were submitted in response to the criminal act committed. By a penalty determined by Justice, these men are submitted to a curriculum and to their technologies of power to, from the foment to the reflection, to govern themselves of another way. This other man who must be produced through this curriculum must know how to resolve their conflicts using strategies such as reflection and dialogue, refusing violence. The general argument developed was that this curriculum promoted more than it had proposed: it gave the conditions of possibility for the arise of the experience in commonly invisible men, from the opportunity that they had to tell and to hear histories of the borders by which they circulate.

Keywords: Curriculum. Men perpetrators of violence. Government. Narrative. Experience.

*Às vezes tenho a impressão de que escrevo por simples curiosidade intensa. É que, ao escrever, eu me dou as mais inesperadas surpresas. É na hora de escrever que muitas vezes fico consciente das coisas, das quais, sendo inconsciente, eu antes não sabia que sabia (Clarice Lispector, 2010, p. 85).*

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>8</b>
<b>1 SOBRE INFÂMIA, MODOS DE PUNIÇÃO E TECNOLOGIAS DE PODER-SABER</b> .....	<b>15</b>
<b>1.1 NORMA, EXAME, CONFISSÃO E GOVERNO</b> .....	<b>20</b>
<b>1.2 DAS PALAVRAS E DA EXPERIÊNCIA</b> .....	<b>25</b>
<b>2 COM QUANTOS ELEMENTOS SE PRODUZ UM MONSTRO?</b> .....	<b>28</b>
<b>2.1 DE DONO A RÉU</b> .....	<b>29</b>
<b>2.2 DA INVISIBILIDADE COSTUMEIRA AOS TENTÁCULOS DA JUSTIÇA</b> .....	<b>35</b>
<b>2.3 O HOMEM TRABALHADOR, PROVEDOR, CONSERVADOR VIRA MONSTRO EDUCÁVEL</b> .....	<b>39</b>
<b>3 EM MEIO AOS HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA</b> .....	<b>47</b>
<b>3.1 QUAIS HISTÓRIAS QUEREMOS OUVIR?</b> .....	<b>48</b>
<b>3.2 PESQUISADORA-NARRADORA, PARTE DA EQUIPE, PARTE DO GRUPO</b> .....	<b>54</b>
<b>4 “SE O OUTRO NÃO VAI MUDAR, E VOCÊS QUEREM QUE A COISA MUDE, A MUDANÇA VAI PARTIR DE QUEM?” – UM CURRÍCULO INTERESSADO</b> .....	<b>58</b>
<b>4.1 UM CURRÍCULO QUE PARECIA OUTRA COISA DE TÃO FROUXO QUE SE APRESENTAVA</b> .....	<b>60</b>
<b>4.2 ACOLHIMENTO COMO ESTRATÉGIA PARA O CUMPRIMENTO: “SINCERAMENTE, ME ACOLHEU DE UMA FORMA QUE NEM PARECE UM ÓRGÃO GOVERNAMENTAL”</b> .....	<b>72</b>
<b>5 O DIZER A VERDADE SOBRE SI: A CONFISSÃO COMO RITUAL ANALÍTICO</b> .....	<b>81</b>
<b>5.1 – UM CURRÍCULO PARA DIZER A VERDADE SOBRE SI</b> .....	<b>82</b>
<b>5.2 “QUEM NÃO FALOU AINDA?”</b> .....	<b>93</b>
<b>6 NEM TODO MUNDO MUDA, NEM TODO MUNDO PERMANECE IGUAL AO QUE ERA</b> .....	<b>101</b>
<b>6.1 SOBRE ALGO QUE ACONTECE: “EU NÃO PRECISAVA NEM ESTAR AQUI PORQUE FOI BAIXADO POR CAUSA DO NEGÓCIO LÁ, MAS EU FIZ QUESTÃO DE VIR”</b> .....	<b>102</b>
<b>6.2 DO MOVIMENTO DA VIDA: “EU QUERO JÁ AGRADECER A CADA UM, CADA HISTÓRIA DE UM EU PEGUEI UM POUCO. ENTÃO A GENTE APRENDE COM O OUTRO. NINGUÉM APRENDE SÓ.”</b> .....	<b>105</b>
<b>6.3 SOBRE ALGO QUE ME ACONTECE: ELES NÃO SABIAM, NEM EU.</b> .....	<b>108</b>
<b>EPÍLOGO – O ARREIMATE</b> .....	<b>113</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>114</b>
<b>APÊNDICE</b> .....	<b>119</b>

## APRESENTAÇÃO

Explicar do que se trata minha pesquisa nunca foi tarefa fácil. Sentia-me, quase todas as vezes que era convocada a falar sobre ela, impelida mais a justificar do que a contar a principal história que me levou a querer ouvir homens que cometiam violência contra a mulher. Monstros! O que mais poderiam ser esses seres? E monstros usam uma linguagem difícil de entender. Não os entendemos. Não queremos entender. Mas eu queria. Queria entender a confusão que causavam na relação com as mulheres, na relação com eles mesmos, na relação comigo. Queria entender o que falavam, como se sentiam e que efeitos teria neles um espaço de fala e escuta, mesmo sendo um espaço institucional de execução penal.

À época em que minha confusão aumentou a ponto de eu querer pesquisar academicamente como esses homens poderiam fazer do espaço do grupo reflexivo no Programa Ceapa (Central de Acompanhamento de Alternativas Penais) uma outra coisa além do cumprimento de uma medida penal, eu era analista social<sup>4</sup> nesse Programa. O Ceapa é um dos programas da Política de Prevenção à Criminalidade, da Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais. É voltado para o atendimento e acompanhamento a pessoas que cometem delitos de baixo e médio potencial ofensivo<sup>5</sup>, com a pena de prisão, podendo ser convertida em pena de restrição de direitos. O principal objetivo do Programa é prevenir novos crimes, por meio de metodologia que busca a responsabilização em liberdade. As penas podem ser de prestação de serviços à comunidade, pagamento de valores em espécie e grupos reflexivos temáticos.

Era o ano de 2015 e eu estava conduzindo com uma colega um grupo reflexivo sobre violências, em reuniões que aconteciam às quartas-feiras à noite. O grupo contava com 20 a 25 participantes - todos homens -, alguns encaminhados pela Justiça por terem cometido violência contra filhos; outros, contra irmãs/irmãos; a maioria por ter agredido verbal e/ou fisicamente (ex-) namorada/esposa/companheira. Apesar de já ter acompanhado muitos grupos desse tipo, era a primeira vez que eu estava à frente de um. Contava com a parceria de uma colega experiente, que me deixava mais segura para ocupar esse lugar, embora às vezes

---

<sup>4</sup> No período em que trabalhei no Programa Ceapa, o termo era “técnica social”, no entanto, usarei “analista social” no texto porque é o termo que utilizam hoje.

<sup>5</sup> Os crimes classificados como de baixo potencial ofensivo são aqueles cuja pena máxima aplicada não ultrapassa dois anos, cometidos com uso ou não de violência e que são recebidos pelo Juizados Especiais Criminais. Os crimes considerados de médio potencial ofensivo têm pena máxima aplicada de até quatro anos, sem violência ou grave ameaça (LEITE, 2017).

fosse caótico. Muitos homens pareciam lutar contra o que consideravam uma injustiça, mas também contra suas fragilidades e sentimentos. Era desgastante até que ficassem mais à vontade entre eles e conosco.

Uma reunião foi particularmente interessante. Puxamos a discussão sobre como é ser homem ou mulher. Digo “puxamos” porque era isso que nos cabia: puxar, lançar, instigar a discussão sobre um tema. Eles, depois do quarto ou quinto encontro, acabavam por tomar o espaço de fala como algo que lhes pertencesse e nós fazíamos as intervenções que considerávamos necessárias, seja para tentar ampliar a reflexão, seja para dar outro rumo às discussões. Pois bem, nesse encontro lançamos o tema e eles disseram o que pensavam ser uma mulher ou um homem ideal, como deveriam se portar, como deveriam ser as mulheres fisicamente, como deveriam se comportar os homens. Em um grupo montado a partir de um tipo de crime e algumas de suas gradações, bem como da disponibilidade de horários dos participantes, a diversidade de histórias e de crenças não é incomum. O posicionamento de um pode ser confirmado, contestado, criticado, desconsiderado, atualizado, complementado por outro e outros. Com isso, as discussões tomavam um curso muitas vezes inesperado. E foi o que aconteceu nesse dia. As falas iniciais não fugiam de clichês como os que solicitam homens provedores, fortes e corajosos e mulheres passivas, bonitas e dispostas a satisfazê-los.

A conversa foi fluindo de tal modo que, ao final do encontro, alguns homens falavam da preocupação de perderem a companheira por não saberem expressar seus sentimentos. Um deles dizia de como foi seu aprendizado do que era ser homem, feito pelos homens da sua família. Ele aprendeu que expressar sentimentos era sinal de fraqueza, que uma mulher nunca poderia sobrepor-se a ele e que o comando da família deveria ficar em suas mãos. Naquele momento, ele vivia algo que não conseguia controlar: sua esposa dizia de seu descontentamento e ele não sabia o que fazer, o que dizer, o que sentir. Apesar de estar cumprindo a pena por causa de uma briga com a irmã, o que realmente o afligia era a relação com a esposa e também com os filhos. Como exercia certa liderança sobre o grupo, o que ele compartilhava poderia ter efeito sobre outros homens, atingindo um dos objetivos do encontro: colaborar para que os homens voltassem para si, para seus sentimentos, refletindo sobre como se colocavam nas relações que estabeleciam e como podiam se posicionar de outros modos nelas.

Saí desse encontro satisfeita com o que ouvira, com o que vira, como se aqueles que mantiveram durante um tempo a postura de guerreiros diante do inimigo tivessem baixado os escudos e se permitissem conversar sobre outras questões caras a eles. Estava diante de humanos com fragilidades como as minhas; gente falando de seus medos.

Enquanto aguardava para ir embora, em frente ao prédio onde funciona a Ceapa, abri uma rede social, o Facebook. Vi, numa página de ativismo feminista que eu seguia, uma postagem que trazia a notícia da morte de mais uma mulher por seu companheiro. Em destaque, pediam punição mais severa a esses *monstros*. O primeiro pensamento que me veio à cabeça foi: “mas eu não trabalho com monstros!”. Era monstruoso o que eram capazes de fazer, mas eu estava diante de homens, não de monstros. E, desde então, essa questão não me deixou.

Assim, lancei-me perguntas como: que elementos são necessários para que uma pessoa tome a forma monstruosa? Como alguém se torna um monstro ou é deslocado para esse lugar? Como os homens, que até a década de 1970 eram a tal ponto donos dos corpos femininos que estavam autorizados a matar em legítima defesa da honra, tornam-se malditos? Todos os homens estão sujeitos ao exílio que é imposto a um monstro? E, principalmente, como um programa, pertencente a uma Secretaria de Estado, com os objetivos de executar uma pena e prevenir novos crimes, poderia trabalhar de modo a olhar esses homens como homens e produzir homens outros?

Essas questões iniciais, advindas da prática, do trabalho com esses homens, me impulsionaram a buscar mais entendimento sobre essas marcações, que me pareciam localizáveis nos estudos sobre masculinidades e outros estudos de gênero. Com as leituras sobre essa temática percebi que não seria esse o caminho. As características que insistiam em prevalecer sobre o público que cumpria a alternativa penal de grupo reflexivo sobre violências no Programa Ceapa, em Belo Horizonte, me lançaram em outra direção. Estava diante de homens, em sua maioria, pobres, moradores das periferias, com baixa escolaridade, trabalhadores informais, não-brancos. Eram corpos que diziam de uma precariedade, de vulnerabilidades, que poderiam ocupar mais facilmente o lugar da abjeção. Eram vidas infames, obscurecidas por sua simplicidade, tidas como medíocres, sem as marcas que visibilizavam grandeza, riqueza, instrução, privilégios. E que, sem choque com o poder, “nenhuma palavra, sem dúvida, estaria mais ali para lembrar seu fugidio trajeto” (FOUCAULT, 2003, p. 205).

Tratava-se de um enquadramento produzido por relações de poder que empurram esses homens, e não outros, para as fronteiras da humanidade, fazendo-os ocupar um entre-lugar: nem homens, nem monstros. Os enquadramentos são operações de poder (BUTLER, 2017), que colaboram na diferenciação das vidas que contam como vidas, das vidas que devem ser lamentadas, das vidas consideradas monstruosas ou infames. O poder, entendido como relação, como ação sobre a ação do outro (FOUCAULT, 1995), consiste em tramas

complexas. Ele está por toda parte, participa desses enquadramentos. Dizer que ele se exerce por meio de relações “significa dizer que ele circula em rede, que se movimenta em várias direções, que exige vários e pequenos centros de atuação” (FAVACHO, 2010, p. 559).

Por sua capilaridade, sua onipresença, o poder não é só coercitivo, ele é também produtivo. Todo um campo de saber é constituído no exercício do poder. As relações de poder não se esgotam nelas mesmas, “elas se transformam ao menos em saberes, em formas de nomear as coisas, o mundo e o sujeito” (FAVACHO, 2010, p. 559). Por meio delas, temos elementos para classificar, hierarquizar, ordenar, qualificar e punir.

Essas questões me mobilizaram a querer pesquisar o que acontecia nos grupos reflexivos direcionados a homens autores de violência. A punição para os infames, para os meio-homens, meio-monstros, executada pelo Programa Ceapa contou com tecnologias de poder-saber que pareciam ter a função que tinham e mais outra. Essa tecnologia foi composta por um conjunto de técnicas utilizadas para melhor conduzir condutas, na tentativa de prevenir novos crimes e produzir outros homens. Contaram com o falar, com a narrativa sobre si mesmo. Falar, para quem vive próximo às fronteiras, parece ter sido mais que uma punição, foi também uma possibilidade.

Não se falou aleatoriamente. Havia um currículo sendo praticado. Entendo o currículo como uma ferramenta poderosa, utilizada para ensinar e aprender conhecimentos diversos, “saberes, verdades e padrões de comportamento” (CALDEIRA, 2016, p. 17). É também um espaço de “experimentações, de vivências e de práticas que estão envolvidos em relações de poder-saber” (CALDEIRA, 2016, p. 17). O currículo do grupo reflexivo observado nesta pesquisa trabalhava no sentido do governo, aqui entendido como “o ponto de contato do modo como os indivíduos são manipulados e conhecidos por outros encontra[ndo]-se ligado ao modo como se conduzem e se conhecem a si próprios” (FOUCAULT, 1993, p. 207).

Para observar o que acontecia naquele currículo, fiz uso da análise narrativa. A pesquisa narrativa possibilitou analisar as histórias compartilhadas, sendo parte do grupo, parte da equipe e pesquisadora. Numa espécie de trama em que saberes diversos perpassaram, atravessaram ou sobrepueram o currículo pesquisado, foi preciso escolher e usar com cautela os instrumentos para que a confusão sentida e causada por aqueles homens não se misturasse às confusões que eu mesma trazia, para que eu não dotasse de sentido a experiência que era deles. O currículo praticado naquele grupo propiciou a emergência de experiências, nos homens e em mim. A experiência aqui é entendida como aquilo que “que nos toca, ou que nos acontece, e ao nos passar nos forma e nos transforma” (LARROSA, 2002, p. 26). Busquei ampliar a paisagem que estava sendo desenhada. Não cabia a mim interpretar o que estavam

vivendo no espaço do grupo, entendi que “mostrar uma experiência é mostrar uma inquietude” (LARROSA, 2007, p. 147). Era preciso ouvir as angústias e saberes compartilhados pelos homens sem deles me apropriar.

Diante de um público com tal complexidade, tidos como infames, a narrativa da experiência, nesta pesquisa, não buscou encontrar pistas da redenção nem fiscalizar a alma deles, menos ainda avaliar a eficácia de um currículo. O que se buscou foi ver e ouvir o que podia a palavra na relação desses emudecidos com eles mesmos. Tratou-se de escutar o que promoveu aquele currículo na percepção de quem tentamos silenciar a todo custo, ouvir dos feitos desprovidos de humanidade e de razão pelo ato cometido, pelas marcas outras que carregam, anteriores a esse ato, o que eles podiam dizer sobre o que fizeram do que fizeram deles. Pois, “o que acontece quando um enquadramento rompe consigo mesmo é que uma realidade aceita sem discussão é colocada em xeque” (BUTLER, 2017, p. 28).

Esta dissertação foi, portanto, construída articulando conceitos extraídos das teorias de Foucault, Butler e Larrosa, com o objetivo de analisar a experiência de homens autores de violência contra a mulher, tidos como infames, no currículo de um grupo reflexivo ao qual foram submetidos em resposta ao ato criminal cometido.

No grupo observado os homens falaram! Falaram muito! E, à medida que as semanas avançavam, disputavam cada vez mais espaço para falar. O convite para falar e refletir sobre as diversas situações as quais foram submetidos seja no que se referia ao delito, seja em relação a questões particulares, fazia com que eles construíssem um saber juntos sobre como conduziam suas vidas. Parecia ser preciso entender como foram sendo empurrados para a rua, para a obrigação, para a responsabilidade, mas não para eles narrarem-se, para o afeto, para o compartilhamento das angústias e alegrias. Isto posto, o argumento geral desta dissertação foi o de que esse currículo promoveu mais do que se propôs: deu as condições de possibilidade para a emergência da experiência em homens comumente invisibilizados, a partir da possibilidade que tiveram de contar e ouvir histórias das fronteiras por onde circulam. E ao narrarem-se naquele currículo, aqueles homens viam as suas vidas entrelaçadas em outras vidas. Viam as linhas de sua vida cruzadas e/ou parecidas com as de outras vidas e podiam se reconhecer na própria história. “Talvez nessa história em que um homem se narra a si mesmo, nessa história que não seja a repetição de outras histórias, possamos adivinhar algo daquilo que somos” (LARROSA, 2015, p. 21). Em meio a uma observação sem palavras, percebi que as perguntas feitas pelos homens sobre as histórias dos outros homens eram mais diretas, tinham elementos do espanto pela diferença e de complementariedade pela aproximação.

Tramas eram tecidas de modo a estimular outras tramas, a deixar todos mais à vontade para narrarem-se e também para confessarem-se. O relato de um tornou-se relato de vários.

Para apresentar o que foi construído a partir da observação desses homens falando por eles mesmos, dividi esta dissertação em nove partes, sendo a primeira esta apresentação, seis capítulos e o epílogo. No primeiro capítulo, apresento os conceitos que colaboraram para as análises das informações produzidas no campo, a saber infâmia, tecnologias de poder-saber, norma, exame, confissão, governo e experiência. Foi preciso fazer uma breve retomada das mudanças no modo de punir nos últimos quatro séculos, apontando como as relações de poder-saber e tecnologias de poder, como a norma, o exame e a confissão, compõem os rituais de punição atuais. A essas tecnologias unem-se a palavra e a experiência.

O segundo capítulo, que nomeei de *Com quantos elementos se produz um monstro?*, teve como objetivo analisar como, num período de 40 anos, homens autores de violência contra a mulher foram deslocados do lugar de donos do corpo feminino para a fronteira da monstrosidade. No entanto, os dados a que tive acesso sobre quem cumpre a penalidade de grupo reflexivo e os homens que observei no grupo acompanhado me possibilitaram argumentar que há uma distância considerável entre os tipos de corpos femininos que mobilizam mudanças no modo de punir as violências sobre eles e os homens que a Justiça efetivamente pune. O poder, com seus recursos classificatórios, divisórios e hierárquicos, seleciona certos tipos de homens - e não outros - para responder pelos atos de violência cometidos contra mulheres.

No terceiro capítulo, intitulado *Em meio aos homens autores de violência*, explico os procedimentos utilizados para a produção de informações no campo pesquisado. Foram eles a observação e a análise narrativa. O objetivo desse capítulo foi analisar como a narrativa dos homens que não queremos ouvir pode nos dizer da complexidade das questões relativas à prática de violência, possibilitando enquadramentos que nos fazem ver e ouvir de determinado modo. O argumento é o de que a pesquisa narrativa como ferramenta analítica abre espaço para o inesperado e transforma a pesquisa, a pesquisadora e os pesquisados, chacoalhando algumas normas e muitos sentimentos.

No quarto capítulo, “*Se o outro não vai mudar, e vocês querem que a coisa mude, a mudança vai partir de quem?*” – *um currículo interessado*, apresentei as estratégias simples e cheias de complexidade utilizadas no currículo do grupo reflexivo para a produção de homens de um certo tipo. Meu argumento foi que a postura interessada e a simplicidade do linguajar das analistas sociais do Programa Ceapa, mais do que garantir o cumprimento da alternativa

penal determinada, buscaram produzir homens capazes de se governarem e de utilizarem a reflexão e o diálogo para resolver os conflitos vindouros.

O capítulo seguinte, intitulado *O dizer a verdade sobre si: a confissão como ritual analítico*, teve como objetivo mostrar que não só as analistas utilizaram a fala como recurso; os homens também se apropriaram dessa tecnologia de poder. Argumento que, no grupo observado, era quase impossível escapar do recurso da confissão. Mas os homens não foram apenas receptores daquele tipo de poder, eles o utilizaram de acordo com seus interesses também.

O capítulo seis, *Nem todo mundo muda, nem todo mundo permanece igual ao que era*, vem mostrar que, o “parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar” (LARROSA, 2002, p.24), o se deixar levar pelas histórias que circulavam no grupo observado promoveu o inesperado nos homens autores de violência e nesta pesquisadora-narradora. Como em um grande bordado, para o qual, no início, só contávamos com as linhas de diversas texturas e tamanhos e com cores que iam apresentando suas nuances no bordar, aquele grupo, conduzido por aquele currículo, produziu um desenho único. Por fim, um epílogo, que nomeei de *O Arremate* e, como o próprio nome diz, é a finalização do bordado.

## 1 SOBRE INFÂMIA, MODOS DE PUNIÇÃO E TECNOLOGIAS DE PODER-SABER

*Eu escrevo para os que não podem me ler. Os de baixo, os que esperam há séculos na fila da história, não sabem ler ou não tem com o quê* (GALEANO, O livro dos abraços, 2017, p. 153).

Neste capítulo, quero falar sobre certos homens comuns e sobre as tecnologias de poder utilizadas para lidar com eles. Apresentarei os conceitos e categorias utilizados para analisar as informações produzidas em campo, na observação que realizei junto a homens que cumpriam a penalidade de grupo reflexivo no Programa Ceapa. Acredito que posso nomear tais homens como *infames*, submetidos a tecnologias de poder-saber para melhor punição de seus atos criminosos. Sujeitos à norma, ao exame e à confissão, usavam do espaço disponibilizado - ao mesmo tempo, obrigatório - do grupo para expressarem em palavras como se sentiam ao terem esbarrado na fronteira entre a humanidade e a monstrosidade e o que aprenderam para que pudessem se governar.

Refiro-me a esses homens como infames partindo da noção de infâmia desenvolvida por Foucault (2003), aquela “que, não sendo misturada nem de escândalo ambíguo nem de surda admiração, não compõe com nenhuma espécie de glória” (p. 210). Sem os recursos “do nascimento, da fortuna, da santidade, do heroísmo ou do gênio” (FOUCAULT, 2003, p. 207), são homens sobre os quais não nos interessa saber, que não queremos ver, que não percebemos sua existência. São pobres, sem muita instrução formal, com vocabulário limitado, trabalho laboral pouco complexo, subordinados nas relações de trabalho, morando em casas simples, com hábitos simples. Podem exercer alguma liderança no seu bairro, no seu local de trabalho ou na sua família, mas isso pouco ou nada vai interessar em uma grande cidade. Infames, segundo o dicionário,<sup>6</sup> são os desonrados, desacreditados, vis, indignos, irrelevantes, sem importância. Homens comuns, vestidos de modo comum, sem chamar atenção. O ato de violência e o conseqüente encontro com a Lei lançaram luz sobre esses homens e deram a eles outro contorno.

Em Foucault (2014), a infâmia é definida em relação a um modelo, em comparação aos que gozam de prestígio, que apresentam “as marcas que significavam status, privilégios, filiações” (p. 180). A essas marcas são agregados graus de normalidade, que colaboram para a normalização de práticas, comportamentos e hierarquias. Essa regulamentação das condutas

---

<sup>6</sup> DICIO. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/infame/> Acesso em: 12/09/2017.

“obriga à homogeneidade; mas individualiza, permitindo medir os desvios, determinar os níveis, fixar as especialidades e tornar úteis as diferenças” (p. 180). As marcas que definem os notáveis servem também ao contorno dos infames, ao estabelecimento de um limite, de uma fronteira entre eles e os “Outros”.<sup>7</sup> Entendo essa fronteira como o lugar do “entre” ou o entre-lugar, o limite entre o humano e o monstro, uma linha tênue que separa o normal e o anormal.

A associação que eu estabeleci entre a vida desses homens e a ideia de infâmia foi reforçada pela análise dos dados encaminhados para o cumprimento do grupo reflexivo sobre violências no ano de 2017, disponibilizados pelo Programa Ceapa para esta pesquisa. Do total de 417 homens encaminhados naquele ano, 60% tinha idade entre 30 e 49 anos; 13%, entre 50 e 59 anos; 19%, entre 20 e 29 anos.<sup>8</sup> O percentual dos que se autodeclararam pardos ou negros chegou a 45%, enquanto 15% se declararam brancos. A respeito da escolaridade, 24% disseram ter ensino fundamental incompleto (com preponderância desse grau de escolaridade sobre os outros), 20% com ensino médio completo e 4% com ensino superior completo. Quanto à situação ocupacional, 16% disseram estar empregados com carteira assinada, 39% trabalhavam de modo autônomo, sendo que, desses, apenas 6% contribuía para a Previdência Social. 72% não informaram a renda e 11% disseram receber entre 1 e 2 salários mínimos. Além desses dados, a percepção que tive durante o período em que trabalhei no Programa, bem como a impressão das analistas sociais que conduziram o grupo que acompanhei, era de que estávamos diante de um público predominantemente pouco favorecido economicamente, como compartilhara essa analista: “Dentre 100 homens acompanhados nesses 4 grupos [durante o período de um ano, entre 2017 e 2018], só um vinha com uma roupa melhor, com sapatos caros, enquanto muitos nem tinham sapatos para vir” (Diário de campo, encontro 11, 28/08/2018).

A pobreza não é suficiente para a classificação de um sujeito como infame. A infâmia diz do choque com o poder, de um rompante, de uma violência. Esses homens, que até então eram invisíveis, ganharam visibilidade, sendo vistos de determinada maneira, com seus erros apontados e passados a limpo. Passaram de invisíveis ao lugar do apontamento, da infâmia, da monstruosidade. “Eles são o que há de mais Outro. Animais ou coisas, algo vizinho do nada, dos quais não se pode pensar com seriedade que tenham algo a dizer” (FOUCAULT, 1984, p. 193). A ideia de monstruosidade comungou com a de infâmia nessa pesquisa ao pensar sobre

---

<sup>7</sup> Usarei o termo “Outros” em letra maiúscula e entre aspas quando estiver me referindo aos indivíduos considerados abjetos. Entendo abjeção no sentido assumido por Judith Butler (2000), segundo o qual corpos abjetos são aqueles tidos como menos importantes, que valem menos e que podem ser violados.

<sup>8</sup> Muitos homens se recusaram a responder parte das questões do formulário de entrada no Programa, com isso, não é possível fechar o total dos dados, os 100%.

como olhamos para esses homens no presente. Monstros e infames produzem uma nova realidade a partir do ato de violência cometido, ao não se encaixarem nos padrões de conduta vigentes, ao transitarem entre a brutalidade e a ignorância.

A denominação de monstro a um homem autor de violência contra a mulher é um modo de classificar o sujeito e sua conduta em nosso tempo, uma vez que “o monstro nasce nessas encruzilhadas metafóricas, como a corporificação de um certo momento cultural — de uma época, de um sentimento e de um lugar” (COHEN, 2000, p.26). O monstro revela algo sobre nós, “existe para demarcar os laços que mantêm unido aquele sistema de relações que chamamos cultura, para chamar a atenção — uma horrível atenção — a fronteiras que não podem — não devem — ser cruzadas” (p. 42). A figura do monstro é criada “por meio de um processo de fragmentação e recombinação, no qual se extraem elementos ‘de várias formas’ (incluindo — na verdade, especialmente — grupos sociais marginalizados)” (COHEN, 2000, p. 32): pobreza, pouco ou nenhum conhecimento sobre os trâmites legais, pensamento conservador, dificuldade em expressar-se, entre outros fatores ou enquadramentos.

Para Foucault (1997), “o que faz com que o monstro humano seja um monstro não é somente a exceção em relação à forma da espécie, é a perturbação que traz às regularidades jurídicas (...). O monstro humano combina o impossível e o interdito” (p.61). No entanto, o poder que espreitava suas vidas, prestava atenção “em suas queixas e em seu pequeno tumulto” (FOUCAULT, 2003, p. 207), atendendo ao chamado para intervir, para ordenar e disciplinar suas condutas.

A aplicação de penas ou punições implica na ação da justiça sobre condutas consideradas inadequadas num determinado contexto histórico. Conduta refere-se ao “verdadeiro comportamento das pessoas em relação ao código moral (prescrições) a elas imposto” (DREYFUS; RABINOW, 2010, p. 307); não só os comportamentos em relação ao código moral, mas também ao penal. A noção de crime ou delito está atrelada ao tempo e ao espaço no qual ele ocorre. Em *Vigiar e Punir*, Foucault (2014) apresenta como, num intervalo inferior a um século, foi redistribuída toda a economia do castigo na Europa e nos EUA: dos suplícios, que eram bem definidos, com rituais claros, procedimentos a serem aplicados diretamente no corpo do condenado, à utilização do tempo, da norma e da disciplina sobre os corpos, sem qualquer tipo de violência ou de exposição pública da pena aplicada. Desapareceu o corpo supliciado, saiu do espaço público a reprodução do crime no corpo do criminoso. Os castigos passaram a ter a alma do indivíduo como alvo, devendo atuar “sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições” (FOUCAULT, 2014, p. 21). Para chegar à alma do condenado, é preciso conhecê-lo, saber sobre seus costumes e aspirações, seus

desejos e limitações, por onde circula, que habilidades tem. Quanto mais se leva os crimes e os criminosos para o campo do conhecimento científico, mais se dá “aos mecanismos da punição legal um poder justificável não mais simplesmente sobre as infrações, mas sobre os indivíduos; não mais sobre o que eles fizeram, mas sobre aquilo que eles são, serão, ou possam ser” (FOUCAULT, 2014, p. 23).

Essa mudança no modo de punir produziu novos campos de saber, qualificando e potencializando o poder de punição. “Um saber, técnicas, discursos ‘científicos’ se formam e se entrelaçam com a prática do poder de punir” (FOUCAULT, 2014, p. 26). Entram em cena “peritos psiquiátricos ou psicológicos, magistrados da aplicação das penas, educadores, funcionários da administração penitenciária [que] fracionam o poder legal de punir, [...] juízes anexos, mas juízes de todo modo” (p. 25). Tantos agentes quanto possível no papel de analisar, julgar e punir; saberes de toda ordem se articulando, disputando, participando da cerimônia da “correção”. De fato, “nenhum saber se forma sem um sistema de comunicação, de registro, de acumulação, de deslocamento, que é em si mesmo uma forma de poder, e que está ligado, em sua existência e em seu funcionamento, às outras formas de poder” (FOUCAULT, 1997, p. 19). Assim como poder algum “se exerce sem a extração, a apropriação, a distribuição ou a retenção de um saber” (FOUCAULT, 1997, p. 19).

Mudanças no modo punir, de mostrar ao Outro e a todos a inadequação de certos comportamentos são necessárias de tempos em tempos, pois algo parece sempre escapar à ordem das leis vigentes. Na tentativa de operar de modo universalizante, justo e total, a Justiça foi sofrendo ajustes aqui e ali, tentando abarcar tudo o que é considerado crime em determinado momento histórico e oferecendo penalidades correspondentes. Constituição de campos de saber e desenvolvimento de técnicas para melhor punir.

Na execução da pena via Política de Alternativas Penais, além dos profissionais que fazem parte das equipes do Programa Ceapa, entra em cena a sociedade civil. As funções de pensar, executar e fiscalizar alternativas aos transgressores em questão são assumidas por profissionais das áreas do Direito, da Psicologia, do Serviço Social, da Pedagogia, das Ciências Sociais, pela sociedade civil (via movimentos de defesa aos direitos das mulheres) e pela polícia. Informações circulam, depoimentos são colhidos, formulários são preenchidos e as penas são determinadas. É o par poder/saber ordenando condutas, produzindo saberes, reunindo técnicas e tecnologias diversas.

O Programa Ceapa considera que os grupos reflexivos “possibilitam um diálogo mais efetivo com o público, trabalhando os aspectos relativos à violência exercida e/ou sofrida, processos de criminalização, vivência sócio-familiar, uso de substâncias psicoativas e suas

implicações, vínculos comunitários” (MINAS GERAIS, 2009, p. 161). Segundo o Programa, essa é uma modalidade de alternativa penal em que há “maior implicação dos usuários, diminuição dos descumprimentos e maior potencialidade para diminuição da reincidência criminal, dado o seu caráter educativo” (2009, p. 161). Os grupos reflexivos acontecem em reuniões semanais, com duração de duas horas cada encontro, executados por profissionais de instituições parceiras<sup>9</sup> ou pela equipe técnica do Programa. O número de encontros e os temas discutidos são definidos de acordo com o objetivo a ser alcançado, o tipo de delito (8 encontros para o grupo de trânsito e 10 ou 16 para os autores de violências e violência de gênero) e a instituição executora. No contexto dos grupos, os recursos didáticos utilizados têm por objetivo “provocar a troca de experiências entre os participantes, compartilhamento de crenças, sentimentos e ideias sobre as situações experimentadas” (MINAS GERAIS, 2015, p. 47), de modo “a estimular a autocrítica e a ampliação do repertório de respostas dos participantes para o enfrentamento de uma dada realidade” (p. 47).<sup>10</sup>

Saber e poder andam juntos nessa e em outras atuações, pois “o poder produz saber [...], não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (FOUCAULT, 2014, p. 31). O poder, em Foucault, não é algo singular, que se alcance, conquiste e que permaneça estável, mas, antes, relações entre parceiros, “um conjunto de ações que se induzem e se respondem umas às outras” (FOUCAULT, 1995, p. 240). Acontece no ato, no contato, na interação, seja entre indivíduos, seja nos grupos. Nas relações de poder é imprescindível que se reconheça e se considere o sujeito sobre o qual se exerce a ação como sujeito ativo e que, “diante da relação de poder, se abre todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis” (FOUCAULT, 1995, p. 243). O poder “é um conjunto de ações sobre ações possíveis”, que “incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável” (p. 243). Ele é onipresente, participando de todo tipo de relação onde haja possibilidade de resistência.

O saber é indissociável do poder na medida em que opera distinções e separações, ordenando o mundo e classificando os indivíduos: normal/anormal, racional/não racional, bom/mau. Organização e classificação do mundo e dos seres se dão por meio de ferramentas

---

<sup>9</sup> Há um processo de licitação do qual participam empresas interessadas e com algum domínio do tema. A empresa vencedora executa os grupos, que são acompanhados por analistas do Ceapa. O acompanhamento é no formato de visita aos grupos e checagem da frequência dos usuários (MINAS GERAIS, 2009).

<sup>10</sup> Existem documentos, como os utilizados e citados nesta dissertação, que dão orientações e diretrizes sobre como devem ser esses grupos ou com que lógica devem atuar. Não farei uma análise desses documentos, pois o que me interessa é o currículo praticado mais do que o prescrito.

para produção de saber, que se constituem como “instrumentos efetivos de acumulação do saber, de técnicas de arquivamento, de conservação e de registro, de métodos de investigação e de pesquisa, de aparelhos de verificação etc.” (REVEL, 2005, p. 78).

Nesse sentido, é inevitável pensar o Programa Ceapa como uma instituição que opera como espaço de articulação de poder-saber, na medida em que precisa produzir sujeitos diferentes e saberes a respeito desses homens e mesmo dos grupos sociais dos quais eles participam. Sujeitos no sentido de “sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento” (FOUCAULT, 1995, p. 235), assujeitados a alguém ou à instituição ou, ainda, a eles mesmos. Portanto, poder-saber a serviço de um melhor ordenamento de condutas; poder-saber para mais eficazmente atuar; poder-saber para fazer falar, fazer refletir e prevenir novos crimes; enfim, poder-saber para conter os infames e o barulho que eles fazem.

### **1.1 Norma, exame, confissão e governo**

*Gostaria de lhe poder explicar cordialmente, quase com afeição, que nunca me arrependera verdadeiramente de nada. Estava sempre dominado pelo que ia acontecer, por hoje ou por amanhã. Mas evidentemente, ao estado a que me haviam levado, não podia falar a ninguém nesse tom. Não tinha o direito de me mostrar afetuoso, de ter boa vontade. E tentei continuar a escutar, pois o procurador começou a falar da minha alma (CAMUS, O Estrangeiro, 1972, p. 128).*

Para ordenar condutas, o poder-saber utiliza tecnologias que circulam por todo o corpo social e atingem todos os grupos. As tecnologias de poder são instrumentos, técnicas e procedimentos multiformes. Uma tecnologia de poder “compõe-se muitas vezes de peças ou de pedaços; utiliza um material e processos sem relação entre si. O mais das vezes, apesar da coerência de seus resultados, ela não passa de uma instrumentação multiforme” (FOUCAULT, 2014, p. 29). Sendo recursos utilizados por instituições e nas relações de poder para a condução de condutas, as tecnologias podem ser utilizadas para demarcar os limites da visibilidade, da normalidade, a fronteira entre “nós” e os “Outros”. É preciso que os sinais da distinção sejam vistos e identificáveis. Para os que escapam às normas, a punição (FOUCAULT, 2014) - coisa quase sempre complicada e pouco eficaz.

As tecnologias de poder que identifiquei e que tomei como base para analisar como os modos de punição operam no espaço do grupo reflexivo observado foram a norma, o exame e a confissão, presentes no Sistema de Justiça, no Estado, nos grupos reflexivos, nas escolas, no nosso cotidiano. Interessa aqui como essas tecnologias foram articuladas e utilizadas na tentativa de produzir um sujeito outro no grupo executado, capaz de governar a si mesmo para não mais fazer uso da violência como ferramenta na resolução de conflitos. Acredito ser importante situar, mesmo que rapidamente, como essas tecnologias foram se constituindo como importante recurso nas relações de poder-saber para o alcance do mais distante recôndito da alma e consequente condução de condutas.

Segundo Foucault (2017), em meados do séc. XVII, a classe burguesa, decidida a ascender socialmente, buscou “um corpo específico, um corpo ‘de classe’” (p. 135). Dedicou-se a perseguir a saúde do corpo, um corpo vigoroso que servisse à demarcação clara de um lugar social, que produzisse bons descendentes e estabelecesse uma hegemonia. Deu seu próprio corpo a esse ideal: sobre ele houve o desenvolvimento de um saber para o aprimoramento de sua força e vitalidade. Como a busca era por distinção, pouco importava o saber sobre os corpos das outras classes, pouco importava que a classe popular “vivesse ou morresse, de qualquer maneira se reproduziria sozinha” (FOUCAULT, 2017, p. 137). Mas o corpo do proletariado interessava quando era necessário o controle da propagação de doenças, pela urgência de mão-de-obra e quando oferecia riscos ao projeto de hegemonia da classe burguesa. O infame também importava para ocupar o lugar do “Outro”, demarcando as fronteiras entre os comportamentos aceitáveis/inaceitáveis, entre selvageria/humanidade, entre normalidade/anormalidade. Tecnologias foram desenvolvidas para controle e disciplinamento da população em geral, mas, mais ainda, de uma população específica: a que desvia, a que comete crimes, a monstruosa.

A partir do século XVII, com o desenvolvimento do que Foucault (2017) chamou de “uma biopolítica da população” (p. 150), caracterizada pelo uso de uma série de técnicas para intervenções e controle sobre a população, a norma fez-se necessária. As guerras e doenças levavam uma quantidade grande de pessoas à morte. Em relação aos mortos não havia a possibilidade de exercício de poder nem o desenvolvimento do capital ou a continuidade da hegemonia de uma classe. O poder, como uma ação sobre a ação de outro, precisa de vivos, pois “se situa e exerce ao nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços de população” (FOUCAULT, 2017, p. 148). Assim, na Idade Moderna, alinhadas com o desenvolvimento dos espaços disciplinares (escolas, ateliês, exército, entre outras), da observação das consequências políticas e econômicas dos processos de habitação e migração,

do controle dos problemas de saúde, natalidade, longevidade, despontaram técnicas cada vez mais sofisticadas para a obtenção da “sujeição dos corpos e o controle das populações” (FOUCAULT, 2017, p. 151).

A Lei ou a instituição judiciária, que, até então, em última instância, poderia lançar uso do recurso de ameaça à vida, precisou se readequar, passando a integrar “cada vez mais num contínuo de aparelhos (médicos, administrativos etc.) cujas funções são sobretudo reguladoras” (FOUCAULT, 2017, p. 156). A norma, como poder ocupado com a vida, precisou de “mecanismos contínuos, reguladores e corretivos” (p. 155), teve que “qualificar, medir, avaliar, hierarquizar, mais do que se manifestar em seu fausto mortífero” (p. 156). A aplicação da norma na execução de uma pena aplicada, “implica uma apreciação de normalidade e uma prescrição técnica para uma normalização possível” (FOUCAULT, 2014, p. 25), modos de adequação à Lei e às regras sociais vigentes.

Mas a norma não atua sozinha; outros mecanismos a ela se juntam para o exercício da regulação dos indivíduos. O exame é um desses mecanismos e, como a norma, ele classifica, qualifica e pune. Mas um elemento importante do exame o fez único: a visibilidade que necessita para sua concretização. Se, antes, no Antigo Regime, interessava ver o soberano e os que o cercavam, a partir do século XVIII, os súditos é que tinham de ser vistos. No exame, “vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade”, numa combinação de “técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza” (FOUCAULT, 2014, p. 181). O exame, segundo Foucault (2014), fez uso de recursos que tornaram o indivíduo objeto de um determinado saber e de um modo de poder: “o exame inverte a economia da visibilidade no exercício do poder” (p. 183), o que significa que o fato de sempre ser alvo de inspeção, de verificação torna o indivíduo sujeito ao regime disciplinar e objeto de conhecimento. “O exame faz também a individualidade entrar num campo documentário” (FOUCAULT, 2014, p. 185), em que registros, notas e formulários são preenchidos. Arquivos e dossiês passaram a fazer parte de toda uma dinâmica de conhecimento e sistematização.

Em instituições governamentais como o Programa Ceapa não é diferente. Quando chegaram ao Programa, a maioria dos homens autores de violência já haviam passado por delegacias, prisões provisórias e audiências, onde foram realizados os registros que compunham seu processo no Sistema de Justiça. No primeiro atendimento no Programa Ceapa, foram colhidos dados como endereço, documentação, telefone, escolaridade e situação de trabalho; informações sobre as relações familiares e uso de substâncias psicoativas; histórico de passagem pelo Sistema de Justiça. Ao fim de um extenso formulário preenchido

pela/o analista social, foi pedido a eles que relatassem o fato que culminou na pena alternativa e que dissessem o que pensavam a respeito dela. Tudo ficou registrado. Todos os dados vão para um arquivo após o cumprimento ou descumprimento da penalidade, juntamente com a impressão do/a analista sobre o caso: sua percepção, os possíveis impasses, os cuidados que deviam ser tomados com aquele indivíduo para que fosse potencializada a probabilidade de cumprimento integral da pena. Essa escrita que acompanha o exame possibilita tornar o indivíduo singular, mas também compará-lo coletivamente. “O exame, cercado de todas as suas técnicas documentárias, faz de cada indivíduo ‘um caso’” (FOUCAULT, 2014, p. 187), um objeto de saber e de poder, sobre o qual atuam e do qual se apropriam os saberes científicos, singularizando-o, classificando-o, comparando-o, normalizando-o e produzindo-o.

O Estado moderno ocidental, de acordo com Foucault (1995), apropriou-se de modo exemplar desses mecanismos individualizantes e totalizantes, por meio da tecnologia da confissão. O exame da mente e da alma, a verificação cuidadosa dos pensamentos e desejos e a externalização deles por meio da confissão talvez seja a principal forma de produção de verdade que temos atualmente. “Desde a Idade Média, pelo menos, as sociedades ocidentais colocaram a confissão entre os rituais mais importantes de que se espera a produção de verdade” (FOUCAULT, 2017, p. 66). A confissão é um ritual no qual quem fala coincide com aquele de quem se fala. O sujeito, ao confessar, afirma o que fez e/ou o que é e vincula-se a essa verdade. Produz-se um duplo, o reflexo no espelho daquele que fala (LARROSA, 1994), abrindo a possibilidade de estabelecimento de outro modo de se relacionar com o que diz e consigo mesmo: “criminoso, mas talvez passível de arrependimento” (FOUCAULT, 2018, p. 8).

Nas relações de poder, a confissão só tem sentido quando “dá ensejo ao exercício do poder sobre aquele que confessa” (FOUCAULT, 2018, p. 8). Como o exame e a norma, a confissão é uma tecnologia que participa dos jogos de poder e de verdade. Ela é sustentada por justificativas, geralmente consistentes e plausíveis, servindo a quem a impõe para “julgar, punir, perdoar, consolar, reconciliar” (FOUCAULT, 2017, p. 69).

No espaço de um grupo que atende a uma execução penal, ou seja, um grupo que consiste no cumprimento de uma sentença penal determinada pela Justiça em resposta a um crime, como é o caso do grupo reflexivo para homens autores de violência do Programa Ceapa, o ato de confessar parece ter sido entendido como a possibilidade de minimização da pena por vir, um meio de admissão do crime, a oportunidade de se fazer ouvir ou, ainda, como um convite para a realização de um exame de si, de suas escolhas, de seus afetos. A confissão é “um ritual onde a enunciação em si, independentemente de suas consequências externas,

produz em quem a articula modificações intrínsecas: inocenta-o, resgata-o, purifica-o, livra-o de suas faltas, libera-o, promete-lhe a salvação” (FOUCAULT, 2017, p. 69).

A confissão tornou-se instrumento imprescindível na ordem judiciária. O delito parece ter ficado em um plano secundário; o criminoso é chamado para o centro do palco, como num espetáculo de suspense. Queremos ouvir quem andou pelas temidas fronteiras da humanidade, ouvir quem, apesar dos alertas, escolheu transgredir. Ele precisa dizer a verdade sobre si, precisa saber quem é, apresentar-se ao/aos juiz/juízes<sup>11</sup> em sua verdade e, ser tal verdade. Será necessário se conhecer para se governar, para governar suas paixões, impulsos, desejos. É preciso que o outro o conheça para governá-lo, para lhe dar as ferramentas necessárias para o autogoverno.

Para esclarecer, a noção de governo assumida neste estudo é aquela foucaultiana que entende governo como condução de condutas, ordenação de probabilidades, ação sobre o campo de ação do outro (FOUCAULT, 1995). Sua ação é permeada por estratégias, cálculos e manobras, mais do que por confrontos (FOUCAULT, 1995). Portanto, “as formas e os lugares de ‘governo’ dos homens uns pelos outros são múltiplos numa sociedade: superpõem-se, entrecruzam-se, limitam-se e anulam-se, em certos casos, e reforçam-se em outros” (FOUCAULT, 1995, p. 247).

O Programa Ceapa é uma instituição a serviço do Estado e da Justiça. Para a execução e acompanhamento da pena, dados são colhidos e registrados; informações processuais são esclarecidas. A reafirmação do risco de prisão no caso de não cumprimento da medida persiste; a escuta sobre o crime ocorrido e a expectativa de que os homens atendidos se entendam como responsáveis pelo delito cometido parecem fazer dele mais um espaço de reafirmação da norma e de governo de condutas.

Governo aqui não é sobre forçar pessoas a deixar de fazer algo ou obrigá-las a serem de determinado jeito; “é sempre um difícil e versátil equilíbrio de complementaridade e conflito entre técnicas que asseguram a coerção e processos por meio dos quais o eu é construído e modificado por si próprio” (FOUCAULT, 1993, p. 207). Trata-se de, por meio do dizer verdadeiro sobre si e sobre suas ações e pensamentos, nas relações de poder próprias das práticas judiciárias, produzir-se de outro modo. É o exercício do poder pela palavra, pela obrigação do falar, definindo tipos outros, formas de saber e relações entre os indivíduos e a verdade.

---

<sup>11</sup> Coloco juízes no plural por considerar o que já foi dito sobre a participação de vários profissionais no ritual de punição: não apenas os juízes, mas médicos, psicólogos, assistentes sociais, policiais, agentes penitenciários e quem mais couber.

Para bem governar uma casa, um grupo, uma cidade, um país ou mesmo indivíduos com os quais convivemos, nos diversos tipos de relação que estabelecemos, é preciso fazer uso de técnicas e táticas que se esperam eficientes. Entretanto, é preciso lembrar que “onde há poder há resistência” (FOUCAULT, 2017, p. 104). Ali, no espaço onde estratégias de governo do outro são operadas, pensadas, articuladas, defendidas, algo naquele sujeito alvo da ação pode escapar. Não apenas no sentido da não adequação ou da não sujeição àquelas normas postas, mas na possibilidade de surgimento do inesperado, da descoberta de algo em si ou em suas relações que estava para além do que o grupo reflexivo propunha.

Não se tratava de uma revolta ou discordância do que era tratado ali ou de não responsabilização pelo ato criminal, mas da emergência de novos olhares dos homens que participavam sobre si mesmos e do que a obrigação de falar pôde produzir neles. Desse modo, mesmo com todo o aparato da Justiça, do Estado e do Programa Ceapa para o governo dos homens autores de crime acompanhados, os efeitos de suas ações, das tecnologias utilizadas e das técnicas disponibilizadas não podem ser mensurados. O que eles fizeram do que fizeram deles não é simples de identificar, de evidenciar.

## 1.2 Das palavras e da experiência

*[...] os conceitos dizem o que dizem, mas as palavras dizem o que dizem e, além disso, mais outra coisa (LARROSA, Tremores, 2017, p. 43)*

Habitantes das periferias, silenciados com frequência. No espaço do grupo, os homens precisavam falar, era bom que falassem. A fala é o lugar do reconhecimento e da constituição de si e do outro. Segundo Larrosa (2002), as palavras são indispensáveis à atividade do pensar; “as palavras determinam nosso pensamento porque não pensamos com pensamentos, mas com palavras” e pensar “é, sobretudo, dar sentido ao que somos e ao que nos acontece” (p. 21). Nomeamos uns aos outros, nossos sentimentos, nossas ações, nossas projeções, nossos desejos, nossas insatisfações e, ao fazê-lo, damos sentido a quem somos, ao lugar que ocupamos no mundo. Nessa perspectiva é que “o homem é palavra, [...] que todo humano tem a ver com a palavra, se dá em palavra, está tecido de palavras, que o modo de viver próprio desse vivente, que é o homem, se dá na palavra e como palavra” (LARROSA, 2002, p. 21). Por tudo isso,

[...] as lutas pelas palavras, pelo significado e pelo controle das palavras, pela imposição de certas palavras e pelo silenciamento ou desativação de outras palavras são lutas em que se joga algo mais do que simplesmente palavras, algo mais que somente palavras (LARROSA, 2002, p. 21).

Podemos dizer o mesmo sobre quem fala, a quem a palavra serve ou de quem dela se serve. A maior parte dos homens que participaram do grupo reflexivo que observei eram vistos e tragados pelo sistema de Justiça; habitavam, predominantemente, às margens, eram o “Outro” do humano. Eram aqueles que ocupam o “entre”, que estão entre nós, mas que não são vistos, ou que são vistos de determinado modo, pois “nosso olhar está constituído por todos esses aparatos que nos fazem ver e ver de uma determinada maneira” (LARROSA, 1994, p. 83). Procurei compreender, encontrar pistas sobre o que significou o lugar para ouvir e ser ouvido na vida de homens tidos como monstruosos, que deslocamentos aquele lugar produziu, se efetivamente os produziu.

Ao falarem de si, de seus atos, ao serem chamados a reexaminarem seus sentimentos, comportamentos e suas relações, interessou-me saber o que mais poderia ser produzido além de sujeitos obedientes e conscientes de seus atos e do código moral vigente. O homem autor de violência no grupo reflexivo foi chamado a ocupar o espaço de fala, mas também foi, como o próprio Programa propunha em documento oficial (MINAS GERAIS, 2015, p. 47), questionado, instigado, provocado, acolhido, respeitado, ouvido pelos que ali com ele estavam, inclusive por ele mesmo. Ouvir-se, questionar-se, oferecer “seu próprio ser quando se observa, se decifra, se interpreta, se descreve, se julga, se narra, se domina, quando faz determinadas coisas consigo mesmo, etc.” (LARROSA, 1994, p. 43) não pareciam ser ações comuns na vida daqueles homens.

Poder contar e ouvir suas histórias, usar das palavras, das próprias palavras para se colocar, se posicionar, concordar e questionar, perguntar, aconselhar, rir e acolher parecia coisa pouco usada por aqueles homens, que logo tomaram gosto e já eram outros a cada encontro. Para alguns homens, algo aconteceu. Algo que ousei nomear de experiência no sentido proposto por Larrosa (2002): como algo que nos acontece, que nos toca, que nos passa e “ao nos passar nos forma e nos transforma” (p. 26). É o que provoca em nós deslocamentos, insegurança e novas possibilidades de sentir e de existir, “algo que nos faz sofrer ou gozar, algo que luta pela expressão” (LARROSA, 2017, p. 10) e que pode ser transformado em outra coisa, como um canto, um lamento, um poema, um ensinamento:

E ressoa em outras experiências e em outros tremores e em outros cantos.  
[...] Outras vezes são canto de dor, de lamento, cantos que expressam a

queixa de uma vida subjugada, violentada, de uma potência de vida enjaulada, de uma possibilidade presa ou acorrentada (LARROSA, 2017, p. 10).

A experiência não diz nem da informação nem da opinião sobre si mesmo ou sobre os outros. O excesso de informações e a obrigatoriedade de opinião são alguns dos fatores que minam as possibilidades de experiência. Assim como a falta de tempo e o excesso de trabalho não colaboram, pois para que algo nos aconteça é preciso parar: para pensar, para olhar, para escutar, “pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação” (LARROSA, 2002, p. 24).

A noção de experiência foi, por um tempo – e, de certa forma, ainda hoje o é -, atrelada à ideia de experimento, de controle sobre os acontecimentos ou de suas condições de possibilidade, “como o modo pelo qual o mundo nos mostra sua face inteligível, a série de regularidades a partir das quais podemos conhecer a verdade das coisas e dominá-las” (LARROSA, 2007, p. 138). É impossível prever quando a experiência irá acontecer e até mesmo ter a certeza de que ela aconteceu (a não ser que o sujeito da experiência a relate), porque ela, a experiência, “é algo que pertence aos próprios fundamentos da vida, quando a vida treme, ou se quebra, ou desfalece” (LARROSA, 2017, p. 13). Ela pertence ao sujeito que a vive, é “finita, provisória, sensível, mortal, de carne e osso, como a própria vida. A experiência tem algo de opacidade, da obscuridade e da confusão da vida, algo da desordem e da indecisão da vida” (LARROSA, 2017, p. 40). Ela se mistura à vida e aos saberes dessa vida, ela se mistura às histórias, às estórias e aos causos. Isso a torna difícil de mensurar e muito preciosa quando encontrada.

As histórias partilhadas e ouvidas no espaço do grupo reflexivo fizeram dele mais do que um grupo, mais do que uma punição. Foi, para muitos homens, um lugar de dizer do que não se sabe e do que se aprendeu. Foi uma oportunidade e uma obrigação para a elaboração, para a pausa, para o medo. Foi, também, um encontro com a própria voz e com o próprio saber. Foi, para mim, a possibilidade de ouvir aqueles homens relatando suas histórias a partir de outra perspectiva, sem a obrigação de intervir, sem o peso do trabalho sobre eles, ocupando o lugar do não-saber e disposta a buscar entender a confusão que causavam e sofriam. Foi uma oportunidade de encontro com as minhas próprias confusões e angústias.

## 2 COM QUANTOS ELEMENTOS SE PRODUZ UM MONSTRO?

*O mal que existe no mundo provém quase sempre da ignorância, e a boa vontade, se não for esclarecida, pode causar tantos danos quanto a maldade (CAMUS, A peste, 2017, p.125).*

Iniciativas como a que acompanhei no Programa Ceapa, em que homens autores de violência são convocados a pensar e a se responsabilizar pelo ato cometido, geralmente contra mulheres, eram algo distante, talvez inimagináveis 40 anos atrás no Brasil. Se hoje ouvimos as vozes femininas cada vez mais incisivas, presentes e levadas em consideração, inclusive por homens, não foi por mero acaso nem repentinamente nem por generosidade. Foram necessários muitos embates, articulações, recuos, muito barulho, recusas e lutas para se chegar a uma lei que reconhecesse as violências praticadas contra a mulher, para que uma investigação fosse levada a cabo e para que o agressor pudesse ser identificado e penalmente responsabilizado.

No entanto, algo sobre o perfil dos homens que cumpriam alternativa penal de grupo reflexivo sobre violência em Belo Horizonte, via Programa Ceapa, chamou minha atenção: não eram homens instruídos por bons advogados que cumpriam o grupo nem eram os pertencentes à classe social abastada nem os brancos nem os ocupantes de cargos altos em empresas. Chegavam para esses grupos homens com pouca escolaridade, modos simples, moradores de periferias, boa parte desempregada ou com trabalhos informais. Ainda que os registros a respeito das violências cometidas contra mulheres sejam assustadores de tão numerosos,<sup>12</sup> ainda que as denúncias partam de mulheres de variadas classes sociais e escolaridade, de uma ponta a outra do Estado, os homens alcançados pela Lei 11.340/06, conhecida como *Lei Maria da Penha* (LMP), parecem não corresponder à incidência diversa desse tipo de violência.

Isso posto, esclareço que o objetivo deste capítulo é analisar - a partir de registros sobre reivindicações sociais relevantes e das mudanças nos modos de punir a violência contra a mulher que eles mobilizaram - operações de poder acionadas para que homens passassem de proprietários dos corpos femininos a monstros, de autorizados a matar para defender sua honra a imputáveis, de beneficiados pela lei a condenáveis social e criminalmente. O

---

<sup>12</sup> Segundo o Panorama da violência contra as mulheres no Brasil, divulgado em 2018, em Minas Gerais, no ano de 2015, foram registrados 49,2 relatos de violência contra a mulher por 100 mil habitantes no serviço Ligue 180. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/institucional/datasenado/omv/indicadores/relatorios/BR-2018.pdf>. Acesso em: 01/02/2019.

argumento desenvolvido é o de que o poder atua por meio de classificações e de um jogo de visibilidade/invisibilidade, de modo a lançar homens de determinado perfil na arena da monstruosidade, enquanto outros, ainda que pratiquem atos correlatos, não são identificados dessa maneira. Cumpre-se a Lei: aceita a denúncia, prende-se o agressor, encaminha-se o processo, pune-se e, quem sabe, redime-se o monstro. O Estado diz: “fizemos nossa parte!”. O que o Estado não diz é sobre as operações de seletividade que faz.

## 2.1 De dono a réu

*O importante - insistiu Castel - não é que a maneira de argumentar seja boa, mas que ela nos obrigue a refletir (CAMUS, A peste, 2017, p. 50).*

As lutas para que as agressões contra o corpo feminino fossem reconhecidas como atos de violência e como crimes passíveis de punição aparecem nos registros da história brasileira oficial a partir da década de 1970 (BANDEIRA, 2009). Os fatos, as disputas, os impasses que possibilitaram mudanças jurídicas, culturais e discursivas não são facilmente encontrados. Para tentar encontrar as linhas que ajudam a compreender como essas mudanças foram possíveis, usei de elementos da genealogia de inspiração foucaultiana, que é “uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc.” (FOUCAULT, 2017, p. 43), em meio a uma multiplicidade de forças em jogo. A genealogia de inspiração foucaultiana exige que se abandone a ideia de uma origem, de um grande acontecimento fundante do “novo” momento histórico. A promulgação da Lei Maria da Penha, por exemplo, não foi suficiente para deslocar homens e mulheres dos lugares que ocupam nas situações de violência. Ela foi o efeito de muitos acontecimentos que irrompiam aqui e ali, resposta às pressões internas e estrangeiras, fruto de muitos “basta!”. Segundo Foucault (2017, p. 59), “o que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem - é a discórdia entre as coisas, é o disparate”.

As mudanças de postura e legislativas que propiciaram a nomeação da violência desferida contra mulheres e a responsabilização por ela são resultado de disputas de poder, de estratégias, de articulações nos mais diversos setores, quando essa violência sai do interior das casas e ganha os noticiários e as telenovelas. Mulheres que insurgem contra os costumes ou contra a ordem vigente não são uma novidade; os registros sobre elas é que o são. A história, do modo como habitualmente a estudamos, nos leva a acreditar em uma passividade feminina

diante do homem e de seus feitos. Restringidos, empurrados para o universo privado das casas, das cozinhas, dos quartos, os saberes femininos, suas ambições, suas articulações, manobras e resistências ficaram abafados, contidos, reduzidos a banalidades do cotidiano.

Para Blay (2003), de meados do século XIX até o fim da Primeira Guerra Mundial, o Brasil passou por mudanças importantes, como a industrialização e a urbanização, e as mulheres começaram a circular mais pelo espaço público, com o acesso aos estudos e ao trabalho. Tais transformações, articuladas ao “cinema, os meios de transporte, a substituição de bens produzidos em casa pelos oferecidos pelas casas comerciais, alterou inteiramente o ritmo de vida e os contatos que as mulheres e homens passaram a desfrutar” (BLAY, 2003, p. 87). O contato com o que se passava em outros países em termos de comportamentos, valores e costumes também colaborou para que os padrões brasileiros fossem questionados. Entrou em pauta a discussão sobre a opressão dos maridos, “sua infidelidade, brutalidade, abandono” (BLAY, 2003, p. 88), temas levantados principalmente por mulheres das classes média e alta, as que tinham efetivamente acesso à educação de qualidade e a boas remunerações. Como veremos mais adiante, é essa classe de mulheres que, com seu acesso a certas instâncias de poder, sua capacidade de mobilização e de articulação com as camadas populares por meio de trabalhos junto à Igreja Católica, consegue a atenção para que mudanças efetivas ocorram.

Entre os anos de 1920 e 1930, há registro de um movimento para coibir os crimes passionais que, segundo Blay (2003, p. 88), “constituíam uma verdadeira ‘epidemia’ para algumas feministas”. Faziam parte desse movimento mulheres e promotores públicos. Entretanto, o assassinato de mulheres por seus maridos ou companheiros era tolerado não só pela sociedade, mas também pelo código penal vigente naquele período. Mesmo o fato de o assassinado ser o cônjuge constituir um agravante ao crime, caso o criminoso tivesse “exemplar comportamento anterior, ou [tivesse] prestado bons serviços à sociedade” (BRASIL, 1890), sua pena poderia ser atenuada. À autora parecia que esse movimento questionando o assassinato de mulheres pelos maridos estava mais interessado na defesa da instituição da família do que na preservação da vida das mulheres, pois as queixas sobre os crimes que maridos vinham cometendo eram entendidas pela Justiça como “crise na família e no casamento [...] cujos responsáveis seriam o trabalho feminino e a paixão” (BLAY, 2003, p. 88). Apesar do alcance importante desse movimento, os assassinatos prosseguiram, assim como a absolvição dos assassinos pela Justiça.

A dificuldade em localizar os registros de movimentos de combate à violência contra mulheres nas décadas de 1940 e 1950 obrigou-me a dar um salto histórico. Os registros seguintes a essa época tratam do questionamento sobre as violências sofridas pelas mulheres

no período da luta contra a ditadura militar. Entre 1960 e 1970, mulheres participaram na luta armada, na resistência à ditadura militar, que usava de tortura física e psicológica contra homens, mulheres e seus filhos. O exílio imposto a muitas ativistas, sozinhas ou acompanhadas de seus parceiros, possibilitou a elas vivenciarem, nos países onde receberam refúgio, outras realidades no que se refere ao tratamento dado às mulheres. Ao retornar, à época da anistia, denunciaram as práticas de violência dos militares contra elas, práticas distintas daquelas sofridas pelos homens e que envolviam a violação de sua intimidade e a exposição aos filhos e dos filhos (SARTI, 2004). A percepção de que havia uma violação específica do corpo feminino colaborou na discussão sobre as violências sofridas em outros âmbitos, como no trabalho, na rua e no espaço doméstico.

A ONU declara 1975 como o Ano Internacional da Mulher e, segundo diversas autoras pesquisadas, esse parece ter sido um marco significativo, pois foi o reconhecimento “da questão da mulher como problema social” (SARTI, 2004, p. 39) que deu visibilidade às articulações que vinham acontecendo. Existem registros de eventos, como congressos e reuniões de grupos de mulheres na região sudeste do país, “de caráter quase privado” (OTTO, 2004, p. 239), para discutir tais questões. As mulheres que estavam asiladas nos Estados Unidos e na Europa começavam a voltar naquele mesmo ano e traziam consigo outro olhar sobre a condição das mulheres e os lugares que eram reservados a elas no Brasil.

O “movimento das mulheres”, como era chamado o feminismo por aqui, naquele período, contava majoritariamente com mulheres de classe média, brancas, heterossexuais, que mobilizaram “uma articulação peculiar com as camadas populares e suas organizações de bairro, constituindo-se em um movimento interclasses” (SARTI, 2004, p. 39). A Igreja Católica, com o trabalho pastoral, foi peça importante dessa luta. Ainda que o foco principal fosse fazer oposição ao regime militar, as questões referentes às condições de vida e de infraestrutura básica, às relações familiares e de exploração da mulher estavam presentes nesses debates. Essa articulação, que envolvia mulheres de classe média, Igreja e mulheres pobres, propiciou a participação feminina em um espaço além de seus lares, colaborando para a emergência de um novo sujeito político que questionava de várias maneiras a condição da mulher (SARTI, 2004).

Para Boselli (2009, p. 128), a ONU exerceu “um papel fundamental para o fortalecimento das questões feministas no Brasil, ainda durante a ditadura militar, ao reconhecer internacionalmente a violência contra mulher como uma questão a ser publicamente discutida e combatida”. A eleição de mulheres no período de redemocratização do país, a criação de núcleos de pesquisa sobre mulheres nas universidades e o início das

organizações não governamentais (ONG) em defesa das mulheres ampliaram o debate e fortaleceram a necessidade de mudanças na legislação brasileira, que mantinha o homem como tutor de sua esposa e ainda colaborava com a manutenção de justificativas para as violências que eram cometidas. Na Constituição Federal de 1988, o Estado passa a ser o responsável por assegurar a assistência à família e seus membros,<sup>13</sup> sinalizando a necessidade de criação de modos de coibir a violência nas relações entre eles.

As ONG em defesa dos direitos das mulheres foram ganhando mais força. As primeiras autarquias públicas voltadas para as mulheres são criadas e entra em vigor a Lei 9.099/1995, que cria os Juizados Especiais Criminais, que tinham como foco a celeridade processual e a conciliação. Mas, o que parecia ser um avanço importante por trazer celeridade no tratamento dos casos de violência contra a mulher, logo mostrou sua falência. Casos de discussão, ameaça e lesão corporal, por exemplo, eram tratados em Juizados Especiais Criminais e considerados de menor potencial ofensivo. Nas audiências de conciliação agendadas, agressor e vítima eram colocados frente a frente e, por causa do despreparo de muitos agentes envolvidos, muitas mulheres eram constrangidas a aceitar acordos ou a arquivar o processo. O que poderia ser considerada uma vitória legislativa no combate à violência contra a mulher produzia

[...] a banalização dessa violência e desqualificação da vítima, visto que o desfecho do processo, muitas vezes, [...] não garantia a segurança das mulheres e ainda era definido com a sua contrariedade, sem considerar as suas demandas ou mesmo deslegitimando o seu discurso (LOPES; LEITE, 2013, p. 20).

Neste ponto, farei um pequeno recuo no tempo para, em seguida, prosseguir com a sequência das mudanças que culminaram na Lei Maria da Penha e que fomentaram a criação de grupos reflexivos para homens autores de violência. Esse recuo é para apresentar não a proliferação de acontecimentos que colaboraram na construção do que temos hoje, mas para realçar como dois fatos, além dos já apresentados, levantaram questões, estranhamentos, revoltas e deslocamentos importantes no tratamento da questão da violência contra a mulher. Não fiz a história da emergência da LMP, mas busquei algumas histórias tal como entende Cohen (2000), também inspirado nas pesquisas de Foucault: a história como “um outro texto em uma procissão de textos e não uma garantia de qualquer significação singular” (COHEN,

---

<sup>13</sup> Constituição Federal de 1988, artigo 226, parágrafo 8º: “O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”. Disponível em: [http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_07.05.2015/art\\_226\\_.asp](http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_07.05.2015/art_226_.asp). Acesso em: 12/08/2018.

2000, p. 25). Busquei fragmentos, fissuras, mesclando a história oficial e outras histórias tidas como menores, banais. Com esses fragmentos, tentei formar “uma rede frouxamente integrada” (COHEN, 2000, p. 26), que possibilitasse compreender como o descontínuo pôde emergir e o contínuo persistir.

Em dezembro de 1976, véspera da festa de réveillon, a milionária mineira Ângela Diniz foi assassinada pelo namorado Raul Fernando Street, o Doca Street, no Rio de Janeiro. O crime chocou o país e teve repercussão em agências internacionais de notícias, como nunca antes havia acontecido com um caso brasileiro de assassinato de uma mulher. Ângela prezava por sua liberdade, era dona de seu dinheiro e de seu corpo<sup>14</sup> e, talvez por isso, perdeu a guarda dos filhos quando resolveu se separar do primeiro marido. Era uma mulher que afrontava certos códigos morais que insistiam em prevalecer, segundo os quais mulheres “honestas” eram mulheres casadas e dedicadas aos familiares. Mas Ângela vivia de outro modo.

Ao decidir romper o relacionamento com Doca, foi assassinada com tiros na cabeça pelo namorado que, segundo se noticiou, não trabalhava, mas circulava nos meios mais ricos do Rio de Janeiro. Para fazer sua defesa, foi contratado um dos melhores advogados da época, Evandro Lins e Silva. Além do assassinato brutal, por motivo banal, o que efetivamente causou descontentamento e revolta foi a alegação da defesa e o aceite por parte do Sistema de Justiça de que ele matou em legítima defesa da honra. O espantoso é que, à época, já estava em vigor o código penal de 1940,<sup>15</sup> no qual não havia qualquer menção à possibilidade de matar a companheira em legítima defesa da honra. O Artigo 19 desse código penal diz que não há crime caso tenha ocorrido em legítima defesa. O Artigo 21 define legítima defesa como “quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem” (BRASIL, 1940). No entanto, esse não foi o caso de Doca Street. Então, o que possibilitou tal argumento?

No mesmo código, é explicitado, no Artigo 24, que não se exclui a responsabilidade penal sobre quem age com emoção ou paixão. No entanto, no Artigo 48, que versa sobre as circunstâncias atenuantes de um crime, consta, no tópico IV, alínea a, que terá redução de pena o agente que cometeu “o crime por motivo de relevante valor social ou moral” (BRASIL, 1940). Na parte especial, sobre os crimes contra a vida, no Artigo 121, intitulado “Matar alguém”, consta a pena de reclusão de seis a vinte anos. Mas, mais adiante, esclarece

---

<sup>14</sup> Para mais detalhes, acessar: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/assassinato-de-angela-diniz-por-doca-street-levantou-discussao-sobre-o-machismo-na-sociedade-brasileira/> Acesso em: 21/08/2018.

<sup>15</sup> Esse código penal continua em vigor, mas vem sofrendo alterações constantes por seu caráter obsoleto. Para mais, acessar: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/09/27/ccj-aprova-debate-sobre-projeto-que-reforma-o-codigo-penal>. Acesso em: 26/11/2018.

que a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço quando “o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob domínio de violenta emoção, logo em seguida de injusta provocação da vítima [...]” (BRASIL, 1940). Sobre os casos de lesão corporal seguida de morte, o mesmo texto é repetido no artigo 129, § 4º. O mesmo código que diz que não eximirá de responsabilidade quem cometer crime sob forte emoção, disponibiliza a possibilidade de redução de pena em caso de crime cometido sob forte emoção. O que torna o argumento usado pela defesa possível é um detalhe muito significativo: a defesa da moral. No exemplo citado, Ângela colocava em risco uma estrutura de moralidade que vinha sendo construída dia a dia, peça por peça. Provavelmente, a defesa do assassino pôde fazer tal interpretação da Lei e, por isso, seu argumento foi aceito; Ângela provocou o assassino com seu comportamento.

Mas Ângela não era uma mulher desconhecida, sem prestígio, pobre, infame; tampouco Doca era um homem sem recursos. O caso ganhou notoriedade no Brasil e no exterior, e mulheres organizaram movimentos cujo lema era “quem ama não mata”. Um segundo julgamento do caso aconteceu em 1981 e Doca Street foi condenado, cumprindo pena de prisão por três anos. Só a partir dessa data é que o argumento da legítima defesa da honra passou a ser condenável, mas foi em 1988 que a lei sobre crimes cometidos sob forte emoção ou defesa da moral sofreu alterações.

Dois anos após o segundo julgamento de Doca Street, em 1983, Maria da Penha, farmacêutica, com mestrado pela Universidade de São Paulo, sofria a primeira tentativa de homicídio por parte do marido, Marco Antonio Heredia Viveros, economista, professor universitário. Ele tentou esconder o crime com a afirmação de que Maria da Penha tinha sido atingida por assaltantes que invadiram a casa onde o casal morava. Mesmo ela tendo ficado tetraplégica na primeira tentativa de assassinato, quatro meses depois, durante o banho, ele tentou eletrocutá-la. Perícias indicaram que os crimes foram cometidos pelo marido, mas o primeiro julgamento sobre o caso só aconteceu oito anos depois, em 1991. Marco Antonio foi condenado a quinze anos de prisão, mas não os cumpriu em função de recursos apresentados por sua defesa. Em 1996, outro julgamento foi realizado, nova condenação proferida, dessa vez de dez anos de prisão, e mais uma vez os recursos da defesa garantiram liberdade para o sentenciado. Dois anos depois, em 1998, juntamente com o Centro para a Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e o Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM), Maria da Penha encaminhou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) petição contra o Estado brasileiro, concernente ao caso de violência doméstica sofrida por ela. Somente em 2001, o Estado

brasileiro foi responsabilizado pela OEA “por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica contra as mulheres” (SOUZA; BARACHO, 2015, p. 84), com a recomendação de, entre outras coisas, criar uma lei adequada à responsabilização e prevenção a crimes como esse. Marco Antonio ficou preso por dois anos.

A apresentação desses casos pareceu-me imprescindível por terem sido importantes mobilizadores de mudanças legais e de comportamento em relação à violência cometida contra mulheres. Como dito anteriormente, já havia o entendimento de que esse tipo de violência tomava proporções de epidemia. No entanto, quando esses dois corpos femininos foram violados, a voz de quem lutava contra esse tipo de violência foi ouvida mais intensamente, a ponto de chamar a atenção de órgãos internacionais e de legisladores. Isso me faz pensar que alguns corpos femininos importam mais que outros, que algumas perdas são mais lamentáveis ou causam mais revoltas que outras. Em 2006, entrou em vigor a Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, e, com ela, novas diretrizes para o tratamento dos casos de violência contra a mulher. Houve a ampliação do entendimento que se tinha sobre violência, sendo as violências física, psicológica, sexual, patrimonial e moral incluídas no escopo de atos imputáveis. Essa Lei prevê a aplicação de medidas protetivas de urgência (afastamento do lar, proibição de se aproximar da vítima e, em alguns casos, dos familiares) e prisão em flagrante, preventivamente e por condenação, além da criação de mecanismos de responsabilização e educação dos agressores.

Em menos de trinta anos, no Brasil, homens foram deslocados do conhecido lugar de provedores de vida e de morte das mulheres. A violência não seria mais absolvida; era essa a expectativa. Todavia, nem todos os homens acompanharam essas transformações. Nem todos foram exemplarmente responsabilizados. Nem todos foram sequer responsabilizados. Alguns foram mais do que responsabilizados: foram empurrados para o limite da humanidade, lá por onde circulam os monstros.

## **2.2 Da invisibilidade costumeira aos tentáculos da Justiça**

*Não obstante, respondi que perdera um pouco o hábito de me interrogar a mim mesmo e que era difícil dar-lhe uma resposta (CAMUS, O estrangeiro, 1972, p. 85).*

Na década de 1990, o índice de homicídios no Brasil cresceu assustadoramente (LEITE, 2009). Era preciso entender esse fenômeno e fomentar ações que pudessem lidar com

a onda de violência que crescia e, por isso, estudos foram realizados em diversas capitais do País. Em Minas Gerais, notou-se o aumento desproporcional da população em aglomerados e, nesses lugares, comumente pouco assistidos por órgãos públicos, o aumento do número de crimes violentos entre os moradores da localidade. Outro dado verificado foi que, entre as vítimas de homicídio, os jovens eram os que predominavam. Acesso à arma de fogo e o comércio ilegal de substâncias psicoativas colaboravam para aumentar a mortalidade nessa parcela da população. O clima era de tensão (LEITE, 2009).

Ainda em 1990, o Projeto *As Regras de Tóquio* foi aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas. O objetivo desse Projeto era incentivar a adoção de medidas alternativas ao cárcere e melhorar o tratamento à população carcerária como forma de prevenir a criminalidade. Havia a recomendação do uso de pena restritiva de liberdade, ou seja, a pena de prisão, apenas em casos graves. Para os crimes de menor potencial ofensivo, eram recomendadas as penas alternativas (LEITE, 2009). As alternativas penais são:

[...] mecanismos de intervenção em conflitos e violências, diversos do encarceramento, no âmbito do sistema penal, orientados para a restauração das relações e promoção da cultura da paz, a partir da responsabilização com dignidade, autonomia e liberdade (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2016, p. 27 apud MINAS GERAIS, 2017, p. 52).

Em meio a essas questões – revisão da pena para crimes contra mulheres, aumento do número de homicídios, especialmente entre os jovens, aumento também da população carcerária, recomendação da adoção de alternativas penais, entre outras –, em 2002, foi possível pensar, articular e instituir a Política de Prevenção à Criminalidade em Minas Gerais, junto à Secretaria de Estado de Defesa Social. Essa política deveria buscar “construir, e articular soluções plurais aos fenômenos que incidem em conflitos, violências e processos de criminalização, em três níveis possíveis de atuação” (LEITE, 2009, p. 121): primária, secundária e terciária. A atuação primária prevê ações nos territórios onde as pessoas estão mais vulneráveis à violência e aos processos de criminalização. A secundária é voltada para pessoas já em processo de criminalização, com oferta de medidas educativas alternativas à prisão. Na prevenção terciária o objetivo é atender pessoas que sofreram privação de liberdade, buscando sua inclusão social, de modo a diminuir estigmas e processos de vulnerabilidades decorrentes das violências sofridas e exercidas na vivência da prisão. O Programa Ceapa é um programa de prevenção secundária, que visa a diminuir a vulnerabilidade criminal de quem já cometeu um crime, dando-lhe recursos para não cometer novos delitos.

O Programa Ceapa é o principal responsável, em Belo Horizonte, por encaminhar e acompanhar pessoas em cumprimento de alternativas penais.<sup>16</sup> Segundo o documento *Política de Prevenção à Criminalidade: a experiência de Minas Gerais*,<sup>17</sup> para a viabilização legal de seu funcionamento, há um Termo de Cooperação Conjunta firmado entre Secretaria Estadual de Defesa Social, Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública. O Programa abrange todos os bairros do município e funciona no centro da cidade para facilitar o acesso dos usuários atendidos. A equipe de atendimento é composta por profissionais das áreas de Direito, Serviço Social e Psicologia, além de estagiários de cada área, que dialogam com a supervisão metodológica e com a diretoria do Programa. Para a realização do trabalho, o Ceapa estabelece parcerias com instituições que prestam serviços de utilidade pública, sem fins lucrativos, governamentais ou não. Essas instituições recebem os usuários do Programa para que cumpram a medida determinada. Em Belo Horizonte, há a predominância de dois tipos de medida: a prestação de serviços à comunidade<sup>18</sup> e a participação em grupo reflexivo temático (MINAS GERAIS, 2015). A segunda modalidade é aplicada aos casos de pessoas autuadas por uso ou porte de drogas, delitos de trânsito,<sup>19</sup> delito ambiental<sup>20</sup> e para as situações de violências.<sup>21</sup>

Tanto na modalidade de prestação de serviços à comunidade quanto na de grupos reflexivos os objetivos são os mesmos: diminuir a vulnerabilidade criminal de quem já cometeu um crime e diminuir a população carcerária, pois o cumprimento da pena se dá em horário contrário ao do trabalho, preservando os vínculos sociais e de trabalho, minimizando os danos sociais a que o condenado estaria submetido no regime de prisão (MINAS GERAIS, 2009). A comunidade vê e participa de sua reparação, ele se responsabiliza por seu ato e pode

---

<sup>16</sup> Em Belo Horizonte, há também o SEFIPS - Setor de Fiscalização de Penas Substitutivas -, que acompanha apenas casos em que houve condenação e a pena foi substituída total ou parcialmente por pena privativa de direito. Funciona nas dependências do Fórum Lafayette e é um setor da Vara de Execuções Penais.

<sup>17</sup> Disponível em: <http://www.institutoelo.org.br/site/files/publications/ac377104e2df2141aa4d5d6246ca487d.pdf>. Acesso em: 14/08/2017.

<sup>18</sup> Nesse caso, são verificadas as habilidades que o usuário apresenta, sua disponibilidade de horário e instituições próximas à sua casa ou trabalho que precisam do tipo de serviço que ele pode oferecer.

<sup>19</sup> Os crimes mais comuns de trânsito acompanhados são: dirigir sem habilitação, emprestar veículo a desabilitado e dirigir sob efeito de álcool ou outras drogas (CP2 PESQUISAS, 2011).

<sup>20</sup> Os delitos ambientais mais frequentemente acompanhados pelo Programa são porte de animal silvestre e poda irregular (CP2 PESQUISAS, 2011).

<sup>21</sup> O Programa recebe, para cumprimento de medida, outros casos que envolvem violência, como o grupo para mulheres autuadas por atos de violência, os autuados por violência em torcidas organizadas de times de futebol e os que vêm por lesão corporal leve contra outro homem. Nos grupos de mulheres, chegam mais comumente situações de maus-tratos ou negligência contra os filhos e brigas entre vizinhas. Os casos de violência das torcidas organizadas e de lesão corporal leve são inseridos nos grupos de homens autores de violência contra a mulher, mas são minoria nesses grupos.

ser reintegrado à sua comunidade, que o acolhe e cuida para que não erre novamente. Criminoso e comunidade protegidos por muitos olhos.

Sob a égide de uma Constituição Federal que muito criminaliza pequenos atos, práticas que antes eram banalizadas agora passam a fazer parte do rol de delitos que demandam a aplicação de alternativas penais. De brigar com vizinhos, podar árvore que a prefeitura demora a fazer, usar substância psicoativa, dirigir sem habilitação, jogar em bingos até dirigir embriagado e cometer crimes de violência, uma ampla gama de atos passa a ser alcançada. Com tantos olhos nos mirando, é preciso aprender a se proteger desse Estado onipresente. Os presídios continuam abarrotados, o crime está por toda a parte (sua reparação, também) e os olhos do Estado “enxergam” cada vez melhor. Sua presença é capilar, assim como suas práticas o são.

A aplicação da pena de grupo reflexivo para os casos de violência costuma ser acompanhada por prisão preventiva ou em flagrante, determinação de uso de monitoração eletrônica, afastamento do lar, assinatura mensal no fórum por parte do denunciado diante do juiz e, em alguns casos, de prestação de serviços comunitários. A possibilidade de cumprimento da pena em liberdade permite inferir que não estamos diante do monstro que deve ser exilado, tirado do total convívio ou morto. Parece que esses homens apresentam a marca da monstruosidade, mas podem voltar a ser humanos; permanecem entre a liberdade completa e a monstruosidade total. Podem se redimir após o cumprimento de todas as penalidades, desde que aprendam a lição: governar-se. O grupo reflexivo parece ser o espaço capaz de demarcar quais homens devem ser punidos e quais serão perdoados ao nem serem encaminhados para ele; quais poderão ser redimidos e quais nem sequer serão considerados para tal modalidade penal; quais terão suas vidas expostas ou compartilhadas e quais continuarão a contar com o anonimato protetor.

O caráter pedagógico dessa pena é frequentemente reiterado, porém não há, nos documentos produzidos pelo Programa e consultados para a realização desta pesquisa, uma definição clara do que entendem por “caráter pedagógico da pena” ou sobre o “caráter educativo” dos grupos reflexivos. A bibliografia sobre grupos reflexivos enquanto conceito ou metodologia de trabalho ainda é escassa. Segundo Acosta, Antunes Filho e Bronz, (2004, p. 23) “o grupo reflexivo constitui-se como um espaço de inclusão dos sentimentos, da subjetividade e das relações em um sistema grupal de convivência e reflexão”. Trabalha-se a um só tempo os sujeitos, suas relações e o grupo, de modo que “o próprio grupo realize a ação reflexiva” (ACOSTA; ANTUNES FILHO; BRONZ, 2004, p. 23).

As analistas sociais têm autonomia para definir suas estratégias e as estabelecem seguindo a ideia da prevenção a novos delitos. Mesmo que não esteja escrito, formalizado, definido, o que parece ser buscado pelo Programa é a produção de um sujeito que entenda os limites que suas ações devem ter, obedecendo a leis, regras, normas de conduta. O Programa “quer um sujeito” (CORAZZA, 2001, p. 15), precisa de um determinado sujeito obediente e ciente, tocado por sua intervenção. Para isso, ele produz um currículo que tem finalidades específicas e utiliza determinadas estratégias.

Os grupos reflexivos para homens autores de violência em Belo Horizonte foram pensados como medida de proteção às mulheres. Ao apresentarem e discutirem com esses homens outros modos de resolução de conflitos, intencionam prevenir novas agressões. No entanto, a observação de um grupo do Programa Ceapa em Belo Horizonte/MG, juntamente com as informações disponibilizadas, me possibilitaram a verificação da predominância de certos aspectos desse público: baixos salários, pouca escolaridade, não-brancos, muitos deles usuários de álcool e/ou outras substâncias psicoativas e moradores de áreas periféricas da cidade. Essas informações a respeito dos homens que cumprem a medida penal em Belo Horizonte apresentam o paradoxo existente entre os corpos femininos que são lamentados e mobilizam mudanças legislativas e nos costumes – como mostrado no tópico anterior – e os corpos que, em função de tais mudanças, passam efetivamente a ser penalizados.

Parece haver um ruído, algo soa estranho nessas informações. Por que o corpo lamentado é o branco, escolarizado, rico, socialmente bem-sucedido e quem cumpre a pena pela violação do corpo de mulheres, doze anos após a promulgação da Lei Maria da Penha, é somente o corpo não-branco, pouco escolarizado, pobre, morador de periferia? Como a justiça alcança esse homem e não alcança aquele que violou o corpo branco? Essa distinção entre o corpo violado que mobiliza lamentações e o corpo que é punido faz pensar, como Butler (2009, p. 58) vem discutindo, que “certas vidas estão altamente protegidas, [...] [enquanto] Outras vidas não gozam de um apoio tão imediato e furioso, e não se qualificaram inclusive como vidas que ‘valham a pena’”.

### **2.3 O homem trabalhador, provedor, conservador vira monstro educável**

*É o mesmo para todos: a gente se casa, ama ainda um pouco, trabalha. Trabalha tanto que se esquece de amar (CAMUS, A peste, 2017, p. 81).*

O apelo à judicialização das relações e ao linchamento dos que cometem atos de violência parece aumentar a distância que separa as pessoas supostamente “de bem” dos “criminosos”. Ouvimos, lemos, vemos figuras de prestígio político e econômico entoarem o lema: “bandido bom é bandido morto”.<sup>22</sup> Mas não se trata de qualquer bandido, de qualquer pessoa que cometa um crime. Algumas marcas colaboram para a distinção de quais criminosos devem ser punidos.

Uma das marcas de distinção comum a todos os homens que cumpriram aquele grupo reflexivo era o fato de terem praticado alguma violência, a maioria contra alguma mulher. Definir o que é violência é complexo e precisa que se leve em conta sua contingência e historicidade, a multiplicidade de sentidos que o termo pode carregar. Para defini-la, é preciso esclarecer, correlatamente, o que se entende por não-violência; “é preciso reconhecer a luta política, travada dentro e entre diferentes grupos sociais, quando se trata desta significação (e de outras significações)” (MEYER, 2009, p. 216). As práticas que foram consideradas atos de violência no grupo pesquisado foram ameaças e violências patrimonial, física, psicológica e institucional. Tais classificações foram esclarecidas e discutidas, não só para que os homens do grupo pudessem ampliar suas noções sobre as dimensões que a violência tem, mas também para entenderem o que os atos cometidos e relatados por eles continham de violação à pessoa que deles foi vítima.<sup>23</sup>

Não os classifico como violentos, mas posso dizer que se trata de indivíduos que cometeram ato(s) de violência. Na Lei pela qual foram autuados, o ato de violência é caracterizado em sua relação com a noção de gênero. Ela define que se “configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte,<sup>24</sup> lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2010, p. 13). O documento qualifica os atos de violência como física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, especificando cada um deles.<sup>25</sup> Essa classificação é importante,

---

<sup>22</sup> Um exemplo disse poder ser visto na matéria disponível em: <http://istoe.com.br/para-maioria-bandido-bom-e-bandido-morto>. Acesso em: 10/08/2017.

<sup>23</sup> No capítulo 4, apresento como as analistas trabalharam os tipos de violência tipificados na LMP e as violências que os homens cometeram.

<sup>24</sup> Em março de 2015, houve uma alteração no código penal, sendo o feminicídio incluído como condição qualificadora do crime de homicídio, ou seja, quando a motivação para o homicídio advenha da condição da vítima de ser mulher.

<sup>25</sup> No texto da Lei, no Capítulo 2, artigo 7º, violência física é caracterizada por qualquer ação que ofenda a integridade ou saúde corporal; a psicológica diz da conduta que pode causar dano emocional e diminuição da autoestima da mulher ou que prejudique seu desenvolvimento ou, ainda, que vise a degradar ou controlar suas ações; a violência sexual é caracterizada por ação que coíba a mulher a presenciar, participar ou manter relação sexual não desejada; a violência patrimonial diz da conduta que visa a reter, subtrair, destruir parcial ou

mas insuficiente para a discussão que aqui apresento, porque os homens, no grupo, não são associados ao ato violento cometido. Não tive acesso a seus formulários e o Programa não tem acesso aos autos do processo<sup>26</sup>; o trabalho é realizado a partir do relato dos homens, do que escolhem contar.

No grupo que observei, vinte e sete homens foram convocados a participar, mas apenas dezenove se apresentaram. Dos dezenove, onze foram denunciados por violência contra (ex-) namorada ou (ex-) esposa; dois por violência contra o irmão; quatro contra a irmã; um contra a tia e um contra a filha. Um dos que foi autuado por agredir a ex-esposa estava brigando com o pai e a esposa, ao tentar separá-los, foi agredida (segundo o autor, acidentalmente). Todas as agressões aconteceram no âmbito domiciliar ou familiar, segundo o relato dos participantes.

O primeiro encontro foi de apresentações. Apresentou-se a Ceapa, apresentaram-se as analistas sociais, apresentei-me e à pesquisa, apresentaram-se alguns homens (havia dezesseis nesse dia). As apresentações, exceto uma, passaram pela descrição da relação com a vítima, a coabitação ou não com ela e detalhes sobre o conflito que gerou a queixa. A descrição da vítima passava, invariavelmente, pela caracterização de um “gênio difícil”, identificado há muito tempo. Os homens acentuavam as intrigas, traições, implicâncias, mas também como eram dedicados ao trabalho. Muitos disseram o quanto trabalharam para construir a casa própria que tiveram que abandonar no dia da autuação. Diziam: “minha casa!”.

Mesmo sendo praticada por uma pessoa, a violência não pode ser reduzida a um ato de vontade exclusivamente individual nem a uma patologia, tampouco a uma classe social ou a um grau de escolaridade. Portanto, é preciso perguntar em que consistiu a formação violenta desses homens. “É claro que quem comete um ato de violência é responsável por ele; não foram enganados, nem são mecanismos impessoais de força social, se não agentes com responsabilidade” (BUTLER, 2009, p. 40). No entanto, partindo do fato de que quem comete ato de violência não é tão autônomo nem tão entregue a uma patologia clínica ou social, precisamos perguntar sobre os elementos que colaboraram na produção do homem autor de violência. Não me arriscarei a um diagnóstico, não tenho elementos suficientes para isso e nem tal pretensão. O que acredito ser importante aqui é discutir o enquadramento que nos leva a ver o mal neles, a buscar na face deles a monstruosidade usada para justificar sua exclusão, num primeiro momento, e, em seguida, sua reintegração.

---

totalmente bens, objetos pessoais ou instrumentos de trabalho; a violência moral configura injúria, difamação ou calúnia contra a mulher.

<sup>26</sup> Caso a equipe do Programa entenda ser necessário conhecer mais detalhes sobre o processo, a/o analista social advogada/o pode solicitar junto à Vara Criminal onde o processo foi instaurado.

Os enquadramentos são operações de poder que decidem as condições de aparição visual e discursiva de indivíduos; são da ordem da normatividade. “Os sujeitos são constituídos mediante normas que, quando repetidas, produzem e deslocam os termos por meio dos quais os sujeitos são reconhecíveis” (BUTLER, 2017, p. 17). Para que uma vida seja considerada vivível, lamentável quando perdida, ela precisa estar vinculada a um enquadramento, que atua de modo a diferenciar “as vidas que podemos apreender daquelas que não podemos” (BUTLER, 2017, p. 17). Isso significa que o reconhecimento, a indignação, a revolta, a compaixão dependem de como os enquadramentos são comunicados. Existem meios de mostrar “o humano em sua fragilidade e precariedade, que nos permitem defender o valor e a dignidade da vida humana, reagir com indignação quando vidas são degradadas ou dilaceradas sem que se leve em conta seu valor enquanto vidas” (BUTLER, 2017, p. 118).

Os homens que observei foram sendo convertidos em monstros, em “malditos”, como disse um deles no primeiro encontro. Os homens, assim como acontece aos monstros e aos infames, passaram a habitar o intervalo entre a humanidade e a natureza selvagem, “como um homem sem cultura e como um animal sem instinto [...] um ser mítico, um ser monstruoso cuja definição é impossível, porque ele não provém de nenhuma ordem enunciável” (FOUCAULT, 1984, p. 205). Homens que fugiram a um ideal de autocontrole, educação, bons modos, instrução. Homens que pareciam ocupar um lugar suspenso, sem par, sem correspondência, causando confusão “no discurso habitualmente tão pleno, tão seguro, dos magistrados” (FOUCAULT, 1984, p. 194) e de outras áreas de conhecimento que deles se aproximem. Segundo Cohen (2000), “em sua maior parte, a diferença monstruosa tende a ser cultural, política, racial, econômica, sexual” (p. 32). Essa diferença é construída historicamente, nas relações de poder nas quais esses homens estão inseridos e das quais participam.

Os dados sobre os homens autuados por violência contra a mulher e que foram encaminhados para o grupo que observei seguiam o mesmo padrão dos dados dos 417 homens encaminhados para atendimento no ano de 2017, conforme apresentado. Eles eram, em sua maioria, não-brancos – 41% se autodeclararam pardos e pretos e 12% disseram ser brancos; pobres – 70% não declararam renda, mas suas roupas e suas histórias diziam da condição economicamente desfavorecida; tinham baixa escolaridade – apesar de muitos não terem informado a escolaridade ao Programa, era perceptível a dificuldade da maioria para escrever, inclusive do único que declarou ter frequentado curso superior; não contavam com trabalho

formal – apenas 38% deles trabalhavam formalmente, o restante relatava estar desempregado ou fazendo pequenos serviços, os “bicos”.

No entanto, esses dados não dizem que só esses homens cometem atos de violência contra mulheres, mas que são esses os mais assiduamente capturados pelos tentáculos certos da Justiça, e não outros. Perfil aproximado é encontrado nos presídios do país, segundo dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), expressos no relatório de 2014.<sup>27</sup> Dentre os que cumprem pena de privação de liberdade em Minas Gerais, 67,54% são negros ou pardos e 54,34 % possuem apenas ensino fundamental incompleto. Ainda sobre quem ocupa as prisões em Minas Gerais, 39 % dos encarcerados são presos provisórios<sup>28</sup>, ou seja, que ainda não tiveram sua sentença proferida por um juiz. Ao passarem pela prisão – o que aconteceu com muitos que estavam no grupo –, se depararam com a violência praticada pelo Estado e com o não-lugar que passaram a ocupar, mesmo que temporariamente. Um homem que participou do grupo relatou “que ficou assustado por ser tratado como um assassino ou traficante por estar ali [na prisão]”, mas ele “é diferente e foi tratado de maneira igual” (Diário de campo, encontro 3, 26/06/2018). Ficou emocionado durante esse relato, precisando interromper algumas vezes para conter as lágrimas.

Os homens aos quais os grupos reflexivos de violência atendem não costumam ser o público-alvo preferencial de políticas públicas de saúde, educação ou moradia, por exemplo. Comumente, não são pensadas ações para eles, a não ser aquelas relacionadas à atividade laboral. Desses homens não se ouve falar antes de cometerem o ato de violência e poderiam continuar invisibilizados na lógica do “notável”: pessoas desprovidas das marcas do privilégio e do prestígio, mas que, de algum modo, “gozavam, [...] de margens de tolerância, conquistadas pela força ou pela obstinação; e essas margens eram para elas condição tão indispensável de existência que muitas vezes estavam prontas a se sublevar para defendê-las” (FOUCAULT, 2014, p. 82).

O que é possível afirmar a partir dessas informações é que a Justiça tem um limite de alcance, e esse limite parece estar restrito a um determinado público, a um espaço geográfico, a uma determinada escolaridade, a uma determinada classe. A violência contra as mulheres está ainda entranhada e disseminada por toda a cultura brasileira, mas os homens que chegam ao Programa Ceapa em Belo Horizonte para cumprir medida em razão de tal crime

---

<sup>27</sup> Disponível em [http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/infopen\\_dez14.pdf/@@download/file](http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/infopen_dez14.pdf/@@download/file). Acesso em: 03/05/2017.

<sup>28</sup>Dados disponíveis em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/02/b5718a7e7d6f2edee274f93861747304.pdf>. Acesso em: 13/09/2017.

apresentam uma realidade que pode corroborar com a ideia distorcida de que há um tipo de homem mais propenso a tais atos de violência. Pareceu-me que há, sim, um tipo, mas um tipo que é mais facilmente capturado e penalizado e outros tipos que conseguem se esquivar.

Não se trata aqui de justificar a ação violenta que cometeram nem tomar frente em sua defesa, mas reconhecer, com Foucault (1984), que estamos diante de “vidas privadas de qualquer futuro, privadas de qualquer oportunidade”, seres que persistem cotidianamente suportando “o impossível” e que, “ao horror mudo de cada dia, à condição de animal e de enganado, ele substituiu com um horror mais gritante, o protesto de uma hecatombe” (p. 187).

Uma leitura possível dessa trajetória que levou homens autores de violência até bem perto da fronteira monstruosa, além das já apontadas, diz das denúncias das hierarquias de gênero, que foram de fundamental importância para dar visibilidade à desqualificação e às violências sofridas pelas mulheres, frequentemente no espaço privado. No entanto, “a concepção que atravessou grande parte dos Estudos Feministas foi (talvez ainda seja) a de um homem dominante versus uma mulher dominada” (LOURO, 2003, p. 37), o que acabou colaborando para a cristalização de “uma vitimização feminina” (LOURO, 2003, p. 37). O rigor que foram assumindo as questões relativas à violência contra a mulher e a urgência no tratamento delas podem também ter contribuído para deslocar os homens autores de violência contra mulheres do lugar de seres detentores de autoridade e força ao de monstros redimíveis, educáveis. Digo “educáveis” porque não permaneceram presos; ao contrário, foram convocados à reflexão. A monstruosidade exilada pode ser uma armadilha; não há lugar inalcançável, seguro para manter um monstro. E, mesmo com todos os atos violentos que esse homem cometeu ou pode cometer, a relação afetiva pode ser reatada, a mulher pode querer voltar ou não conseguir ir embora ou, ainda, ele pode vir a se envolver com outras mulheres. Empurrá-los para além da fronteira pode se tornar um engodo.

Os homens autores de violência que observei durante a pesquisa de campo chegavam muitas vezes resistentes, desconfiados, explicitando o receio de que tudo o que fosse dito no grupo pudesse ser informado ao juiz e trouxesse prejuízo ao seu processo criminal. A postura de defesa, identificada nas negativas sobre o ato de violência, não era incomum. Assumir o ato violento, contar o que aconteceu, o ligaria ao ato cometido, a uma verdade monstruosa. Seria vestir a acusação de agressor, seria ligar-se à verdade da violência e da monstruosidade. Porém, de outro modo, a cerimônia da punição ficaria incompleta. O fato é que a queixa contra o crime cometido pelos homens que observei promoveu um tipo de visibilidade. Os que antes passavam despercebidos começam a ser vistos, monitorados, vigiados por várias pessoas e instituições. Novos personagens, novos lugares, novos olhares sobre eles, registros

sobre um fragmento de suas vidas. No entanto, a princípio, essa repentina visibilidade não abre possibilidade de voz, de espaço para falar e de um lugar menos irrelevante. A queixa também tem o objetivo de ampliar as diferenças entre a vítima e o agressor, contrapondo a fragilidade de uma com a brutalidade do outro, auxiliando no deslocamento desses homens para outros lugares. Eles são inseridos em outras relações de poder, que os tornam visíveis, mas emudecidos, e, assim, são novamente tornados invisíveis.

Essa lógica dicotômica da queixa, presente no sistema judiciário, acaba por colaborar para que os homens autores de violência contra mulheres sejam empurrados para as extremidades da fronteira do humano. Eles estão entre nós, moram em nosso meio e são criados numa relação de inversões: passam de trabalhadores comuns a homens perigosos; de servis a seres capazes de uma violência assustadora; de invisíveis a bandidos; julgados pelo ato que cometeram e do que deles se constrói a partir de então.

No universo diversificado dos atendidos pelo Programa Ceapa, a escolha por esse público não se deu aleatoriamente. Esses homens são os que costumam receber o rótulo de cruéis, insensíveis, desalmados, desumanos, mas não nos permitimos ouvir a voz deles sem desconfiança. Quando conseguimos ultrapassar essa barreira, a confusão na qual eles também vivem é tornada perceptível: não se reconhecem como monstros, mas também não podem mais dizer que não fizeram nada que tenha causado sofrimento em outrem – e, não raro, neles mesmos. Passam a habitar um espaço novo, no intervalo entre a percepção que têm de si e o lugar para onde foram empurrados.

A proximidade com esses homens desestabiliza a imagem monstruosa associada a eles, como será possível verificar nos capítulos seguintes. Figuras que, por vezes, ultrapassam as fronteiras estabelecidas pela norma, que “são sinais de filiação a um corpo social homogêneo, mas que têm em si mesmos um papel de classificação, de hierarquização e de distribuição de lugares” (FOUCAULT, 2014, p. 180) promoveram desconforto, por um lado, e interesse, por outro. Exemplos não nos faltam do frenesi que causam e parece que, quanto mais grave sua ação, mais atraem atenção e curiosidade.<sup>29</sup> Um misto de horror e fascínio é uma descrição possível dos sentimentos que experimentei ao ouvir os homens autores de violência contra mulheres falando por eles mesmos. Pensei nos enquadramentos aos quais fui submetida para que a confusão também se instaurasse na minha escuta e no meu olhar.

---

<sup>29</sup> Exemplos de homens autores de violência contra as mulheres que atraem a atenção de muitos/as podem ser vistos em reportagens diversas, como: <http://www.otempo.com.br/cidades/presos-famosos-atraem-cartas-de-mulheres-apaixonadas-1.371164>; <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI184717-15228,00-AS+MANIACAS+DAS+CARTAS.html>; <http://entretenimento.r7.com/mulher/amor-bandido-o-que-leva-uma-mulher-a-se-apaixonar-por-um-serial-killer-30112014>. Acesso em: 12/08/2017.

Também fui tomada por sentimentos ambíguos. Esses enquadramentos não atingiram somente a mim, mas algumas gerações de pessoas que viram e/ou participaram das mudanças que nos deslocaram, homens e mulheres, dos lugares tidos como rígidos ou naturais num determinado momento histórico. Trabalhar formalmente, prover a casa deixou de ser credencial para se perdoar uma violência. A violência faz com que esses homens se aproximem da vida selvagem, da monstruosidade. Mas não será mais preciso exilar o monstro, mandá-lo para longe: podemos agora educá-lo.

### 3 EM MEIO AOS HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA

*O que somos ou, melhor ainda, o sentido de quem somos, depende das histórias que contamos e das que contamos a nós mesmos. Em particular, das construções narrativas nas quais cada um de nós é, ao mesmo tempo, o autor, o narrador e o personagem principal. Por outro lado, essas histórias estão construídas em relação às histórias que escutamos, que lemos e que, de alguma maneira, nos dizem respeito na medida em que estamos compelidos a produzir nossa história em relação a elas (LARROSA, Tecnologias do eu e educação, 1994, p. 48).*

“Apresente-se, por favor!”; “conte-me um pouco sobre você.”; “o que aconteceu que te fez chegar até aqui?”; “como você se sente em relação a essa situação?”. Muitas vezes começamos a narrar a nós mesmos a partir de pedidos ou de perguntas como essas. Perguntas simples, banais e cheias de possibilidades, que podem se apresentar de modo até mais informal. E se essas perguntas demorassem a chegar à sua vida? Ou se elas parassem de chegar por um tempo? Ou, ainda, se não importasse saber quem você é, o que pensa e o que te faz agir como age? Imagine uma vida que valesse menos que outras, que fosse submetida ao regime da invisibilidade. Isso não está muito distante.

Algumas vidas parecem mesmo valer menos ou serem apontadas como vidas que devem ter minadas suas possibilidades de ressignificação. Penso em muitas mulheres, pessoas que fogem do padrão heteronormativo, negros, pobres, loucos e criminosos. Quando embaralhamos um pouco esses exemplos e pensamos no homem pobre, não-branco, com baixa escolaridade, trabalhador informal ou desempregado, o sentimento pode ser de solidariedade? Pode haver desejo de escuta sobre sua trajetória e vida simples? Ao *perfil* dele, acrescente o fato de ter agredido uma mulher e ter sido autuado pela Lei Maria da Penha. Continua interessada/o? Que sentimentos a/o tomaram?

Ouvir quem habita as fronteiras do humano não é tarefa simples. As narrativas disputam espaço, brigam pelo status de verdade e, com muita frequência, nutrem-se dos notáveis ou de quem produziu atos de valentia, heroísmo ou de resistência. Ir ao encontro de quem cometeu violência contra mulher, de quem é nomeado “monstro”, de quem hoje carrega a marca da abjeção e escrever a história daquilo que não deveria nem ter sido possível, mas que aconteceu, pode trazer novos sentidos, fazer emergir fatos, reflexões e análises que me

parecem importantes para ampliar tanto as discussões no campo da Pesquisa Narrativa quanto no campo dos Estudos de Currículo e dos Estudos de Gênero.

A necessidade de contar e ouvir histórias talvez seja o que nos torne mais humanos. Algumas histórias são capazes de atravessar séculos e permanecerem atuais. As histórias que contamos e ouvimos são como muitos fios firmes – mas não indestrutíveis –, que seguem em linha reta, dando voltas, esticados, embolados, sendo entrecruzados, produzindo saberes de/para/sobre indivíduos, grupos, pequenas ou grandes comunidades. Quando contadas em um grupo, as histórias “vão se tornando, ao longo do tempo, tanto extremamente pessoais quanto eternas, pois assumem vida própria quando são repetidas muitas vezes” (ESTÉS, 1998, p. 38). As histórias têm vontade de verdade.

Aliando e articulando a investigação narrativa com elementos da observação, sob a perspectiva pós-crítica e dos estudos foucaultianos, o objetivo deste capítulo é apresentar uma análise de como a narrativa de homens autuados por violência contra a mulher no espaço de um grupo reflexivo executado pelo Estado nos convida a pensar a complexidade das discussões sobre quem comete violência, o silenciamento imposto e os enquadramentos feitos sob esse viés. O argumento é que a pesquisa narrativa como ferramenta analítica abre meios para que o inesperado tome assento e transforme a pesquisa, a pesquisadora e os pesquisados, chacoalhando algumas normas e muitos sentimentos.

### 3.1 Quais histórias queremos ouvir?

*Qual seria o relato capaz de dar o ponto de vista não daquele que escolhe entre vários destinos, não daquele que quer dar um sentido a sua vida e triunfa ou fracassa, mas o do homem esmagado pelo destino, do homem que se adapta a viver na falta de destino. Qual seria o relato que nos daria a sabedoria de ver que não somos, de compreender que não compreendemos, de saber que não sabemos, de viver o que não vivemos. Qual seria o relato desse não ver, desse não compreender, desse não saber e desse não viver que, uma vez intuído, já nunca nos abandonará (LARROSA, 20 minutos na fila, 2014, p. 735).*

Ao buscar ouvir as histórias desses homens, o objetivo não era encontrar uma verdade dos fatos; isso, na nossa sociedade, é atribuição e direito da Justiça. Uma das questões que me interessava era como eles se percebiam a partir da quase inevitável monstruosidade advinda

do ato violento que cometeram e como se posicionariam em um espaço onde podiam falar, usar das palavras para reconstituir o vivido. Poder falar, poder ser ouvido, poder se ouvir, se ver, se rever são operações por meio das quais “o ser se constitui historicamente como experiência, isto é, como podendo e devendo ser pensado” (FOUCAULT, 1984, p. 12).

A análise narrativa pareceu-me a escolha metodológica mais acertada para que eu pudesse acompanhar a produção ou a ressignificação de um sujeito a partir de suas próprias palavras. Entendo a narrativa como um procedimento que visa a dar materialidade aos relatos, confissões, revisões, reflexões, contestações que os homens autores de violência contra mulher compartilharam nos grupos reflexivos. Trata-se de uma maneira de evidenciar os fenômenos presentes na fala, que dizem de um modo de vivenciar o mundo e a si mesmo (CONNELLY; CLANDININ, 1995). Trata-se de um modo de pesquisar que “usa as narrativas tanto como método quanto como fenômeno do estudo” (PAIVA, 2008, p. 3) e que compreende que somos seres contadores de histórias, “vivemos vidas relatadas” (CONNELLY; CLANDININ, 1995, p. 11). Não se tratava de ouvir histórias para interpretá-las, mas para “ativar os saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados e relacioná-los aos saberes verdadeiros” (PARAÍSO, 2014, p. 41), tal como nos instrumentalizou Foucault e as pesquisas pós-críticas.

Há um caráter complexo nesse tipo de investigação, que é o modo como o sujeito narra suas vivências. Passado, presente e futuro são articulados e reinventados quando a vida – ou fragmentos importantes dela – precisa ser transmitida por meio da fala. É preciso ter em mente que “[...] as pessoas estão vivendo suas histórias em um contínuo contexto vivencial e, ao mesmo tempo, estão contando suas histórias enquanto refletem sobre suas vivências e se explicam para os demais”<sup>30</sup> (CONNELLY; CLANDININ, 1995, p. 22).

Segundo Larrosa (1994), quem somos, ou quem pensamos que somos, depende das histórias que contamos e ouvimos sobre nós mesmos e das histórias que circulam e nas quais somos inseridos. O contar e recontar nossas histórias pode nos trazer novos sentidos, fazer emergir fatos, sensações e sentimentos dos quais não tínhamos nos dado conta. “As pessoas vivem histórias e no contar dessas histórias se reafirmam. Modificam-se e criam novas histórias. As histórias vividas e contadas educam a nós mesmos e aos outros (CLANDININ; CONNELLY, 2015, p. 27).

---

<sup>30</sup> Tradução livre de “La tarea central es evidente cuando se comprende que la gente está viviendo sus historias en un continuo contexto experiencial y, al mismo tiempo, está contando sus historias con palabras mientras reflexionan sobre sus vivencias y se explican a los demás. (CONNELLY; CLANDININ, 1995, p. 22).

A investigação narrativa, como historicamente vem sendo utilizada nas Ciências Sociais, especialmente na Psicologia e na Sociologia, tem correspondência com o uso que a Educação faz desse método. Seja para maior entendimento de questões particulares, seja para uma leitura mais ampla sobre a formação de grupos ou de comunidades, os métodos utilizados pelas Ciências Sociais – como estudo de caso, biografias, análise institucional, história de vida – contribuíram para os estudos educacionais e de formação de professores (CONNELLY; CLANDININ, 1995). Diário de campo, diário dos participantes da pesquisa, entrevistas, histórias orais, cartas, autobiografias e biografias, diário de classe, boletins, regulamentos, leis, todos esses meios podem ser utilizados para a produção de informações numa investigação narrativa no campo educacional.

Independente da escolha do instrumental, um ponto importante nesse tipo de investigação é observar o particular sem perder de vista sua articulação com o geral, com o saber que circula como verdadeiro. Esta pesquisa se debruçou sobre “um saber particular, regional, local, um saber diferencial incapaz de unanimidade e que só deve a sua força à dimensão que o opõe a todos aqueles que o circundam” (FOUCAULT, 2017a, p. 267). Um saber localizado num ponto muito distante do saber científico, tido como bestial e que vem sendo socialmente empurrado para fora, desqualificado, hierarquicamente inferiorizado, seja pelo fato de, no momento atual, ser inconcebível qualquer violência contra as mulheres, seja por se tratar de autores de crimes que também são, em sua maioria, pobres, não-brancos e pouco escolarizados.

Para a realização desta pesquisa, foi preciso cautela em relação a três pontos cruciais, como instrumentaliza Larrosa (2014): a assimetria pesquisador/pesquisado, a visibilidade exagerada das situações ocorridas e as políticas de identificação. Para Larrosa (2014), é preciso ter algumas reservas ao fazer uma pesquisa em que a vida, ou um fragmento da vida de alguém, está em jogo, especialmente no caso de pessoas socialmente marginalizadas. O autor alerta para uma espécie de turismo social que “costuma produzir, esses relatos tecidos de assombro, arrogância, boa consciência e boa vontade” (LARROSA, 2014, p. 719).

Por sermos, como pesquisadores, produtores de saberes que tendem a ser vistos como mais verdadeiros, que estabelecem “a relação legítima entre as palavras e as coisas, entre a experiência e o sentido, os que clarificam, ordenam e escrevem o mundo, os que têm a arrogante pretensão de conhecê-lo, julgá-lo, transformá-lo” (LARROSA, 2014, p. 742), é preciso problematizar sempre “nossos conceitos, nossas teorias, nossos métodos” (p. 742). Estar atento ao lugar no qual nos colocamos na relação com o pesquisado, com suas posturas, crenças, expressões é fundamental não só para a manutenção da confiança como também para

não se apropriar, deturpar ou interpretar a experiência do outro. O risco da captura dos sentidos e dos saberes daqueles que nos emprestam suas histórias está sempre à espreita.

O segundo ponto que exige cautela quando se faz uma narrativa de relatos da experiência de alguém ou de um grupo é o da visibilidade exagerada. Numa tentativa de focalizar determinada situação ou problema, corre-se o risco de banalizá-lo ao lhe dar ares de extraordinariedade. Larrosa (2014) denomina esse fenômeno de “armadilhas do reconhecimento”, ou seja, é “como se a generalização do reconhecimento conduzisse a sua banalização, como se a universalização do direito a ser alguém convertesse esse ser alguém em algo completamente insignificante” (p. 720). Esse ponto remete à importância do processo, do acontecer cada dia um pouco, da “textura da experiência [que] é esse passo a passo em que cabe o tédio” (LARROSA, 2014, p. 734), o ordinário, que acontece longe dos holofotes e que diz da vida de certas pessoas, em certos lugares. Para tentar fugir de tal risco, observei não atos excepcionais, públicos ou publicizados, mas uma rotina, a intimidade que vai ou não sendo estabelecida no grupo, as conversas “fiadas”, as coisas tidas como corriqueiras que muitas vezes passam despercebidas e que podem ser repletas de sentido.

O último ponto de cautela diz respeito às políticas de identidade ou de identificação. Refere-se a como descrevemos ou explicitamos as características de determinado público, muitas vezes na tentativa de esclarecer o leitor sobre o que se pesquisa, de modo a não homogeneizar, não colonizar, não generalizar. A partir de que lugar o narrador fala? Sob qual perspectiva? Ao pesquisador/narrador cabe converter “as experiências e as subjetividades dos outros em experiências e subjetividades compreensíveis, inteligíveis, representáveis, identificáveis” (LARROSA, 2014, p. 742).

Com tal responsabilidade, diante de homens que causam todo tipo de sentimento contraditório, foi preciso atenção para não empurrá-los para mais distante ainda das fronteiras do humano e nem para desculpá-los ou justificá-los. Por serem pessoas que estão respondendo a processo de julgamento judicial e social, marcadas por estigmas e apontamentos diversos, o cuidado para não acentuar estereótipos, para ir além das narrativas possibilitadas sobre eles no momento atual foi o desafio a que me propus.

Em articulação com o pensamento de Foucault, foi preciso “interrogar universais antropológicos” (LARROSA, 1994, p. 44), “problematizando as ideias com respeito à autoconsciência, à autonomia ou à autodeterminação, analisando as condições históricas de sua formação na imanência de determinados campos de conhecimento” (LARROSA, 1994, p. 44). Ou seja, foi necessário afastar-me da ideia de essência humana ou de determinismo, entendendo que os sujeitos são produzidos historicamente, na convergência de diversos

discursos, de diferentes relações de poder-saber, por enquadramentos variados e por determinadas técnicas de si.

Temos a tendência de buscar a linearidade temporal nos relatos que escutamos, em uma tentativa de organização mental dos fatos para melhor entendimento. Ou, ainda, buscamos as causas ou nos justificamos diante de uma falha, como se nossa vida e nossas histórias precisassem passar pelo crivo de uma causa-e-efeito racionalizados. A orientação para a escuta dos relatos e para esta investigação narrativa passou mais pela tentativa de perceber como aqueles homens puderam “desfazer certas ordens cristalizadas no espelho do Tempo, incluindo aí novas e estranhas pedrinhas, a fim de criar outras ficções de vida, outras vidas” (PELBART, 1993, p. 12).

Para ver e ouvir o currículo do grupo e as situações ali vividas, a observação foi de fundamental importância. Trata-se de um procedimento que possibilita estar entre os observados, fazer parte de determinada rotina, ver um fragmento de vida acontecer. Exatamente por estar presente por um tempo maior do que o de uma ou duas entrevistas, por manter-me próxima durante determinado período de modo regular, não foi possível desconsiderar a influência que exerci sobre o ambiente e sobre os pesquisados. Foi preciso negociar minha presença por, pelo menos, três vezes<sup>31</sup>, assim como negociar o lugar que me propunha a ocupar junto aos homens autores de violência, à equipe de analistas, à diretoria e aos funcionários do Programa. O fato de já ter sido parte da equipe, aliado a tensões políticas<sup>32</sup> que estavam ocorrendo no período em que a pesquisa era realizada, colocou à prova a proposta da observação participante, correndo o risco de ter que ampliar o tempo e de me perder.

A escolha pelo instrumento da observação implicou estar aberta a envolver-me “com as situações e com as pessoas que ali vivenciam” (CALDEIRA; PARAÍSO, 2016a, p. 1513). Definitivamente, “a observação não é um processo neutro e produz não apenas as informações da pesquisa, mas também o/a pesquisador/a que a vivencia”. Observar é “descrever os elementos mais comuns e corriqueiros e também aqueles que fogem à rotina [...], procurando

---

<sup>31</sup> A primeira vez foi no primeiro encontro do grupo, quando dois homens resistiram em aceitar participar da pesquisa; a segunda foi no segundo encontro e a terceira foi no quarto encontro, quando chegaram novos participantes.

<sup>32</sup> No início do ano de 2018, impasses jurídicos e políticos obrigaram a interrupção, por três meses, das atividades desenvolvidas pelos quatro programas que compunham a Política de Prevenção em Minas Gerais. Quando o trabalho foi retomado, durante o período em que eu acompanhava o grupo, o pagamento da equipe atrasou, o que causou interrupção de parte do trabalho. Fui convidada a auxiliar na condução do grupo, perguntaram se não seria bom para a minha pesquisa. Expliquei que não era simples manter-me como pesquisadora-observadora, mas era um aprendizado que eu precisava vivenciar, caso contrário, a pesquisa poderia ficar comprometida.

problematizá-los e multiplicando os sentidos a eles atribuídos” (CALDEIRA; PARAÍSO, 2016a, p. 1513). Meu olhar atento era acompanhado pelos olhares dos homens participantes do grupo e das analistas sociais, que muitas vezes pareciam buscar uma aliança, ou ao menos apoio.

O que me propus a fazer foi observar e registrar sobre o lugar onde o grupo acontecia, como acontecia, sobre a distribuição das pessoas na sala, em que momentos os sujeitos falavam e do que falavam, as posturas que eram assumidas nas discussões. Esses procedimentos foram de fundamental importância para a análise que realizei. Sim, “o tempo e o espaço, o enredo e o cenário, trabalham juntos para criar a qualidade vivencial da narrativa”<sup>33</sup> (CONELLY; CLANDININ, 1995, p. 35).

No primeiro encontro do grupo, foi explicitado aos participantes o objetivo desta pesquisa, a garantia do sigilo e a necessidade de autorização da totalidade dos participantes para que a observação e o registro em diário de campo fossem possíveis. Foi importante estabelecer uma relação de confiança e de colaboração mútua com o grupo pesquisado para que a anotação de informações, percepções, práticas e expressões não fosse um empecilho, para que não gerasse desconforto ou inibição. Especialmente nesse grupo, por seu caráter de penalidade e por estarem todos os participantes respondendo a processo judicial, tal ato poderia gerar desconfianças de toda ordem.

O diário de campo, como um dos principais instrumentos de registro na investigação narrativa, foi utilizado na tentativa de se realizar um “registro ativo” (CONELLY; CLANDININ, 1995, p. 24). Isso significou realizar uma descrição das práticas observadas de modo a tentar escapar da interpretação, aproximando-me da reconstrução ativa dos fatos (CONELLY; CLANDININ, 1995) para realização da análise. Para isso, foi preciso registrar minuciosamente o que observei no grupo. Para minha surpresa, alegria e desespero, a partir do terceiro encontro do grupo não consegui mais acompanhar as falas dos homens. Falavam muito: respondiam às analistas, respondiam uns aos outros, davam conselhos, brincavam, orientavam, informavam, se estranhavam. O registro escrito à mão não me possibilitava capturar e anotar toda a sutileza que conseguiria ouvir e ler no registro gravado. Assim, a partir do quarto encontro, pedi autorização a todos para gravar em áudio todos os encontros daí em diante, mantendo o registro em diário de campo. Eles autorizaram, mas depois pareciam ter esquecido, pois eventualmente alguém me perguntava o que eu estava pesquisando, o que tanto anotava, o que gravava.

---

<sup>33</sup> Tradução livre de “El tiempo y el espacio, la trama y el escenario, trabajan juntos para crear la cualidad experiencial de la narrativa (CONELLY; CLANDININ, 1995, p. 35).

Busquei descrever as regularidades e os ruídos. Essa é uma das premissas da pesquisa pós-crítica: descrevendo, podemos “mostrar as regras de aparecimento de um discurso, de uma linguagem, de um artefato, de um objeto, [...] suas transformações, suas continuidades e descontinuidades, suas potências e fragilidades” (PARAÍSO, 2014, p. 40). Observar as práticas, descrevê-las e problematizá-las. Atentar às relações de poder, como são constituídas, que saberes produzem, de quais faz uso, às técnicas de si acionadas, às experiências possibilitadas, como estão situados os jogos de verdade.

Importou ter atenção às ferramentas disponibilizadas no currículo dos grupos que poderiam criar as condições de possibilidade para que a experiência pudesse ser falada, compartilhada. Pois “é o sujeito quem acessa a experiência, mas dela não possui a posse, porque, ao acessá-la, o faz por meio das ferramentas de outrem” (FAVACHO, 2016, p. 499). Há, assim, recursos que poderiam “ajudar a abrir as portas de universos desconhecidos” (FAVACHO, 2016, p. 499). Por isso, tratou-se de observar as técnicas acionadas naquele currículo e a quais verdades o sujeito se vinculou para praticar determinadas técnicas de si.

### **3.2 Pesquisadora-narradora, parte da equipe, parte do grupo**

*[...] as solidões reúnem aquilo que a sociedade separa (CAMUS, O avesso e o direito, 2018, p. 20).*

Para dar início à pesquisa, segui os seguintes procedimentos metodológicos. Logo na fase de elaboração do projeto, entrei em contato com a diretoria do Programa Ceapa, via e-mail, para verificar a viabilidade da realização da observação ao grupo. Fui informada de que não haveria qualquer empecilho à minha pesquisa, mas que era necessário submeter o projeto e alguns documentos ao Conselho de Ética interno da Secretaria de Defesa Social. O projeto foi aprovado e me foi encaminhado, via e-mail, o contato da gestora do Centro de Prevenção à Criminalidade de Belo Horizonte para definir o grupo no qual poderia realizar a pesquisa em abril de 2018.

A gestora me passou o e-mail pelo qual deveria entrar em contato com as analistas responsáveis pelos grupos reflexivos de violência. O grupo que eu acompanharia foi definido. Seu início foi em 12/06/2018 e o encerramento em 14/08/2018.

No dia do primeiro encontro do grupo, cheguei alguns bons minutos antes e fui muito bem recebida por toda a equipe que estava presente no dia. De algum modo, estava de volta ao lugar onde trabalhei por pouco mais de quatro anos. Eu não era mais a mesma, nem as

pessoas, nem o Programa. Ainda assim, e talvez por isso mesmo, fui tomada por um misto de alegria e insegurança. Finalmente ia poder olhar para aquele trabalho tão rico e estressante por outro ângulo.

Chegada a hora do início do encontro, fui para a sala de grupos com as analistas sociais que o conduziram. Apresentei-me aos participantes logo após a apresentação das analistas, expliquei a razão da minha presença, li o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e pedi que assinassem, deixando uma cópia do termo com eles. Tal procedimento se repetiu por mais duas vezes por causa de homens que iniciaram a participação nos encontros subsequentes.

Observei um grupo de homens do início ao fim. Foram 10 encontros, com frequência semanal e duração de duas horas cada um. Apesar de haver uma espécie de roteiro, de questões a serem trabalhadas em momentos específicos, as demandas do dia davam rumos diferentes ao que estava programado. Por duas vezes, o encontro extrapolou o tempo limite porque os homens estavam interessados no relato de algum dos participantes. No segundo encontro, as regras de convivência foram pactuadas e os próprios homens controlavam o horário de chegada ou saída dos outros, as faltas, quando alguém desrespeitava alguma outra regra combinada, sem que as analistas sociais que conduziam o grupo pedissem. Elas eram duas e apresentaram comportamento acolhedor a todos, em todos os encontros. Mesmo em momentos de tensão, elas conseguiram manter a tranquilidade. Uma é graduada em Serviço Social e a outra, em Psicologia. Após o sétimo encontro, as analistas pediram um encontro só de nós três para que eu pudesse dar um retorno sobre minhas observações. Aceitei o convite e ele é citado no corpo do texto como encontro 11.

A quantidade de participantes variava, mas a média era de quinze homens por encontro. Nos primeiro e segundo encontros expliquei o objetivo da pesquisa a realizar. Houve resistência de dois participantes num primeiro momento, mas acabaram concordando. A partir do quarto encontro pedi autorização para gravar as falas, pois não conseguia mais acompanhar o ritmo deles. Já falavam muito. As analistas pareciam coadjuvantes em certos momentos. A conversa entre eles começava na sala de espera. Quando chegavam à sala do grupo já estavam “aquecidos” e à vontade.

Mantinha-me observando e registrando, como combinado. Fiz uma pergunta em três encontros e, ainda assim, aconteceu de, num determinado dia em que estava com um mal-estar, um participante me perguntar se eu estava bem, porque estava “muito caladinha”. Fui perguntada algumas vezes pelas analistas se queria participar mais, se podia participar mais. Parecia haver uma preocupação com o que eu via estando “de fora”, ao mesmo tempo em que

eu era tratada como uma “de dentro”. Foi importante esse exercício de calar e mais ouvir. Trabalho ouvindo e intervindo em histórias, colaborando para a mudança no curso delas. Mas ali o espaço era para outro fim; não queria arriscar voltar a ser analista social e me perder da pesquisadora.

Em alguns momentos, os homens pediram para ver meu caderno de campo. Pediam-me informações sobre procedimentos, orientações sobre o processo criminal deles, como se eu fosse parte da equipe. Fui ameaçada por um participante que só começou a frequentar o grupo no quarto encontro. Como não esperava a entrada de mais ninguém, uma vez que a regra era ter no máximo duas faltas que seriam repostas e, para isso, o limite era iniciar o cumprimento até o terceiro encontro, não tinha o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em mãos naquele dia. Ele me autorizou a gravar o encontro, assim como os outros, mas no encontro seguinte veio com o dedo em riste me “lembrar” que não me autorizara a gravar sua fala. Estava com odor etílico e visivelmente alterado. Tive medo. Com a ajuda das analistas, consegui conversar com ele no fim do encontro, explicar o que fazia ali e, então, pude contar com sua autorização para continuar a pesquisa. Como a/o pesquisadora/o não deve ser desconsiderada/o em uma pesquisa narrativa, uma vez que ela/e participa ativamente quando ouve histórias, posso afirmar que, exceto na situação acima, me senti acolhida na maior parte do tempo.

Tal acolhimento quase me inebriou. Permiti-me tentar sentir um pouco, por meio dos relatos que os homens faziam, como eram aquelas vidas. A confusão tomava conta de mim novamente quando, já mais à vontade, eles contavam os atos de violência que haviam negado nos primeiros encontros, quando ainda esbravejavam contra “essa tal de Maria da Penha”. Percebia como o currículo e os homens daquele grupo eram sedutores. Mostravam gentileza ao mesmo tempo em que rompiam regras e desafiavam o “sistema”. O currículo buscava o governo, os homens, a absolvição do ato violento por meio de negações, explicações e justificativas.

A perspectiva pós-crítica, que orienta meu modo de olhar, me possibilita entender que a verdade é uma invenção. Não há uma verdade absoluta, assim como não há o sujeito universal. O que temos são jogos de verdade, “discursos que funcionam na sociedade como verdadeiros” (PARAÍSO, 2014, p. 29). Quando contamos nossa história ou a de alguém, fazemos uma seleção do que contar, do que nos interessa revelar e criamos, a partir dessa narração, discursos com vontade de verdade. Abandonei a ordem cronológica dos acontecimentos num primeiro momento e a retomei em outro quando entendi que ajudaria a mostrar ao/a leitor/a como acontecia a produção a partir da perspectiva adotada, a partir dos

meus lugares de pesquisadora e de narradora. Portanto, assumo uma intenção estético-política ao querer dar visibilidade a indivíduos que queremos invisíveis, ao borrar a fronteira dizendo sobre quem ninguém quer ouvir e ao afirmar a importância de contar e ouvir histórias. Acredito que é preciso perguntar sobre os saberes produzidos e que circulam em nosso contexto atual, questionando-os, desconfiando deles. Saberes que tomam efeito de verdade, especialmente aqueles sobre os que foram transformados em monstros, sobre os sem prestígio, sobre os que não encontram espaço para falar por si.

#### **4 “SE O OUTRO NÃO VAI MUDAR, E VOCÊS QUEREM QUE A COISA MUDE, A MUDANÇA VAI PARTIR DE QUEM?” – UM CURRÍCULO INTERESSADO**

*Posso dizer, e vou dizê-lo daqui a pouco, que o que conta é ser humano e simples. Não, o que conta é ser verdadeiro, e, então, tudo se inscreve nisso, a humanidade e a simplicidade (CAMUS, O avesso e o direito, 2018, p.78).*

Ensinar a ser de outro modo, aprender a ser de outro jeito. Pensar sobre como se é, agir para tornar-se como se quer ou como se precisa ser. O currículo é entendido nesta dissertação como intervenção em modos de vida (PARAÍSO, 2010a), tem a ver com a vida. Ensinaamentos para o governo de si, aprendizado para a vivência das emoções. Não há romantismo aqui: há foco, paciência, determinação, confronto, estratégias, cooperação, disputas, humor, tristeza, revolta e muitas outras coisas. Tal como na vida.

Na perspectiva pós-crítica, o currículo ultrapassa os muros das escolas, os documentos oficiais de base curricular comum, os protocolos construídos e defendidos por instâncias governamentais ou por movimentos sociais. O currículo está presente nas propagandas, nas novelas, nos escritórios, nas práticas esportivas, nos filmes, nas redes sociais, no Sistema de Justiça, no nosso cotidiano. Onde há possibilidade de governo dos outros e de si mesmo, onde há desejo de conduzir condutas, podemos encontrar um currículo (PARAÍSO, 2006).

Apesar do entendimento de que o currículo está em toda parte, pulverizado nas práticas mais corriqueiras, esse conceito não se tornou banal nem se distanciou das práticas educativas. A sua presença em tantos lugares e a importância da discussão a seu respeito é pelo fato de que “o que está em jogo em um currículo é a constituição de modos de vida” (PARAÍSO, 2010, p. 13). Quando se tem como fim ensinar algo a alguém “é porque se quer mudar posturas, comportamentos, modos de ver e compreender o mundo” (PARAÍSO, 2010a, p. 48), ou seja, deseja-se produzir sujeitos de determinado tipo. Pode-se afirmar, nessa perspectiva, que o currículo está envolvido “em relações de poder de diferentes tipos que apresenta um conjunto de saberes para serem ensinados a alguém que se deseja transformar, modificar, subjetivar, governar” (PARAÍSO, 2010a, p. 50).

Durante quase todo o período de observação do grupo, eu achava que o currículo ali presente era frouxo, um tanto solto. Em alguns encontros as analistas muito pouco falaram; a partir do quarto encontro, parecia ter acontecido uma reversão: o espaço passou a ser conduzido pelos homens. Era o que parecia. Eles falavam tanto: na sala de espera, na sala de

grupo, nos espaços após o grupo. E falavam entre eles. As analistas pareciam coadjuvantes. Pensei até que talvez não pudesse dizer de um currículo ali. Ao analisar o diário de campo, alguns meses depois, percebi que o currículo praticado no grupo quase me enganou. Ele era bem presente, mas discreto.

Um currículo sempre “quer” um tipo, “quer” um certo sujeito e trabalha com afinco para alcançá-lo. O currículo é “uma prática social [...] [que] se corporifica em instituições, saberes, normas, prescrições morais, regulamentos, programas, relações, valores, modos de ser sujeito” (CORAZZA, 2001, p. 10), na tentativa de produzir determinado sujeito. E é preciso que funcione no caso dos grupos reflexivos para homens que cometeram violência, pois seu insucesso pode ter consequências sérias para esses homens, como a perda do benefício da pena alternativa em caso de novo crime e possível encaminhamento ao sistema penitenciário; encaminhamento à prisão por não cumprimento do grupo integralmente; ou, ainda, novo ato violento contra alguém.

A ideia de currículo como o lugar que produz os sujeitos que nomeia (PARAÍSO, 2006), o espaço em que se busca o governo do outro e se estimula o governo de si (PARAÍSO, 2010a), a arena das disputas de poder e saber (PARAÍSO, 2010) está presente como aquela noção da qual não se pode abrir mão, indispensável para o entendimento do alcance que ele tem. Como dispositivo pedagógico, o currículo estabeleceria “em cada momento que tipos de histórias poderiam ser contadas, como deveriam ser interpretadas as histórias produzidas, e de que modo algumas das histórias particulares podiam ser tomadas como experiências mais ou menos generalizáveis” (LARROSA, 1994, p. 49).

O trabalho com os que habitam as fronteiras, com os criminosos, com os excluídos de um ideal de sociedade costuma ter como objetivo a inclusão ou a ampliação de acesso a direitos fundamentais. Essa inclusão não é possível sem o entendimento de certos códigos, sem o acesso a certos saberes, sem a aprendizagem de outros modos de ser e agir e a sujeição a eles. É por meio de um currículo que esses “saberes e conhecimentos se organizam, disputam espaço, estabelecem lutas e definem normas e padrões de conduta” (CALDEIRA; PARAÍSO, 2016b, p. 796). Nada pode ser simples ou desprezioso nesses grupos.

Visibilizar o currículo praticado no grupo por meio das estratégias por ele utilizadas é o objetivo deste capítulo. Ou seja, “não é ver que projeto está na base de tudo isto, mas em termos de estratégia, como as peças foram dispostas” (FOUCAULT, 2017a, p. 243), trabalhadas, os avanços, os recuos, a entrada nas histórias dos homens por caminhos periféricos. Pretendo mostrar a perspicácia desse currículo, suas nuances e sua simplicidade cheia de complexidade, pois “para que uma determinada relação de forças possa não somente

se manter mas se acentuar, se estabilizar e ganhar terreno, é necessário que haja uma manobra” (FOUCAULT, 2017a, p. 379). Argumento que a postura interessada, a paciência, a linguagem simples e a flexibilidade das analistas, mais do que garantir o cumprimento de uma penalidade, se constituíram nas estratégias presentes nesse currículo para governar condutas, para produzir um homem com determinadas características: reflexivo, pacífico, aberto ao diálogo e a novos modos de resolução de conflitos. Nada garantia que tal homem seria ou foi produzido, mas se trabalhou com empenho para tal, embora “as consequências de um currículo restem sempre abertas, e que um currículo diga sempre mais do que pretendíamos que dissesse, faça mais do deveria fazer, crie o que não tinha previsto” (CORAZZA, 2001, p.13).

#### 4.1 Um currículo que parecia outra coisa de tão frouxo que se apresentava

*Há uma virtude perigosa na palavra simplicidade* (CAMUS, O avesso e o direito, 2018, p. 47).

Ao ler mais uma vez o diário de campo para “buscar” o currículo praticado no grupo que acompanhei, me veio à mente a imagem de um bordado muito bem feito, cheio de detalhes cuidadosos, costurados com paciência e leveza, como fazia minha tia-avó Lourdes. Sabe aquele bordado aparentemente simples e muito delicado que você tem dúvida sobre qual é o lado direito e qual é o lado avesso? Foi esse o currículo que identifiquei. Todo um passo-a-passo de *perguntas curtas e interessadas*; de *muitos exemplos*; de *convites à imaginação*; de *confronto cuidadoso*; de *bom humor*; *cooperação*; mas também de *regulação*. “*O simples é idêntico ao complexo*”, disse um dos participantes ao refletir sobre uma atividade realizada que envolvia a boa comunicação. Acredito que isso também se aplica ao currículo por mim investigado.

O tom que o currículo praticado adotou para lidar com aqueles homens, para conduzir condutas, possibilitou a visibilidade do outro lado dos infames, a outra face da monstrosidade. Havia uma certa neutralidade no modo como as analistas sociais se dirigiam aqueles homens que ofuscava o monstro e trazia o homem aparentemente perdido, desconectado da nova realidade no trato com as mulheres. As analistas sociais pareciam andar desarmadas por aquelas fronteiras, mas não despreparadas.

A estratégia de *perguntas curtas e interessadas* ajudava para que as histórias fossem contadas, para que elas pudessem ter espaço e davam a sensação de que cada detalhe

importava. Era importante que os homens se colocassem, era como se a estratégia dissesse: “não se preocupe com o tempo, não se preocupe com o julgamento, sinta-se à vontade. Esse espaço lhe pertence”. Era como um convite. Foram muitas as situações em que as *perguntas curtas e interessadas* foram utilizadas pelas analistas. Com o desenrolar dos encontros, os homens também passaram a perguntar. Queriam saber mais sobre certas histórias, a ponto de não se importarem com o horário.

Acontecia de as estratégias virem juntas, como numa situação no quarto encontro, quando as analistas propuseram a discussão a partir de frases que os homens pegaram numa caixa que elas passaram entre eles. As frases haviam sido ditas por outros homens, em grupos reflexivos anteriores, mas os homens daquele grupo só souberam disso ao fim do quinto encontro. Quando um dos homens leu a frase “Não costumo deixar minha companheira visitar os amigos e amigas quando ela quer. Ela só pode visitar os parentes quando me comunicar antes, se eu permitir”, seguiu-se o diálogo em que estão vinculadas as estratégias *perguntas curtas e interessadas e muitos exemplos*:

Um Homem<sup>34</sup>: Isso não existe, não.

Essa Analista: Existe isso não?

Um Homem: Eu acho errado. No meu ponto de vista, é errado. Ninguém é de ninguém, não. Ninguém tem certificado de posse de ninguém. Só comunicar, tudo bem. Mas proibir... é errado eu não permitir.

Essa Analista: Isso existe de alguma forma? Alguém já viu isso acontecer?

Esse Homem: Demais. Existe muito.

Essa Analista cita exemplos: “Ah, para que ir tanto na casa de sua mãe?”; “Para que ir tanto na casa de sua amiga?”; “Vamos parar com isso”; “Fica mais em casa”; “Vamos sair só nós dois”. Muitas vezes começa assim, e não com uma proibição explícita.

Aquele Homem: “Ou o contrário também: a mulher proibindo o homem” (Diário de campo, encontro 4, 03/07/2018).

Na situação acima, as perguntas “Existe isso não?”, “Isso existe de alguma forma?” e “Alguém já viu isso acontecer?” foram lançadas a todo o grupo, não havia direcionamento. Essa dinâmica acabou por deixá-los ainda mais soltos e falantes. O entrosamento entre eles já era visível; muitos pareciam conhecidos de longa data. Falar do que estava, aparentemente, presente em seu cotidiano, do que não sabiam expressar claramente, do que agora

---

<sup>34</sup> Fiquei por muito tempo pensando em como nomearia as pessoas sobre as quais pesquisei. Fiz algumas experimentações que não me agradaram. Resolvi usar um recurso que Clarissa Pinkola Éstes contou ter sido usado por um tio que viveu os horrores da guerra. Esse tio precisava falar do que viu, se não “a besta da guerra surge em pesadelos, em crises súbitas de choro e ataques de raiva” (ÉSTES, 1996, p. 29). Então, quando ia contar de algo que viveu, falava de si em terceira pessoa, como se estivesse falando de um amigo, chamando-o de “esse homem”. Usei os pronomes “uma/um”, “este/esta”, “essa/esse”, “aquele/aquela”, “outro/outra” para nomear as analistas e os homens. Acredito que essa foi uma saída para não individualizar crenças e sentimentos que não me pareceram ser exclusividade deles e delas.

estranhavam, do que não podiam revelar fez surgir o interesse pela história do outro, a conexão entre eles. Quando um se dispunha a falar, parecia suscitar nos outros o desejo por também falar.

Aos poucos, as perguntas começaram a ser direcionadas. Na discussão sobre um mesmo assunto ou situação, as analistas passaram a perguntar a opinião de um, pedir outro para ser mais claro e “amarrar” o que ouviam com mais exemplos. Os *muitos exemplos* foram uma estratégia eficaz para ampliar o entendimento de alguns saberes. Foi importante também para ampliar as possibilidades de respostas diante de qualquer fato, assim como para uni-los ainda mais quando as opiniões ou histórias traziam elementos em comum. Os *muitos exemplos* não eram dados só por elas ou não vinham só delas. Elas também faziam uso dos exemplos deles, das histórias que eles contavam. E, a partir das expressões que eles compartilhavam, foram sendo construídos ou trazidos para as discussões *muitos exemplos*.

No segundo encontro, as analistas pediram aos homens que expressassem em uma ou em poucas palavras o que sentiam em relação à Lei Maria da Penha (LMP) ou em relação à Lei pela qual foram autuados. Ecoaram as expressões “*Injustiça*”; “*Não me ouviram*”; “*Impotência*”; “*Culpa*”; “*Lei necessária, mas os agentes públicos não sabem aplicá-la*”; “*A LMP é boa para a mulher, mas só serve para um lado*”; “*O conflito tem história*”; “*Não sou criminoso*”; “*A tornazeleira [eletrônica] faz as pessoas pensarem que você é criminoso*”. Não se falou mais sobre a Lei Maria da Penha nos encontros seguintes, mas os sentimentos que ela suscitou estiveram presentes até o fim do cumprimento do grupo. Essa atividade pareceu ter sido uma preparação para as discussões que vieram depois, nos encontros seguintes, como se as analistas estivessem arando o terreno para que certas sementes fossem recebidas e pudessem se desenvolver.

No terceiro encontro, as analistas propuseram a discussão sobre os tipos de violência. Uma delas chamou a atenção do grupo para a associação que fazem da violência apenas com a violência física, pois todos logo avisaram que não bateram, que não fizeram nada. Perguntou se sabiam dizer de outros tipos de violência. Pediu ajuda a um dos novos participantes, que desde o início do encontro demonstrou interesse em falar, em se posicionar. Ele disse que “*xingar, quebrar o vidro da casa, que é violência doméstica, isso é violência*”. A discussão continuou com perguntas que as analistas faziam e que os homens faziam a elas e com *exemplos* dados por elas e por eles.

Uma Analista: Sabem o que é violência física?  
Um Homem: “Bater na mulher”.

Uma Analista explica que não só em mulher, mas em outros homens também, em crianças, em adolescentes, em idosos...

Uma Analista pergunta sobre violência verbal e dá exemplos, como xingar, desrespeitar, desqualificar.

Uma Analista diz a Um homem que o que chamou de violência doméstica é, na verdade, violência patrimonial, que é destruir um bem que é do outro.

Um Homem pergunta/sugere sobre violência espiritual, que é quando alguém faz feitiçaria contra você. Essa analista diz não conhecer esse tipo de violência. Ela pergunta se é uma questão de intolerância religiosa e eles dizem que sim.

[Há um desvio feito por um homem que volta a questão da essência feminina, termo trazido por outro homem no encontro anterior, e com o qual as analistas iniciaram este].

Essa Analista tenta retomar a discussão sobre os tipos de violência e pergunta se consideram que os trâmites policiais, da segurança pública, do Ceresp, se a forma como acontece a passagem por esses lugares é encarada por eles como violência. Eles respondem que sim, quase em coro [e colocaram suas impressões a respeito do tratamento que receberam].

Uma Analista pergunta se a violência primordial lá no Ceresp ou no Sistema Judiciário é a psicológica. Vários respondem que sim [e alguns homens comentam sobre as humilhações que sofreram].

Uma Analista pergunta se, por terem passado por essas situações de violência institucional, psicológica, verbal, se sentem vítimas. “Sim”, respondem muitos [e contam das situações que os deixaram chateados].

Essa Analista diz sobre ameaça: “É preciso ficar claro o que é e quando ameaçamos ou quando nos sentimos ameaçados. Quando nós somos vítimas de violência, como reagimos? É na mesma moeda? É legal quando vocês se reconhecem como vítimas, mas é importante reconhecer quando vocês são violentos.” (Diário de campo, encontro 3, 26/06/2018).

*Os muitos exemplos e as perguntas curtas e interessadas* ajudavam a entender melhor, a classificar, a complexificar o pensamento e a percepção. No exemplo acima, também estava presente a estratégia *convites à imaginação*. Não bastava aprender ou compreender melhor, era preciso imaginar, pensar além daquele espaço, além daquelas histórias. Sabendo que o currículo “se constitui em uma seleção interessada de saberes, histórias, conhecimentos, narrativas” (PARAÍSO, 2010a, p. 4), não esperava *exemplos* quaisquer nem *convites à imaginação* desconectados do objetivo do grupo.

Era fundamental que refletissem sobre o que passou e também sobre o que podia vir a acontecer. Era preciso que retrocedessem na história e se projetassem em situações futuras. Afinal, “todo currículo quer mudar condutas” (PARAÍSO, 2010a, p. 47). Prevenir crimes é uma ação ou objetivo que considera o futuro, que joga com o futuro. Nesse sentido, o currículo é entendido como uma produção interessada, na qual “a seleção do que ensinar, dos valores a divulgar e a preservar e a definição do sujeito que se deseja formar têm sempre envolvimento com poder e governo” (PARAÍSO, 2010a, p. 50), com o “agir sobre as possibilidades de ação dos outros indivíduos” (FOUCAULT, 1995, p. 244).

Os efeitos de um currículo podem ser mais assertivos quanto mais se conhecer sobre os indivíduos para quem são endereçadas suas ações. Não bastam *muitos exemplos* se eles não

tiverem sentido para os participantes do grupo, não basta *convidar à imaginação* se a coisa ou situação a imaginar estiver muito longe da vivência deles, do sentido de mundo que têm. As estratégias não atuam separadamente.

O recurso que me pareceu mais eficaz para colocar em ação o *convite à imaginação* e *muitos exemplos*, e que teve como efeito a aproximação entre os homens, foi o uso das frases de homens que participaram de grupos anteriores, como a que citei há pouco. As frases trazidas diziam de um saber próximo a eles, ilustravam situações pelas quais passaram homens semelhantes a eles, que vivenciaram sentimentos e sensações que estavam ao alcance do entendimento deles. Era quase palpável para eles. Eles entendiam daquilo que as frases falavam, daquilo que aquelas vozes que estiveram ali antes deles expressavam. Aquele currículo utilizou de técnicas que mesclavam “saberes, instrumentos, pessoas, sistemas de julgamento, edifícios e espaços, orientados, no nível programático, por certos pressupostos e objetivos sobre os seres humanos” (ROSE, 2001, p. 38).

Ao lançar mão do *convite à imaginação*, o efeito era quase sempre a expressão do que os homens imaginavam que fariam nas situações colocadas. Uma discussão costumava dar voltas entre o que se achava que faria, o que se pensava a respeito e alguns embates. O silêncio total era pouco usual nesses momentos, sendo mais comum o silêncio de quem acabara de ser confrontado, como se estivesse elaborando o que ouviu ou como se tivesse que esperar a próxima rodada de temas para voltar à discussão. Como na imagem do bordado que suscitei no início deste capítulo, esse currículo usou linhas de cores matizadas, traçados que se entrecruzavam, desenhos que não eram óbvios num primeiro olhar.

A discussão abaixo foi sobre a frase “Minha companheira começou em um novo emprego e estava ganhando mais do que eu. Achei absurdo, pois eu sou o homem e provedor da casa. No mesmo dia fiz ela sair do trabalho, ameaçando me separar dela”.

Essa Analista: Vamos imaginar esse universo que Esse Homem falou, que todos vocês têm a condição financeira muito mais do que ganham hoje, se as mulheres não precisassem trabalhar. Se vocês ganhassem muito bem, vocês gostariam que a companheira de vocês trabalhasse?

Esse Homem: [em tom provocativo] Vocês gostariam que as companheiras de vocês pagasse a conta do bar? A cerveja, o restaurante? Eu não aceito. Uma gracinha de vez em quando, beleza, mas eu não aceito ser um parasita. Eu não aceito não, trabalhar e minha mulher bancar a casa. E meu orgulho de homem, cadê?

Um Homem: E se você estiver desempregado?

Esse Homem: [Fala um palavrão]. Deixei de saber. Você tem duas mãos, dois braços, então trabalha!

Um Homem: Mas os dois têm que estar juntos. Se você não tem condição financeira...

Esse Homem: Aí depende da mulher escolhida. Diz que a felicidade depende da mulher que escolher para viver com você.

Alguém pergunta se ele é casado.

Esse Homem: Graças a Deus, não!

Há um "ah", como querendo dizer “então você não entende, mas está falando sobre”...

Esse Homem: Mas eu também quero uma mulher independente, que estude, que trabalhe... [risos de vários]

Aquele Homem: Minha opinião: se eu tiver condição e ela quiser trabalhar não vejo problema. É uma opção dela.

Alguém diz: Até porque cabeça vazia oficina do diabo.

Outro Homem: Se eu tivesse condição e ela quisesse trabalhar, talvez eu investisse em algo que ela gosta para ela trabalhar na área. [...] Investiria na instrução dela.

Essa Analista: O contrário do que estão dizendo é tranquilo para vocês? Qual é o contrário: se vocês decidissem trabalhar só dentro de casa, no cuidado com os filhos, e com a casa. É tranquilo para vocês ou não?

Há um burburinho. Muitos disseram não (Diário de campo, encontro 4, 03/07/2018).

A discussão seguiu com alguns homens relatando situações que viveram na família de origem de expectativa de que os homens fossem os provedores, mas que nem sempre conseguiam cumprir esse ideal, tendo a esposa que ocupar esse lugar. Entre os que debatiam essa questão estava *Este Homem*, que trazia seus questionamentos internos para o grupo e os lançava como se estivesse pensando em voz alta. Dizia de como essa noção do homem provedor é prejudicial aos homens também e que “essas feministas aí que a gente fala, tal, [como se reclamasse das feministas] vai dar alguma coisa boa aí” (Diário de campo, encontro 4).

O debate suscitava memórias, incômodos e vivências muito próximas ao que acontecia na vida deles por aqueles tempos. Um outro homem disse que aprendeu que deveria ser provedor e não queria mudar isso. Falou que não se sentiria à vontade em ter uma mulher pagando suas despesas. *Essa Analista* fechou essa discussão destacando a fala desse último homem, pois realmente havia algo de aprendizado nessa postura, algo que vamos aprendendo ao longo da vida. Pediu para que “ficassem” com isso, como se quisesse dizer: “guardem isso que eu marquei na fala dele porque é muito importante”. E seguiram para outra frase.

Outra estratégia que se aproximava do *convite à imaginação* era o *confronto cuidadoso*, que parecia ser especial quando se tratava de projetar o futuro. Era como um bordado feito com calma e delicadeza, durante o qual, ao atravessar o tecido com a agulha e sua linha, é preciso puxar o fio bem devagar para que ele não se embaralhe nele mesmo, para que, ao fim do movimento, o ponto esteja no lugar certo e a linha livre para outra investida. Assim parece o *confronto cuidadoso*: uma pontada necessária, um atravessar o tecido, mas com sutileza. Era um chamado também à imaginação, que puxava a reflexão, como se vê abaixo:

Esse Homem: Essa é a única coisa que eu falava para ela. Discutir é normal num casal, fase difícil, amolação e tal. Mas isso aí, já tava dando uma de nada para mim [queria dizer que a mulher não lhe dava mais atenção].

Uma Analista: Eu acho que talvez essas coisas são importantes, gente, porque esses sinais, eles não são tão fáceis de serem notados. E outra coisa que também é importante que cada um pense é se vocês suportam as falas nesse sentido. Assim, olha: "eu não gosto mais de você"; "não quero manter esse casamento"; "eu quero ir embora"; "eu quero que você vá embora", né? Esse tipo de fala, né, que é, na verdade, o trabalho de final de um relacionamento. Quer dizer, é possível escutar isso? Vocês dão conta de escutar isso quando o relacionamento tá terminando e começam a ser verbalizadas as insatisfações, os términos, né, as coisas que estão marcando que aquele relacionamento está mesmo terminando? (Diário de campo, encontro 9, 07/08/2018).

Quem teria a ousadia de confrontar a um infame no seu momento de fúria violenta? Ali os infames estavam um tanto acuados. Foram pegos. Era a ocasião oportuna. Pelas expressões faciais deles, tinha a nítida impressão de que esse tipo de confronto não havia acontecido antes. Esses confrontos costumavam ser seguidos pelo silêncio de parte dos confrontados, enquanto outros homens seguiam a discussão, faziam perguntas ou introduziam outros temas. Parecia que esse tipo de interpelação nunca tinha sido vivenciado por aqueles homens ou, talvez, tenha acontecido quando ainda faltavam outros movimentos daquele bordado para que o ponto ficasse pronto e bem feito. E, de algum modo, pelo jeito cuidadoso com que as analistas conduziam as conversas, pelo respeito à história que cada um trazia, esses homens ficavam cada vez mais envolvidos e mais se envolviam nas discussões propostas, nas histórias uns dos outros.

O currículo foi sendo habitado por aqueles homens, foi sendo transformado em um bordado de desenho único, impossível de ser copiado, de ser reproduzido. E, como não pode faltar em nenhum espaço onde há gente viva, o *bom humor* tomou seu lugar. Como eu já mencionei, as conversas entre os homens começavam na sala de espera, prosseguiam pelo corredor, continuavam durante os encontros e iam além deles. As afinidades pareciam se proliferar. Grupos iam se formando, alianças iam sendo construídas. O riso começou a surgir. Brincavam com o que era possível.

Só comecei a registrar o clima de descontração que às vezes tomava conta da sala a partir do quarto encontro. Ao fazer uma busca pelo termo "risos" no diário de campo, encontrei 51 ocorrências, do quarto ao décimo encontros. Como puderam relaxar durante o cumprimento de uma pena determinada pela justiça e que teve origem num ato de violência? Como puderam rir naquelas condições: alguns utilizando tornozeleira eletrônica, outros tantos desempregados, uns contando com a solidariedade de parentes e/ou amigos para ter onde dormir? Cabe bem a explicação de Larrosa (2014) de que "a textura da experiência é esse

passo a passo em que cabe o tédio e, às vezes, como uma armadilha inevitável, a felicidade” (p. 734). Quando e onde menos se esperava, o riso aconteceu. E eles não fizeram graça sozinhos; as analistas também riram, também fizeram piadas. Até eu, que deveria ter ficado calada, fui contaminada:

Um Homem: hoje é a sexta ou a sétima [refere-se ao encontro, se é o sexto ou o sétimo]?  
 Essa Analista: Sétima. Está passando rápido, não está?  
 Este Homem: Estou achando que é a 8.  
 Esse Homem: Agora que o trem está ficando bom!  
 Essa Analista: Ué, vocês podem ficar mais tempo.  
 [risos] "Nossa senhora!" [Vários disseram]  
 Esta Pesquisadora: Ajudar nos outros grupos, não é?  
 Essa Analista: É, não tem problema. Lembram no primeiro encontro desse grupo veio um rapaz que tinha finalizado? Então, vocês podem também se voluntariar para os próximos.  
 Esse Homem para Um Homem: Ô grandão, vamos fechar o resto do ano com as meninas?  
 [Risos geral]  
 Uma Analista: Ah, gente, eu vou treinar multiplicadores, nós vamos ficar caladinhas e vocês vão conduzir.  
 Essa Analista: Quem que vai se candidatar? (Diário de campo, encontro 7, 24/07/2018).

Era um currículo muito sedutor. Aqueles homens queriam mostrar o melhor de si para que fossem dignos do benefício da dúvida ou do perdão, ou para acreditarem que não podiam ser tão maus assim ou, ainda, para acreditarem que foi apenas um episódio, que a monstruosidade não os possuía, que ainda eram gente. As analistas também seduziam, pois tinham um objetivo importante diante delas: tornar aqueles homens capazes de governarem a si próprios. O riso, talvez, tenha sido a ferramenta utilizada naquele currículo que melhor deu a dimensão dessa sedução. Riam para fazer ou mostrar as alianças que estabeleciam, para aliviar a tensão, para passar o tempo.

Como gente que eram, criaram laços e estabeleceram a *cooperação*. Era um tipo de *cooperação* visível nos encontros e que ultrapassou os limites do grupo, da sala, do prédio, da pena determinada. Para Estés (1998, p. 10), as “histórias mais poderosas surgem em decorrência de um sofrimento terrível e irresistível de um grupo ou de um indivíduo. Pois a verdade é que grande parte da história deriva da aflição”. O sofrimento compartilhado por muitos dizia, especialmente, do não saber lidar com as emoções, do não saber como agir, do não entender as mudanças sociais que estavam ocorrendo. Nem o fato de serem “trabalhadores” livrou alguns de serem misturados aos tidos por eles como bandidos, não diminuiu a marca da infâmia que carregavam. O universo jurídico era cheio de procedimentos

difíceis de entender e seguir. Sair de casa sem prazo para voltar causava grande confusão em muitos daqueles homens:

Esse Homem: Eu gostaria de fazer uma pergunta para vocês duas [analistas]. Eu não consigo entender até hoje porque eu fui preso pela primeira vez e me soltaram lá no fórum. Eu saí lá na rua, eu não sabia que tinha que participar dessas reunião aqui todas terça-feira. É uma palestra, eu não sabia. Eu só descobri porque eu estava na rua perdido, sem destino, depois que eu fiquei solto. Eu fiquei 2 dias na porta do Ceresp para pegar minha carteira de habilitação e minha [...]. Que a pessoa sai para rua com tornozeleira e não tem informação nenhuma que tem que participar disso aqui. Eu queria saber se vocês sabiam que todos que saem de lá tem que comparecer aqui?

Um Homem: Não, não contou.

Esse Homem: Eu sabia que eu tinha que vir aqui porque eu vim aqui na [...] e você me atendeu um dia. Eu estava perdidinho na rua. Aí passou um cara no meio do trânsito, que estava preso lá no [...] e falou "vamo ali"; "vamo ali onde, moço?". Eu não sabia onde. Aí que eu vim aqui e que eu estou aqui. Mas eu não entendo porque eu não tenho informação. Me dá um alvará de soltura, não fala que você tem participar aqui, não fala que você tem que ir na rua Paraíba. Agora, semana passada, eu vi uns 4 caras saindo daqui e indo no fórum assinar não sei o quê. Eu até hoje não voltei no fórum de jeito nenhum porque eu não tenho informação nenhuma.

Um Homem: Vou te explicar, parceiro. Vamos lá. Chega na polícia civil, quebra sua cara, te leva para cadeia, te coloca uma câmera na cara e fala [...]. [É uma fala confusa, que parece querer mostrar a ineficiência das instituições que os recebem]

Este Homem: Mentira. Mentira. Deixa eu te explicar.

[Há um burburinho. Um Homem tenta se explicar e *Este homem* quer explicar a *Um homem*, pois foram autuados no mesmo dia].

Este Homem: Sabe aquele dia, da audiência de custódia sua? O juiz vai e te dá um papel, tá ligado, você não viu o papel, não? No papel tá lá o que você tem que fazer, o curso da Ceapa, mano. Eles te deu o papel, sim, você é que não lembra (Diário de campo, encontro 7, 24/07/2018).

A situação acima aconteceu dentro da sala, no espaço do grupo. Essa conversa se estendeu por mais alguns minutos, outros homens entraram e tentaram orientar *Esse Homem*, assim como alguns aproveitaram para tirar dúvidas. O assunto só foi encerrado quando as dúvidas cessaram, quando já tinham alcançado a compreensão que buscavam. Sobre o que discutiam antes da pergunta dele? Perdeu a importância. Só após todos que quiseram perguntar terem suas questões respondidas é que o grupo voltou à discussão anterior, interrompida por *Esse Homem*.

A *cooperação* parecia ser o efeito de uma identificação com um não-saber particular. Não é possível afirmar categoricamente que homens autores de violência que não carregam as marcas da infâmia - os homens mais ricos, brancos, com mais escolaridade - não foram penalizados de forma alguma. Mas aquela penalização em que o Estado precisava intervir nos modos de pensar e de responder aos conflitos parecia ser direcionada exclusivamente para os tidos como infames. A infâmia também tem como característica o acesso limitado à informação, a dificuldade do entendimento de certos trâmites, de certos processos complexos.

A mobilização para que *Esse Homem* entendesse o que lhe acontecia não parecia uma estratégia promovida pelas analistas. Pareciam homens criando estratégias para que o outro se governasse de modo a se proteger. Era uma cooperação que parecia dizer que entendia o desamparo do outro; e esse outro precisava se fortalecer em informações, em reflexões e em temperança para não ser novamente capturado nem pela Justiça nem pelo Estado.

Sobre a *cooperação* fora do espaço onde os encontros aconteciam, eu tinha só alguns indícios, como a tagarelice deles antes de o grupo começar, na sala de espera. No último encontro, *Um Homem* - que pediu desde o primeiro dia de cumprimento da medida para não falar e que insistia, em conversas reservadas com as analistas, que seu lugar não era ali, junto daqueles homens violentos - revelou que também se preocupava com os colegas. Quem parecia estar sempre ausente foi presença para *Esse Homem* no espaço além do Ceapa:

Um Homem: [...] assim como tem o nosso amigo aqui, *Esse Homem*, a gente teve a oportunidade de compartilhar juntos uns momentos num lugar bacana aí, a gente deu um giro lá, ele tava meio chateado, a gente trocou uma ideia, e foi muito positivo. Ele não está tão aberto, né, *Esse Homem*, pelo que eu percebo em aceitar essa amizade feminina, né. Só que eu vou lhe dizer, hoje vivemos nos novos tempos, seja adepto a isso (Diário de campo, encontro 10, 14/08/2018).

A *cooperação* foi estratégia e efeito do grupo. Esse relato foi surpreendente para mim, porque *Um Homem* não disfarçava sua insatisfação em estar entre aqueles que considerava diferentes dele num sentido depreciativo, como se ele fosse superior a todos aqueles infames, como se não fosse um deles. Até mesmo ele agiu para que *Esse Homem* conseguisse alcançar modos de governar a si mesmo, ampliando seu olhar para aquilo que lhe acontecera, para que mudasse seu pensamento e seu modo de agir, para que aceitasse que, ao seu redor, muita coisa aconteceu, mesmo que ele não tivesse se dado conta, e que agora era hora de mudar, não mais de lamentar.

De acordo com a afinidade, podiam aliviar ou cobrar das analistas limites aos que cometiam alguma falta. A estratégia de *regulação* chegou cedo. Logo no segundo encontro foram construídas as regras de convivência do grupo. Tais regras deviam servir para o governo de si, ou seja, para que cumprissem adequadamente os combinados e, conseqüentemente, a pena. O que vi acontecer foi outra coisa também.

Numa das paredes da sala, as analistas pregaram um papel craft onde seriam escritos os combinados. Em vários momentos, elas vacilavam e diziam "regrinhas" de convivência, mas logo depois se corrigiam. Como os participantes não propunham nada, uma das analistas perguntou se podia sugerir alguns combinados e os homens assentiram. Acordou-se o sigilo; a

restrição do uso do celular a questões de trabalho; que eles falassem um de cada vez; que evitassem apelidos e zombaria entre eles durante os encontros; a tolerância para atrasos seria de até 15 minutos (após esse horário, nenhum participante poderia entrar na sala); o limite de faltas era de duas, que deveriam ser repostas; não chegar para o encontro sob o efeito de álcool e/ou outras substâncias. Elas pediram também que eles fizessem contato caso algo os impedisse de comparecer a algum encontro.

As analistas se certificaram de que não havia mais combinados a acrescentar àqueles que estavam no papel pregado na parede. Todas as regras de convivência estavam ali. Disseram que iam manter aquele papel na parede da sala durante todos os encontros, para o caso de dúvida. Nunca mais vimos esse papel, mas não era necessário, mesmo que alguns homens perguntassem por ele. Daí em diante, quando algum dos participantes descumpria alguma regra - especialmente um que chegou somente no quarto encontro e que era provocador e se excedia nas brincadeiras -, os que estavam presentes no dia da construção dos combinados perguntavam pelo “papel” das regras ou questionavam se a regra não estava sendo descumprida. A regulação já era feita pelos próprios homens; as analistas pouco precisaram intervir. Se elas se mostravam mais flexíveis quanto ao horário, alguém logo perguntava se não iam pregar as regras na parede, como um homem me perguntou e acrescentou: "*até sobre essa questão do horário*" (Diário de campo, encontro 5, 10/07/2018). Ou ainda, como no excerto a seguir, quando um dos homens contava um pouco de sua história:

Este Homem: porque, você veja bem, eu sou uma pessoa que foi casada 24 anos, um ótimo relacionamento. Tudo o que construí na minha vida foi junto dela. Por um momento de fraqueza, eu falo assim, eu acho assim, eu larguei tudo e joguei tudo para o alto, por causa de um relacionamento com uma pessoa que eu nem conhecia. Eu aprendi a gostar. Aí depois a gente vê que não é nada daquilo. Eu não dei valor a primeira pessoa que estava comigo, e ainda está comigo, ainda me ajuda. Por um relacionamento assim... eu também não vou denegrir a imagem dela...

Um Homem: Garanhão.

Este Homem: Não, não é garanhão, não.

Um Homem: Não, eu tô brincando.

Este Homem: Eu não te conheço, não sei de onde você é.

Um Homem: Eu sou zuador demais.

Este Homem: Não, mas aqui foi falado, aqui no grupo [referindo-se às regras construídas], cada um respeita todo mundo. Até agora eu estou te respeitando (Diário de campo, encontro 8, 31/07/2018).

A *regulação* dos homens parecia mais restrita a esse participante. Outros brincaram, outros se atrasaram, mas a postura foi diferente. *Um Homem* parecia escapar daquilo a que os outros homens já entendiam e buscavam fazer: tornarem-se homens de outro tipo,

governarem-se de modo a não precisarem mais ser contidos e penalizados. O que aquele currículo pretendia - produzir homens de outro tipo - ainda não havia atingido *Um Homem* e os outros homens não deixavam de evidenciar isso. Quando um outro participante, que era bom contador de histórias, se atrasava mais do que quinze minutos (o que aconteceu em quase todos os encontros), seu atraso era lamentado pelos participantes e pelas analistas:

Um Homem: E com relação aos 5 minutos, que *Aquele Homem* falou, que a gente ficou de conversar hoje? É o assunto que foi pauta semana passada. Que *Aquele Homem* falou, dos 5 minutos?

[Essa Analista não se recordava. Olhei minhas anotações e avisei que era sobre o ponto de basta].

Essa Analista: Ah, a gente vai voltar nele.

Um Homem: Mas ele tinha que estar aqui, ele que colocou o assunto na pauta.

Essa Analista: Pois é, ele não veio hoje...

Um Homem: E como vai fazer com ele agora? Com as faltas dele?

Essa Analista: É a terceira? É a segunda, não? Pode ficar tranquilo que a gente está observando (Diário de campo, encontro 6, 17/07/2018).

Essa Analista: Então, os 5 minutos aí também ele pode, *Aquele Homem* tinha que estar aqui, *Aquele Homem* não tinha que atrasar... 5 minutos ajuda realmente a ampliar esse leque, né, porque é um tempo aí que você pensa quais as respostas que eu posso dar ou não para esse conflito, né.

[...]

Essa Analista: Você ensinou também porque antes de você chegar [*Aquele Homem*], rolou várias conversas sobre os 5 minutos. Várias pessoas falaram (Diário de campo, encontro 10, 14/08/2018).

A preocupação de *Um Homem* não era se as analistas tomariam as providências para que *Aquele Homem* fosse punido. Sua preocupação parecia estar localizada em não ter *Aquele Homem* nos encontros, com suas histórias bem detalhadas, ora tensas, ora muito engraçadas, e com situações que podiam ensinar mais sobre a vida de quem nasce desfavorecido do que qualquer currículo bem estruturado, pois falava “em fala de pobre, linguagem de em dia-de-semana” (ROSA, 1995, p. 16).

Chamei de estratégias esses recursos utilizados para tentar alcançar o “homem reflexivo”, pois houve flexibilidade, adaptação, negociação sem perder o foco na condução do grupo. Segundo as analistas me disseram em um encontro que tivemos após o encerramento do grupo dos homens, o objetivo do grupo, para além da prevenção à criminalidade, era auxiliá-los a entender como iam se constituindo como homens e como se portavam nos conflitos dos quais participavam. Nesse sentido, elas percebiam que havia saberes que precisavam ter sido mais mobilizados no grupo. Acreditavam, por exemplo, que questões relativas às masculinidades hegemônicas e alternativas deveriam ter sido mais trabalhadas:

Essa Analista: Tem algo na linguagem ou no discurso no qual estão inseridos que vai marcando esses homens, os chavões, os clichês. Todos eles escutam algo parecido com isso, e de como a família também entende que eles têm que ser por serem homens, por terem nascido com corpo de homem. O intuito é entender como cada um se percebe e a partir daí poder fazer com que aquele sujeito entenda a posição que ele ocupa diante dos conflitos que ele vai participando.

[...]

Esta Analista: Esse grupo foi tão participativo que a gente acabou pegando as demandas do dia, as situações que foram aparecendo. A questão do machismo, acho que ficou faltando um pouco. Talvez o “currículo” não devesse ser tão frouxo, talvez devêssemos equilibrar isso um pouco mais, porque nos outros grupos a gente conseguiu trabalhar bem, marcar de forma bem tranquila, bem leve, livre, com todos participando como eles. Mas eu senti um pouco a falta dessa discussão sobre masculinidades (Diário de campo, 11, 28/08/2018).

Os homens fizeram desvios e discutiram isso e mais outras coisas, como a condição de desemprego e a pobreza, a dificuldade de lidar com os filhos repetindo seus comportamentos, a dificuldade de lidar com a raiva, a euforia e os transtornos trazidos pelo uso de substâncias psicoativas. Foi preciso negociar nesse currículo, rever as propostas de trabalho e se adaptar. O currículo não era só das analistas para os homens, foi um processo transformado na vivência, na relação com os homens e com as questões por eles apresentadas. Como a vida faz conosco: como quando pensamos que estamos seguindo o mapa certo e a vida resolve tirar a estrada do lugar e nos coloca – nós e a estrada – em outro lugar (ÉSTES, 1996, p. 63). Um currículo pode abrir espaços de possibilidades outras, conexões novas e movimentos diferentes ou inesperados. Esse currículo, como “espaço habitável e habitado” (PARAÍSO, 2010, p. 12), recebeu indivíduos os mais diversos, com trajetórias distintas e parecidas, com repertórios semelhantes ou absurdamente diferentes, e seus efeitos parecem ter sido sentidos de modo muito particular.

Ao dar espaço para que cada um contasse sua história, expusesse ou defendesse as particularidades de sua trajetória, o currículo não parecia estar apenas possibilitando a emergência das especificidades para que cada um buscasse um jeito muito próprio de responder aos conflitos. A partir das muitas linhas, de distintas cores, estratégias heterogêneas, técnicas para o governo do outro e o governo de si foram sendo disponibilizadas, cruzadas, recriadas, transpassadas. Assim, foi sendo ampliado o repertório dos homens e das analistas. Outros saberes foram produzidos a partir das tecnologias de poder utilizadas naquele currículo.

#### **4.2 Acolhimento como estratégia para o cumprimento: “Sinceramente, me acolheu de uma forma que nem parece um órgão governamental<sup>35</sup>”**

<sup>35</sup> Um Homem fazendo a avaliação sobre sua participação no grupo, no encontro 10.

*Depois de um silêncio, o médico soergueu-se um pouco e perguntou-lhe se tinha alguma ideia sobre o caminho que era preciso seguir para se chegar à paz.*

*- Tenho. A simpatia (CAMUS, A peste, 2017, p. 240).*

As estratégias que apresentei na primeira parte deste capítulo não foram as únicas que encontrei no currículo do grupo que acompanhei. Trouxe para o texto da dissertação aquelas que considerei mais eficazes ou inusitadas, como o *bom humor*. Nesta parte, quero destacar uma estratégia que, dentre todas que presenciei, foi a que mais me provocou sensações confusas: o *acolhimento*. Implícita ou explicitamente, percebi traços dela em todas as outras estratégias e, por conta disso, me pareceu uma estratégia maior, mas, ainda assim, uma estratégia. Era um modo de se aproximar daqueles homens, de seduzi-los para que entendessem que o melhor a fazer era cumprir o grupo reflexivo, e da melhor maneira possível. Era uma estratégia que parecia dizer: “confie em mim, eu quero o seu bem, quero te ajudar para que aprenda a se governar e a se proteger”. E, para acessar esses homens de modo mais profundo e seguro para a missão que tinha, o currículo usou das estratégias já citadas, mas também da *flexibilidade*, do *relevar atrasos e faltas* e do *reconhecimento da precariedade*.

Acolher o sujeito, sua fala, suas histórias, suas angústias e demandas, suas vulnerabilidades e potencialidades, assim como sua raiva, sua revolta, sua loucura. O indivíduo deveria ser visto em sua singularidade, para muito além do ato criminoso que cometeu. Parecia necessário que as profissionais deixassem seus princípios morais da porta para fora e também se sujeitassem ao *acolhimento*: quem julga é o juiz!

Logo no segundo encontro, presenciei um diálogo que me chamou a atenção para isso. Quando as analistas perguntavam sobre os sentimentos que a Lei Maria da Penha suscitava naqueles homens – como abordei no início deste capítulo –, a pontuação a seguir, feita por Uma Analista, parece ter sido importante para o estabelecimento de um vínculo entre elas e eles:

Uma Analista pergunta se eles acham que as pessoas ou contexto de onde vieram vai mudar. Pede para que pensassem se a esposa, irmã, parente, vai mudar. Nesse momento, um homem diz "a vítima", complementando a lista de pessoas que a analista citava. Uma analista diz que, aqui, trata-se de uma suposta vítima, pois em um conflito é difícil definir quem é a vítima e quem é o agressor, "porque é preciso ver o contexto, como falou o [diz o nome do homem]". A analista pontua que a

Justiça precisa dessa definição/demarcação e que eles estão mesmo em um grupo de agressores. Mas "aqui se pensa de outro modo", diz a analista (Diário de campo, encontro 2, 19/06/2018).

Não foi dito, nos momentos e encontros posteriores, como se pensava ali. Parece que não foi preciso. Quase todos quiseram contar a história de seu conflito, pois o grupo parecia ser um lugar seguro. Mesmo o Programa Ceapa sendo um braço do Estado com o objetivo de executar uma pena, ali encontraram *flexibilidade* por parte do próprio Estado que pune. Apenas um dos dezenove homens que passaram pelo grupo falava o mínimo possível, uma vez que não era possível escapar completamente. Até Aquele Homem que, desde o primeiro encontro, pediu para não falar, para não se expor, quando era perguntado sobre algo ou se podia comentar alguma atividade proposta, falava muito<sup>36</sup>.

Situações diversas foram me fazendo acreditar mais fortemente nessa ideia: do *acolhimento* como algo imprescindível para o cumprimento da medida por aqueles homens. Não só porque não foram julgados, porque não foram confrontados direta e intensamente pela violência que cometeram ou, ainda, porque as analistas acreditavam que o conflito tem história, mas por ações outras por parte delas. Alguns atos delas passavam despercebidos, outros eram difíceis de disfarçar, mas elas pareciam determinadas a fazer com que aqueles homens assumissem um compromisso de responsabilização, reflexividade e governo de si.

Os primeiros procedimentos da Ceapa em relação às pessoas que precisam cumprir uma medida alternativa à prisão são nomeados como atendimento e acolhimento, que podem ser procedimentos distintos. Falo aqui da minha vivência quando era analista social. O ideal era que se acolhesse e atendesse o indivíduo que chegava ao Programa no mesmo dia. Mas nem sempre isso era possível, pois demandas mais urgentes poderiam se sobrepor à medida, como nos casos de pessoas em sofrimento mental sem tratamento adequado, pessoas em situação de rua sem documentação e/ou em condições financeiras precárias ou pessoas tão chateadas por estar naquela situação que se tornava inviável preencher o formulário de atendimento sem antes acolher seu sofrimento. Esse tipo de tratamento era disponibilizado para todas as pessoas que passavam por lá, não exclusivamente para os homens autores de violência. O problema é quando o volume de pessoas a serem atendidas é grande, quando é preciso preencher muitos papéis, fazer contato com outras instituições, responder à justiça e a

---

<sup>36</sup> Aquele Homem manteve-se discreto até o último encontro. A partir do encontro 7, nas poucas vezes em que se dispôs a falar, foi prolixo. Sua postura não era de integrante do grupo. Falava como se estivesse acima dos outros homens, em outro patamar, "liberto dessas coisas [conta, casamento, capitalismo, violência]", como dizia.

muitos outros atores dessa Política. Mesmo com tudo isso a realizar, a orientação era: o usuário<sup>37</sup> é o mais importante.

Durante o período em que observei o grupo, muitos homens procuravam as analistas depois do encontro para perguntar algo, fazer comentários, contar alguma novidade. Não era incomum se referirem ao primeiro atendimento, coincidentemente realizado por uma delas. Também as ouvi conversando entre si, comentando algum detalhe que se lembravam sobre o dia do atendimento de determinado homem. Não era um atendimento qualquer: já era uma intervenção. No formulário de cada um daqueles homens havia informações, impressões, apontamentos, registros de suas falas que serviriam para orientar a conduta das analistas sociais que coordenavam o grupo, bem como de qualquer analista do Ceapa que fosse atender algum deles fora do grupo. Saberes sobre aqueles homens circulavam internamente no Programa para que o objetivo maior fosse alcançado: a responsabilização sobre o delito cometido e a prevenção de novos crimes ou, em outros termos, a condução das condutas, o governo do outro para o governo de si.

Quando o grupo começou, após o estabelecimento das regras de convivência e dos limites que os homens tinham que respeitar para finalizarem a pena sem atrasos, as estratégias vinculadas ao *acolhimento* ficaram mais visíveis. Foi combinado, entre analistas e participantes do grupo, que se eles ultrapassassem quinze minutos de atraso não poderiam participar do encontro. A maioria chegava antes das 9 horas da manhã, horário de início do encontro, mas depois de algumas semanas já sabíamos os que certamente chegariam atrasados. E eles entravam, apesar do combinado anterior. No início, quem permitia a entrada dos atrasados eram as analistas, depois os próprios homens passaram a “liberar”, de acordo com a afinidade, como já disse e como pode ser constatado abaixo:

Esse Homem chega atrasado pela primeira vez. Pergunta se pode entrar e alguns respondem com simpatia que sim, que deve entrar.

Esse Homem: Levantei às 7h45, lá naquele fim do mundo. A cama estava tão boa... (Diário de campo, encontro 10, 14/08/2018).

Se, para as analistas, era estratégico ter *flexibilidade* e *relevar atrasos* para não perder aqueles homens e, conseqüentemente, inviabilizar o cumprimento da medida, para os homens, isso também foi importante. Sabiam bem o quanto precisavam se organizar para estar ali no horário marcado, tinham dimensão da distância a percorrer para não perderem o grupo e o

---

<sup>37</sup> Usuário é o termo utilizado para se referir às pessoas atendidas pelo Programa; usuários de uma política pública.

benefício da alternativa penal.<sup>38</sup> A estratégia da *cooperação* entre os homens também esteve presente nesses momentos, quando eles exerceram o poder de permissão ou de restrição dos outros sem se preocuparem com o que diriam as analistas, sem precisar do aval delas: a margem para manobras existia e eles a usavam quando convinha.

Havia algo nessas ações de *relevar atrasos* que parecia se misturar à situação de *reconhecimento da precariedade* tanto pelas analistas como pelos outros homens: “ele já veio de longe, pegou duas conduções para chegar até aqui, está chegando tarde ao trabalho, correndo o risco de ficar desempregado por conta do cumprimento. Então, não vamos perdê-lo por causa de um atraso, ou de alguns atrasos”. Eu conseguia ouvir isso naquelas permissões, na *flexibilidade* que parecia necessária nesses momentos.

O *relevar as faltas* ficou evidente a partir do quarto encontro. Se um homem iniciasse o cumprimento no terceiro encontro, perdendo apenas os dois primeiros, a reposição seria possível, sem complicações. Um homem chegou para iniciar o cumprimento no quarto encontro e alguns dos participantes se entreolharam sem entender o que estava acontecendo. Eu também olhei para as analistas querendo entender o que acontecia para que elas permitissem a permanência dele na sala e elas demonstraram surpresa ao vê-lo. Confirmaram seu nome e disseram que conversariam com ele ao final do encontro. Ele parecia eufórico. Participou ativamente, deu opiniões e fez provocações importantes, mas os homens não estavam “engolindo” a presença dele. E eu temia pela minha pesquisa, pois ele podia se recusar a participar dela. A discussão era sobre ameaças, quando *Um Homem* interrompeu:

Um Homem: Eu queria fazer uma pergunta para ele [se referindo a *Aquele homem*.]:  
Por que ele está aqui?  
Aquele Homem: [risos]  
Essa Analista: É porque você não se apresentou.  
Aquele Homem: Ninguém sabe por que eu estou aqui?  
Essa Analista: Não.  
Um Homem: Todo mundo aqui sabe ó... [todos sabem as histórias uns dos outros].  
Aquele Homem: Todos aqui sabem porque todos estão aqui e eu, ninguém sabe porque eu estou aqui, e eu também não sei porque todos estão aqui? (Diário de campo, encontro 4, 03/07/2018).

O mal-estar tomou conta da sala por um tempo. Depois que contou o que lhe aconteceu, *Aquele Homem* pediu ao restante do grupo para contar porque estavam ali. As analistas disseram que num outro momento isso aconteceria, pois todos já tinham se apresentado. Ele poderia voltar no próximo encontro. Na semana seguinte, ele chegou depois

---

<sup>38</sup> Há um entendimento por parte da Justiça de que as alternativas penais são um benefício concedido a quem comete um crime de baixo potencial ofensivo, pois o contrário delas é a prisão. Além disso, nem todo município no país conta com as condições para que seja viabilizado esse tipo de execução penal.

de quase uma hora de início do grupo e as analistas permitiram sua entrada. Alguns homens me questionaram a atitude delas, resmungaram sobre o desrespeito às regras. Ao fim do encontro, elas foram conversar com ele, que estava muito alterado, com odor etílico e disseram que ele poderia voltar na próxima semana. Ele voltou, mas ainda mais alterado. Uma analista não participou do encontro para atendê-lo individualmente e a outra analista conduziu o grupo sozinha. Ele continuou participando dos encontros seguintes e o grupo já não o hostilizava como antes, mas ele foi classificado como o “22”<sup>39</sup>, o louco.

Esse Homem: 22? O pessoal diz que ele deve chegar aí, hein! [risos] [Refere-se a *Aquele Homem*]

Essa Analista: Gente, gente! Olha os apelidos. Não é legal. Cuidado porque isso aí não é bom.

Esse Homem: Normal.

Essa Analista: Mas me fala uma coisa: quem é que é normal?

Esse Homem: Ninguém. Mas ninguém também é tão 22 (Diário de campo, encontro 7, 24/07/2018).

Este Homem: Deixo aí meu agradecimento pelo aprendizado que vocês falaram com nós, teve paciência, né, tem paciência comigo, com *Aquele Homem*, e tal. [risos] (Diário de campo, encontro 10, 14/08/2018).

Até entre os homens, os enquadramentos funcionaram de modo a classificar e hierarquizar quem deveria ser levado em consideração e quem não deveria. A infâmia vivida pela maioria era marcada, naquele momento, como diferente daquela que *Aquele Homem* vivia. Nomear um deles como “22”, como louco, parecia uma operação de poder não só para que fosse possível a permanência de *Aquele Homem* no grupo, mas também para diferenciá-lo do resto: “vamos deixá-lo ficar, mas não nos confunda com ele. Ele não tem nada a ver com a gente.”. *Aquele Homem* não se “encaixou” no regime que os outros homens entenderam como o ideal. Ele foi acolhido pelo grupo no que foi entendido como sua loucura, como se fosse necessário um louco para delimitar o não-louco. Ele parecia não conseguir ser um deles, e acredito que não teria permissão do grupo para tanto.

Em nenhum momento vi as analistas alterarem a voz, hostilizarem alguém ou mesmo se irritarem. Assim como os homens, que, exceto pela dificuldade com *Aquele Homem*, acolheram uns aos outros. No encontro que tive somente com as analistas, expus essa minha impressão, falando do meu estranhamento com o que, para mim, foi um excesso de *acolhimento*. Disse da minha confusão diante da *flexibilidade* e do *relevar faltas e atrasos*.

---

<sup>39</sup> 22 era o Artigo da Lei nº 2.848/1940, do Código Penal, que tratava dos considerados irresponsáveis, ou seja, as pessoas “que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento”. Em 1984, houve uma revisão do Código Penal e o Artigo 22 foi alterado; agora é o Artigo 26 que trata dos inimputáveis.

Mas elas acolheram os homens, suas angústias, suas tristezas, suas mazelas, seus sarcasmos, sua violência. *Reconheceram a precariedade* que acompanhava a vida daqueles homens:

Uma Analista: Eu acho que, para alguns, mandar para o grupo ou para a Ceapa é quase uma questão da assistência social: "olha, vai lá, naquele grupo lá, vai naquele povo"...

Uma Analista: A monitoração eletrônica tem causado, nestes homens, mais vulnerabilização, porque alguns estão indo para a rua, morar na rua.

Essa Analista: Às vezes, o local onde poderia ficar é muito perto de onde a pessoa [a vítima] passa... [e por conta da monitoração eletrônica tem que buscar outro lugar].

Uma Analista: Têm muitos indo para a rua porque não têm uma rede de solidariedade, uma rede familiar ou de amigos, alguém que possa acolher essas pessoas durante um tempo.

Essa Analista: Ou alugam um quatinho que não têm nada. Não conseguem pegar suas roupas porque ninguém da família busca.

Uma Analista: Aí tornam eles mais precários.

Essa Analista: Eles se tornam os monstros (Diário de campo, encontro 11, 28/08/2018).

Tinham clareza de que o público com o qual lidavam era carente de muito. Lidavam com a precariedade, com a falta, com o não-saber e com a naturalização de comportamentos que beiram ao absurdo. Mas aquelas vidas também pareciam absurdas. São homens como esses que costumam ocupar as vagas dos subempregos, que dependem de políticas públicas para acesso à educação e à saúde para seus filhos, que se espremem nos transportes públicos desde a madrugada rumo ao trabalho, pois moram nos limites das cidades, bem longe de onde a vista do “cidadão de bem” alcança. São os indivíduos que o Estado finge não ver, mas deles não tira os olhos; que a polícia invade a casa sem mandato; que condena, muitas vezes sem investigar:

Uma Analista: A gente não faz esse grupo para evitar o que já aconteceu, né gente? Nós estamos aqui para tratar também do futuro, porque a gente não consegue apagar o passado, o que ficou para trás. Não tem jeito. Mas a gente consegue modificar alguma coisa no futuro. Então, nesse grupo, esse encontro não diz só do que aconteceu, ele também pensa em formas para a gente evitar situações no futuro. A gente não anda para trás, a gente não volta tempo. A gente tentar fazer alguma coisa diferente no futuro (Diário de Campo, encontro 10, 14/08/2018).

Por mais acolhedor que esse currículo pudesse ser, é preciso não perder de vista que se tratava de uma penalidade, de uma tentativa de condução e de controle sobre a vida de outras pessoas. Aquelas analistas estavam diante de vidas precárias, infames, com acesso restrito a

alguns direitos fundamentais, mas elas também faziam parte do Estado que pune, do ritual de punição. No entanto, no curso do grupo, elas criaram as condições para que eles pudessem construir outra narrativa de suas vidas, para que pudessem se ver e se narrar para além do ato violento que cometeram, reconhecendo os próprios limites e as possibilidades de se constituírem de outro modo a partir dali.

Os efeitos de suas estratégias, das ações naquele currículo foram percebidos ainda durante o período do grupo. O homem reflexivo, pacífico, aberto ao diálogo e a novos modos de resolver seus conflitos estava em processo de produção e dava mostras disso. Homens se acolhiam, criavam vínculos, diziam das mudanças que estavam ocorrendo em seus pensamentos e ações. Buscavam governar a si mesmos e ao outro usando as estratégias disponibilizadas no currículo do grupo, como mostra o trecho do diário de campo reproduzido abaixo:

Um Homem: E minha esposa já está com outro. Ela que tem que sair [da casa onde moravam, pois é herança dele]. Ela vai viver a vida dela e eu vou viver a minha. Agora, eu não vou levar mulher lá para casa. Eu não quero mulher mais não. [risos]  
Outro Homem: Vai arrumar homem? [risos].  
Esse Homem: Calma. Deixa essa fase passar. Vai devagar (Diário de campo, encontro 7, 24/07/2018).

Esse excerto evidencia como o acolhimento já não dependia mais das analistas. Alguns homens aprenderam que se tratava de uma importante ferramenta para colaborar com outros homens e para ajudar eles mesmos diante de situações diversas e adversas. Eles passaram a intervir e a questionar uns aos outros com o propósito de governarem a si e o outro, na lógica da autoproteção a outras punições ou conflitos.

Nessa atividade que parecia mais uma missão, as analistas sociais precisaram articular passado, presente e futuro. Elas não podiam falhar: era preciso fazer com que aqueles homens refletissem sobre o crime que cometeram (passado), se arrependessem (presente) e se dispusessem a não cometer novos crimes (futuro). Articulando três tempos do tempo, elas precisavam responder satisfatoriamente ao desafio que lhes fora lançado: que aquele indivíduo não caísse novamente nas garras ágeis da justiça, que se governasse de modo a se proteger. Desse modo, elas também ficaram sujeitas ao acolhimento, ao acolher sem limites, ao responder sempre que acionadas e ao se anteciparem ao crime. Nessa lógica, o sucesso da prevenção a novos crimes dessa ordem por esses homens dependia muito da condução acolhedora delas, de que elas atuassem de maneira tal que aqueles homens se governassem de um modo e não de outro.

As estratégias utilizadas no currículo não mais o pertenciam. Os homens desse grupo faziam *perguntas curtas e interessadas*, ofereciam seus *exemplos*, *convidavam à imaginação*, *confrontavam-se de modo cuidadoso*, *riam*, *cooperavam*, *regulavam* os comportamentos uns dos outros. Também se *acolheram* usando da *flexibilidade*, *relevando faltas e atrasos* e *reconhecendo-se na precariedade* do outro. E, como os efeitos de um currículo nunca são determinados, aqueles homens parecem ter se apropriado das estratégias disponibilizadas no próprio currículo para lidar com as suas histórias.

## 5 O DIZER A VERDADE SOBRE SI: A CONFISSÃO COMO RITUAL ANALÍTICO

*Não queremos que nos compreendam, mas sim que nos escutem, e somos capazes de oferecer, em troca, nossa capacidade para escutar o que talvez não compreendamos (LARROSA, Tremores, 2017, p. 66).*

No capítulo anterior, narrei alguns episódios que, no meu entendimento, mostram o currículo do grupo reflexivo observado, bem como as estratégias por ele utilizadas para buscar seu objetivo: um sujeito reflexivo e pacífico. Eu disse, de vários modos, que era um grupo tagarela, que conseguiu desviar um pouco o rumo que as analistas queriam dar às discussões. Os homens que frequentaram o referido grupo usaram, cada um do jeito que achou melhor, o recurso e a estratégia fundamentais para a produção da verdade no Sistema de Justiça e em tantos outros espaços na contemporaneidade: a fala.

Falar e confessar são duas ações difíceis de serem desvinculadas quando se trata do ritual da punição. Dizer de si, falar sobre seus sentimentos e pensamentos, desejos e aversões, planos e sensações não é algo banal. O interesse sobre esse saber produzido pelo indivíduo por meio de sua expressão e o que se pode fazer com ele parece depender de quem fala. Quando se trata de alguém de sucesso, de destaque, queremos saber como alcançou tal patamar, quais são seus segredos para a conquista, que dicas pode nos passar. Mas, se estamos tratando do bandido, do criminoso, tendemos a nos interessar, fascinados e/ou assustados, pelo que o motivou e, muito mais, pelo que se passava em sua mente e em sua alma no momento do crime e que punição receberá. Mas até isso é relativo. Depende do crime. Depende de quem é o bandido.

O Sistema de Justiça foi se apropriando desse modelo de produção da verdade sobre o crime a partir da confissão de seu autor. Não se trata apenas da confissão sobre o ato cometido, mas sobre quem o cometeu. Mais do que saber o que aconteceu, em quais circunstâncias, “é preciso que o acusado diga o que ele é” (FOUCAULT, 2018, p. 13).

A confissão não é pouca coisa no nosso Sistema de Justiça. Ela é importante para lembrar ou para constatar que o pacto social foi rompido. É um tipo “de ritual de soberania por meio do qual o culpado dá a seus juízes fundamentos para condená-lo” (FOUCAULT, 2018, p. 180). Constitui-se também como uma verdade produzida de modo que o saber disponível aos juízes para julgarem torna-se quase inquestionável. E, por fim, a confissão recebe a função de dar sentido à punição determinada, pois reconhecer a culpa seria o “primeiro penhor daquilo que se poderia chamar de pacto punitivo: ‘confessando, recebo a

punição como algo justo e aceito participar dos efeitos corretivos que os juízes esperam dela” (FOUCAULT, 2018, p. 182). Assim, o indivíduo sai “transformado em relação à falta cometida, transformado em relação às faltas que poderia cometer” (FOUCAULT, 2018, p. 182).

No grupo reflexivo era preciso confessar de algum modo ou, pelo menos, relatar o ocorrido. O que os homens fizeram com ou a partir dessa tecnologia de poder da qual não conseguiram se desvencilhar completamente é o que me interessa mostrar neste capítulo. Argumento que poder falar, poder ser ouvido, ter quem se interessasse por suas conquistas e agruras, estar entre seus pares parecia irresistível e, ao mesmo tempo, impossível de escapar. Alguns tentaram resistir, mas não era simples se esquivar da sutileza das técnicas utilizadas para *muito saber* e *a todos governar*. Usar das palavras, das próprias palavras para se colocar, se posicionar, questionar, perguntar, aconselhar, rir e acolher parecia coisa pouco usada por aqueles homens, que logo tomaram gosto e já pareciam outros a cada encontro.

### 5.1 – Um currículo para dizer a verdade sobre si

*Pergunto-me, ainda hoje, constrangido, como o ser feroz e covarde que eu era, então, consegui sair de mim* (CAMUS, O avesso e o direito, 2018, p. 55).

Para que servem as histórias? As nossas histórias? As histórias que nos interessam? E por que elas nos interessam? As boas histórias nos fazem esquecer os compromissos, nos transportam para outros lugares, nos entretêm, nos envolvem. O que faz com que uma história seja considerada boa é seu ouvinte, as histórias que ele ouviu e que foram constituindo seu gosto por certas narrativas e o desinteresse por outras. Determinadas histórias podem nos unir ou nos lançar para lados opostos.

As histórias contadas no grupo pareciam interessar muito aos participantes. Sabe aquela ideia de um bordado único, impossível de copiar? Parecia que cada homem trazia sua linha, seu fio, com cor e textura própria, de acordo com sua história. A história era o ponto, o desenho, o caminho da agulha e seu fio. Cada um bordou a seu modo. E todos se envolveram naquele movimento de contar e tecer histórias, buscando uma linguagem que permitisse “compartilhar com outros a incômoda perplexidade que nos causa a pergunta ‘o que fazer?’”,

ou as infinitas dúvidas e cautelas com que fazemos o que fazemos” (LARROSA, 2017, p. 65-66).

O caráter falador e perguntador dessa alternativa penal foi tomando alguns homens também. Eles queriam saber. Queriam ouvir. Queriam contar. Entrelaçar todas aquelas linhas. Eram histórias que se assemelhavam e se desconheciam. Histórias do interior e histórias da Capital, mas todas histórias de muita luta, dor e negação. Separações, traições, excessos. Amor e abandono.

As analistas perguntaram um tanto; faziam perguntas diretas e periféricas. Fiquei com a forte impressão de que a especialidade delas eram as perguntas periféricas, lembrando aos homens que era importante ver além da linha que tinham nas mãos. De onde vinha aquele fio? Que elementos foram necessários para que se chegasse àquele formato, àquela textura?

Considero que as atividades propostas pelas analistas e desenvolvidas durante os encontros desse grupo foram estratégias relevantes para que as histórias viessem para a roda composta por aqueles homens e também para que as confissões tivessem espaço a ocupar. Uma a uma, na ordem em que eram apresentadas, aquelas atividades operaram no sentido de propiciar a confissão. Portanto, dizer o que foi trabalhado em cada encontro visibiliza os passos que colaboraram para o estabelecimento da confissão como parte daquela estrutura, como cada fio foi sendo introduzido naquela trama.

As estratégias para que a confissão acontecesse foram pensadas e apresentadas numa ordem tal que tornava a resistência difícil e incômoda para o resto do grupo, fazendo com que os próprios homens cobrassem uns dos outros seus relatos e confissões. Foi isso que fez *Um Homem* diante da resistência de *Outro Homem* em contar o que fez para ser encaminhado para aquele tipo de penalidade: “todo mundo aqui sabe, ó” (Diário de campo, encontro 4, 03/07/2018), deixando claro para o outro que todos falaram a razão de estarem ali e que com o *Outro Homem* não seria diferente. Como ele continuou resistente, vários homens disseram para ele ficar tranquilo, que podia desabafar. Não era possível que alguém escapasse e fosse aceito pelo resto do grupo sem tensões.

Nos primeiro e segundo encontros, as analistas pediram aos homens que se apresentassem e dissessem o que os levou a estar ali, naquele grupo para autores de violência. Ao fim do primeiro encontro, garantiram o sigilo das histórias contadas, afirmando que não passariam qualquer informação a respeito daqueles relatos à Justiça. Entendi que esse acordo não era só um entendimento do sigilo como direito daqueles homens, mas também uma estratégia de aproximação, uma tentativa de viabilizar alguma confiança naquela instituição e nas profissionais que nela atuavam. Além disso, nesse primeiro encontro, havia um homem de

outro grupo que estava repondo falta, que foi bem recebido pelas analistas e estava à vontade para falar. Ele também se apresentou e foi o único, nesse dia, a admitir que havia cometido violência contra a esposa. Entendi que sua presença, tão desarmada, contribuiu de alguma forma para que outros ficassem mais tranquilos para admitir suas falhas.

O tempo não foi suficiente para que todos os homens se apresentassem no primeiro dia, por isso as apresentações prosseguiram no segundo encontro. Após o fim das apresentações, foram elaboradas as regras de convivência e, em seguida, foi solicitado que os homens falassem dos seus sentimentos em relação à Lei pela qual foram autuados, como já relatei no capítulo 4. A afirmação das analistas de que, naquele espaço, se pensava de modo diferente, de que o conflito tem história e de que é preciso ouvir os dois lados eram outro modo de dizer que, àquela instituição e àquelas analistas, os homens podiam confiar seus crimes, pecados, angústias, conflitos e reflexões. A estratégia do *acolhimento*, que compõe as atribuições das analistas sociais e que aparecerá em todos os encontros, podia ser traduzida na voz baixa, no olhar compreensivo, na paciência em dar as mesmas informações e orientações por diversas vezes, na fala apaziguadora, na compreensão da precariedade social e econômica a que todos ali estavam submetidos.

No terceiro encontro, uma mescla de perguntas e informações disponibilizadas pelas analistas entrou como estratégia para fazer falar. Primeiro, elas pediram que eles explicassem melhor uma questão que apareceu no fim do encontro anterior, levantada por um dos participantes, sobre o que entendiam por essência feminina. A discussão seguiu de modo tal que abriu espaço para que fossem discutidos os tipos de violência considerados pela Lei Maria da Penha, buscado ampliar o entendimento dos homens sobre a questão. As analistas explicavam o que era cada tipo de violência a partir dos saberes disponibilizados pelos homens, mesclando os saberes dos dois lados. Próximo ao fim do encontro, os homens já estavam dizendo da violência que sofreram por parte do Estado ao serem presos. Então elas perguntaram se, para eles, o sistema penitenciário havia cometido violência psicológica e se eles se sentiam vítimas por terem passado por situações de violência institucional, psicológica e verbal. A maioria respondeu que sim. Aquela era a brecha que precisavam para lançar uma estratégia apresentada no capítulo 4, que servia ao acolhimento, mas também serviu à produção da confissão: o *confronto cuidadoso*.

Uma Analista: É preciso ficar claro o que é e quando ameaçamos ou quando nos sentimos ameaçados. Quando nós somos vítimas de violência como reagimos? É na mesma moeda? É legal quando vocês se reconhecem como vítimas, mas é importante reconhecer quando vocês são violentos. Por que em alguns momentos vocês reagem com violência?

Um Homem: Eu estava chapado, nem ia ser preso, mas chamei o policial de filho da puta. Aí fui violento. Eu ia ser autuado só por desacato, mas o policial quis colocar na LMP. Me senti humilhado. Me jogaram no chão, levei botina na cara, perto do lixo.

Aquele Homem: Para ser autor de violência basta querer.

Uma Analista: Se basta querer, por que você vai querer ser violento?

Esse Homem: Às vezes a gente precisa ser violento, quando querem abusar da fragilidade da gente. As pessoas gostam de abusar de sua bondade. Já fui roubado tantas vezes [Pensei que ele se referia a ter sua inocência roubada]. Já vi muitos colegas levarem tiro trabalhando no transporte coletivo. Desde que comecei a trabalhar, no interior, já fui agricultor, vaqueiro, trabalhei com motosserra (e fui perseguido por conta disto), como trocador de ônibus, mas preso eu nunca fui. Agora fui preso por uma besteira. [Contou que já respondeu 6 processos Maria da Penha e que um juiz chegou a dizer a ele que se não parasse de beber ia matar a esposa.] Matar? Eu? Ela já foi embora para a cidade dos pais dela mais de 6 vezes desde que a gente casou.

Uma Analista: Ué, e por que você ainda está casado? [Ele não soube responder e riu sem graça. Parece ter pensado sobre isso agora. Ficou um pouco aéreo, com um sorriso sem graça no rosto] (Diário de campo, encontro 3, 26/06/2018).

Pareceu-me que, ali, foi o início de outra mescla: *acolhimento* e *confronto*. Acolhiam as histórias, as revoltas e os saberes que os homens traziam, confrontando-os nessas mesmas histórias, revoltas e saberes. Não era algo vindo de fora do universo deles, mas era a partir do que compartilhavam no grupo. No diálogo acima, *Esse Homem* contou que aquela não era a sua primeira autuação. Não foi pedido a ele que contasse isso, as analistas não tinham essa informação. Uma vez que a “confissão consiste em passar do não dizer ao dizer, estando claro que o não dizer tinha um sentido preciso” (FOUCAULT, 2018, p. 7), ele já confessava, mas não percebia. A pergunta feita pela analista logo em seguida, “e por que você ainda está casado?”, foi algo inesperado. *Esse Homem* parecia nunca ter pensado a respeito, de modo que nem conseguiu responder. Era a preparação para a construção da confissão, ou da responsabilização, na perspectiva do Programa.

O quarto encontro, quando frases foram escolhidas aleatoriamente pelos homens e depois lidas e discutidas, produziu muitos efeitos naquele grupo, entre eles, o acesso a mais informações sobre como pensavam, sentiam e agiam sobre alguns assuntos. Idas e vindas de histórias, confissões e revisões. Antes que a frase “*Pego o celular da minha companheira escondido e olho as mensagens. Preciso me certificar de que ela não está me traindo*” acabasse de ser lida, *Esse Homem* já ria:

Esse Homem: Todo mundo faz isso! Ah, não tem um que não faz! [risos]

Uma Analista: É mesmo?

Esse Homem: E é vice-versa: tanto faz o homem e a mulher.

Um Homem: Fiz tanta coisa escondido que me constrange pegar o celular da pessoa pra olhar. Pra mim pegar me sinto até mal. É uma amargura tão grande. Não sei se fui tão mal ou tão bom para algumas pessoas. Eu pegava escondido o celular para eu

ver, mas eu não entendia. Eu pegava escondido para procurar a traição, só que eu era um traidor (Diário de campo, encontro 4, 03/07/2018).

*Um Homem* não precisava dizer nada. Nada lhe foi perguntado. Nessa atividade, quem iniciava os comentários era a pessoa que havia lido a frase, seguido das analistas ou de quem mais quisesse comentar. As analistas perguntavam para o grupo, e não para alguém especificamente, quem queria dizer algo a respeito da frase lida. Num exercício de memória, reconhecimento e lamento, *Um Homem* confessou que fazia algo que agora entendia como um erro, uma contradição. Não há confissão sem a verbalização a outrem da falta cometida. A confissão precisa da presença de um ouvinte. Quem confessa faz um movimento de auto sacrifício: sai de si mesmo em direção ao outro por meio da confissão. No sistema de Justiça, “apazígue-se sempre o juiz confessando espontaneamente as próprias faltas (FOUCAULT, 1993, p. 216)”. Além disso, *Um Homem* pode ter colaborado para que outros também se dispusessem a compartilhar suas falhas.

As voltas que os homens davam nas próprias histórias podiam ser longas. As analistas passeavam por elas, ou pelo menos eu passeava por aquelas histórias. Eu era transportada para aquelas vidas, para os anos distantes, para ali há pouco e também para o caos. Não perguntar foi um exercício de pesquisa que me permitiu observar o que possivelmente interessava a quem perguntava. As expressões enquanto ouviam as histórias, a entonação dos comentários e das complementações que faziam, tudo isso foi muito rico e me ajudou a “escutar” as diferenças entre aqueles indivíduos e as semelhanças que os agrupavam. Também me possibilitou ver como a produção da verdade acontecia, lenta e gradualmente, entre os homens:

Aquele Homem: Às vezes é cobrar dos outros o que a gente não é capaz.

Este Homem: É, é disso que estou falando.

Aquele Homem: A gente cobra dos outros coisas que a gente nunca faz.

Um Homem: É isso. Vocês entenderam a mensagem direitinho.

Outro Homem: Há muito tempo que tem isso. Hoje a gente tem o celular, mas antes seria o detetive-espião, não é? Isso já há muitos anos que existe. [...] O celular só está reforçando a dúvida, a insegurança, e o que você quer descobrir do outro ali, de seu companheiro.

Uma Analista: Isso também é muito legal, a coisa da dúvida, que muitas vezes comanda a nossa vida. A gente vai criando umas coisinhas na nossa cabeça, e vai fritando lá. Muitas vezes não tem nada a ver com o outro. Muitas vezes tem a ver com nossas questões, não é? E a gente vai jogando ali para ver se alguém pega alguma coisa. Esse Homem, você tem razão! Foi ótima a sua frase [*“Pego o celular da minha companheira escondido e olho as mensagens. Preciso me certificar de que ela não está me traindo”*] (Diário de campo, encontro 4, 03/07/2018).

Nesse trecho é possível verificar como estavam refletindo sobre como vinham conduzindo suas vidas. Reconheciam que o que solicitavam dos outros era mais do que eles conseguiam realizar. Era uma espécie de ida e vinda para dentro e para fora deles mesmos, num movimento de autoexame, de exame de consciência e confissão. Estes três encontram-se entre as mais importantes técnicas para o governo de si (FOUCAULT, 1993).

Essa atividade continuou no quinto encontro, pois rendeu tanta participação que não foi possível finalizá-la no encontro anterior. Foram lidas e discutidas nove frases.<sup>40</sup> Admitir e compartilhar suas inseguranças e escapulidas, seus temores e limitações fortaleceu não só os laços entre eles, mas também o potencial dessa ferramenta preciosa para o Sistema de Justiça, que é a confissão. Ela une e redime. O indivíduo apresenta-se ao outro e a si mesmo e, nessa ação, pode constituir-se de outro modo, colocar-se a si mesmo como projeto em construção e em reconstrução.

A confissão, como uma teia de aranha bem firme, nos envolve de tal modo que é difícil resistir a ela ou reconhecer que estamos nos prendendo em sua trama. É difícil não querer compartilhar sua história em meio a tantas histórias. Como tecnologia de poder, a confissão está tão arraigada em nós “que não a percebemos mais como efeito de um poder que nos coage; parece-nos, ao contrário, que a verdade, na região mais secreta de nós próprios, não ‘demanda’ nada mais que revelar-se” (FOUCAULT, 2017a, p. 67).

No sexto encontro, as analistas pediram aos homens que escrevessem num papel e depois compartilhassem com os outros como tinha sido a infância de cada um, das brincadeiras às cobranças. Depois viriam as questões da fase adulta: o que precisavam viver e o que era cobrado deles por serem homens. A ênfase era na constituição deles como homens e as relações estabelecidas desde cedo com o feminino. Eram casos de vidas ainda miúdas empurradas para os costumes de adultos; meninos pequenos aprendendo o que homens adultos deveriam fazer. Infância? “Eu não tive infância. Eu nem sei o que é infância. Minha

---

<sup>40</sup> As frases foram discutidas na ordem que apresento: “Dei uma surra no meu filho pois tirou notas baixas”; “Não costumo deixar minha companheira visitar os amigos e amigas quando ela quer. Ela só pode visitar os parentes quando me comunicar antes, se eu permitir”; Minha companheira começou em um novo emprego e estava ganhando mais do que eu. Achei absurdo pois eu sou o homem e provedor da casa. No mesmo dia fiz ela sair do trabalho, ameaçando me separar dela”; “Pego o celular da minha companheira escondido e olho as mensagens. Preciso me certificar de que ela não está me traindo”; “Descobri que minha companheira me traiu com outra pessoa. Fiquei muito irritado e por isso mandei um áudio no celular, pelo whatsapp, dizendo que iria matá-la. Citei o caso do goleiro Bruno e da Elisa Samúdio como exemplo para amedrontá-la”; “Minha companheira saiu para fazer compras sem meu consentimento”; “Então, gritei com ela e ameacei buscá-la à força no shopping caso descobrisse que estava usando o cartão de crédito”; “Meu irmão confessou que era gay, então, dei um soco na cara dele para ele virar homem de verdade”; “Em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”; “Se eu estiver discutindo verbalmente com minha companheira e ela se mostrasse exaltada, apontando o dedo na minha cara, posso dar um empurrão nela”.

infância foi essa, no tráfico, correndo de polícia, tomando tiro de polícia, dando tiro também...” (*Um Homem*, Diário de campo, encontro 6, 17/07/2018).

Todos naquele grupo começaram a trabalhar ainda na infância ou na adolescência, começaram cedo a prover a própria vida ou a colaborar para o provimento da família. O retorno à infância, revisitando o passado e se debruçando sobre os aspectos que colaboraram para que eles, ainda meninos, fossem se constituindo homens, pareceu-me mais uma estratégia para a produção da confissão. A relação com o feminino não ocupou as histórias como parecia ser uma das intenções das analistas ao proporem a atividade. Eles desviaram para o que os aproximava: os riscos que correram e as dificuldades que enfrentaram.

Ao ocuparem a rua ainda pequenos, por causa do trabalho, eles ficaram expostos a diversos riscos, como o acesso a substâncias psicoativas. Naquele grupo, o consumo mais intenso de álcool parecia ser coisa dos mais velhos; os mais novos consumiam ou consumiram mais intensamente cocaína e maconha. Digo isso com base nos relatos daqueles que quiseram falar a respeito. Nem todos relataram o consumo de substâncias psicoativas, mas os que o fizeram foram detalhistas. A confissão foi um instrumento poderoso naquele grupo. Às vezes, parecia haver uma disputa sobre quem havia feito mais loucuras ou quem havia sofrido mais; em outras, tive a impressão de que, no entendimento deles, era preciso ser detalhista ou enfático para dar ao relato ares de verdade incontestável, para tirar qualquer possibilidade de dúvida sobre o que se contava e se confessava. Histórias, sensações e lembranças se entrelaçaram:

Aquele Homem: Agora você pergunta se na festa que ele estava [que acontecia para promover o consumo de cocaína] se ele comia...

Esse Homem: Lógico que não!

Aquele Homem: Se todas as mulheres lindas que estavam ao redor dele, se ele olhava...

Esse Homem: Lógico que não!

Aquele Homem: Quem dera... Era solitário ali.

Esse Homem: Não come, não tem fome, não dorme.

Outro Homem: Mastiga a bochecha.

Um Homem: Eu perdi meu primo cedo por causa de droga.

Esse Homem: Mas você continua usando a droga?

Um Homem: Não, cocaína não. Fumo muita maconha. Maconha eu fumo. Só que muda muita coisa porque uma hora você está curtindo, em festa, depois acontece uma coisa dessa com sua vida, aí você vê que droga é perdição mesmo.

Esse Homem: Eu tive uma overdose que fiquei 21 dias no CTI da Santa Casa.

Aquele Homem: Eu tive 3 princípios de overdose.

Esse Homem: [...] As obrigações que eu tinha que fazer, as coisas que eu tinha que fazer, que eu tomei por decisão quando eu estava sob efeito de cocaína, com meus problemas internos também, vou ser sincero com você: eu não faria de novo, não. Até quanto à questão prazerosa, quanto à questão de mulher, quanto à questão de dinheiro, quanto à questão de serviço, eu não teria a mesma decisão hoje em dia, não.

Este Homem: Para não morrer as pessoas mudam. É que nessa vida a gente passa por tanta coisa que para não morrer aí você tem que fazer uma mudança na vida, radicalmente (Diário de campo, encontro 6, 17/07/2018).

A confissão parece ter funcionado para aquele grupo como um instrumento não só para provar ao Estado que alguma mudança ocorrera, mas para compartilhar com seus pares como e por que certas mudanças aconteceram. No dia do episódio citado acima, parecia que as analistas não estavam presentes, e nem eu com o meu gravador. Eles questionavam, ouviam, intervinham, se misturavam. Eram histórias conhecidas, do dia-a-dia, ao alcance da imaginação e da memória. Reconheceram que fizeram escolhas que poderiam tê-los levado à morte precocemente, mas que tiveram oportunidade de escolher novamente, optando pela preservação da vida e precisavam contar aos outros, pois “as pessoas são induzidas a julgar-se com vistas a uma certa administração, governo e transformação de si. A pessoa tem que fazer algo consigo mesma em relação à lei, à norma, ao valor” (LAROSSA, 1992, p. 78).

No sétimo encontro, houve continuidade da proposta de falarem da infância e da vida adulta, das brincadeiras às cobranças. Os efeitos das estratégias para a confissão foram ficando evidentes. O confronto passou a ser entre os homens; pareciam ter se apropriado das ferramentas disponibilizadas e começaram a intervir, buscando fazer com que o outro reconhecesse que não estava agindo corretamente. Já sabiam muito uns dos outros, já se sentiam confiantes para exercerem poder uns sobre os outros. *Esse Homem* contava que o processo de divórcio avançava e que a ex-esposa e as filhas se preparavam para sair de casa. Durante os encontros, muitas vezes *Esse Homem* colocou-se como vítima das mulheres de sua vida. Nesse dia, ele apenas relatava como as coisas estavam se desenrolando, sem drama ou vitimização, mas *Aquele Homem* entendeu que, pelo modo como se portava diante da situação, ele precisava ser confrontado. A passividade não parecia mais ser aceitável para *Aquele Homem*, pelo menos na história de *Esse Homem*. Era preciso que houvesse responsabilização, que ele assumisse a parte dele na situação. Foi um confronto muito menos cuidadoso do que as analistas fariam, com impressões muito claras:

Aquele Homem: Está saindo todo mundo de sua casa e você vai ficar sozinho, no caso?

Esse Homem: É.

Aquele Homem: Então está todo mundo errado e só você que está certo?

Esse Homem: Não, não acho que eu estou certo, não. Elas vão sair, primeiro que a casa não é minha, a casa é da minha mãe, está em nome da minha mãe lá ainda. Então, a gente tem que sair. Eu vou ver o que o juiz vai falar, porque eu estou separando dela, mas aí tem que saber se ela tem direito ou não. Se ela tiver direito, o que eu posso fazer? Ela vai ficar lá.

Uma Analista: Mas você que pediu para ela sair?

Esse Homem: Não, ela que quer sair. Eu não mandei ela sair. Ela falou que vai sair.

Aquele Homem: Você parece que está meio acomodado com a situação.  
 Esse Homem: Mas eu não posso falar nada, não. Se eu for falar, elas acham ruim. Eu vou falar com elas e elas me xingam. Eu não posso brigar com elas, não. Eu vou brigar com elas e os homens me prendem de novo (Diário de campo, encontro 7, 24/07/2018).

No oitavo encontro, foi entregue a eles um papel com o desenho de um espiral. As analistas pediram para que pensassem no que vinham discutindo sobre os conflitos que os levaram ao grupo. A ideia era que identificassem como os conflitos foram sendo alimentados, que falas e atitudes deles colaboraram para que o desentendimento tomasse aquela dimensão. Era importante recordar e reconhecer os sinais de que as coisas tinham saído do controle. No papel, deveriam escrever palavras que remetessem à história de seus conflitos, palavras que expressassem o aumento da pressão nas relações.

No fim desse encontro, as analistas frisaram a importância de eles entenderem os próprios sinais, se estavam repetindo situações que poderiam desembocar em um novo conflito. Elas pontuaram que, apesar de eles terem compartilhado as situações no grupo, o exercício naquele dia e dali em diante deveria ser individual. Era visível que se tratava de um exercício para o governo de si, durante o qual os homens deveriam fazer uma inspeção nas próprias ações para perceberem se estavam repetindo certos equívocos. As analistas promoviam, ali, o exercício da constituição de um duplo (LARROSA, 1994, p. 80): “eu que vejo quando me observo a mim mesmo, do eu que expresso quando me digo a mim mesmo, [...] do eu que julgo quando me aplico um critério, do eu que domino quando me governo”.

Essa Analista: A gente talvez só consegue não ficar repetindo na nossa vida a partir do momento que a gente consegue identificar alguma coisa. Aí a gente diz “não, peraí, estou fazendo de novo isso? É de novo?”. Quando a gente começa pensar: “não, mas de novo eu estou fazendo assim? De novo eu estou agindo desse jeito?” (Diário de campo, encontro 8, 31/07/2018).

“Observem suas atitudes”, “observem seus sentimentos”, “questionem a si mesmos”, “busquem o governo de suas ações e paixões”. Era esse tipo de recomendação que eu podia ouvir nas intervenções daquele dia. Se os homens não reconhecessem sua parte no conflito e não entendessem que não era mais possível agir de tal modo, o pacto social continuaria comprometido, eles permaneceriam de fora, permaneceriam no limite da fronteira monstruosa. Era urgente trazê-los para mais perto da fronteira da normalidade, ensiná-los a manterem-se longe dos crimes.

A atividade do espiral continuou no nono encontro. Nem todos os homens partilharam o que identificaram como os sinais de que o conflito estava ficando mais tenso e nem o reconhecimento de como colaboraram para que chegassem à perda do controle sobre suas

ações. Quem se recusou a falar foi respeitado e outra atividade se seguiu, mais dinâmica. As analistas dispuseram duas carteiras no meio da sala, uma de costas para a outra. No braço de cada cadeira, colocaram em torno de dez recortes de papel em formatos de figuras geométricas diversas. Os homens que se voluntariassem para o exercício deveriam sentar-se de costas um para o outro e decidir quem iria dispor primeiro as figuras e descrever tal disposição para que o outro montasse em sua carteira o mesmo desenho, sem olhar e sem fazer perguntas. Foi um alvoroço! Cinco duplas se formaram, sendo que uma delas pediu para participar uma segunda vez. As distorções no entendimento sobre o que o outro dizia foram percebidas com espanto; a maioria demonstrou surpresa ao perceber que a comunicação não era coisa simples. Teve homem que se irritou, não entendendo como o outro não conseguia compreender seu comando:

Uma Analista: A comunicação, a linguagem é algo que a gente nasce dentro dela, que a gente não nasce num lugar onde não tem comunicação, mas ao mesmo tempo, é extremamente complexo. Ou seja, a gente vive a vida inteira na linguagem na comunicação, mas ela sempre traz algo de difícil; não de difícil, mas de complexo. Todo mundo sabe falar, mas sempre tem alguma coisa ali que não encaixa.

Esse Homem: Todo mundo sabe falar, mas será que o outro sabe entender?

Uma Analista: Todo mundo sabe falar, mas será que a gente está sendo claro? Ou seja, gente, nós nunca podemos perder de vista que, dentro da comunicação, há sempre um mal-entendido.

Aquele Homem: Controvérsias.

Uma Analista: Sempre controvérsias, né? A gente nunca é 100% compreendido, e também a gente não compreende o outro 100%. Vamos aprender a viver com os mal-entendidos da linguagem.

[Alguém diz]: E da vida (Diário de campo, encontro 9, 07/08/2018).

O último encontro daquele grupo que já parecia entender que havia outros tipos de violência além da física, que já havia discutido situações diversas que circulavam nos encontros, que voltou à infância, que voltou ao conflito que gerou a penalidade, que se deparou com a complexidade da comunicação humana foi um encontro de avaliação. As analistas entregaram um papel com as seguintes perguntas: “Como você avalia sua participação no grupo?”; “Hoje, o que você faria diferente do dia do fato que te trouxe até o grupo?”; “O que você deixa pra trás nesse último encontro?”; “O que você leva para casa de positivo?”.

Novamente, o movimento de voltar ao passado, avaliar-se no presente e lançar-se no futuro estava sendo solicitado. Sem esse movimento não haveria confissão, pois “a confissão é um ato verbal por meio do qual o sujeito faz uma afirmação sobre o que ele é [ou fez], vincula-se a essa verdade, coloca-se numa relação de dependência perante outrem e modifica ao mesmo tempo a relação que tem consigo mesmo” (FOUCAULT, 2018, p. 8). A maioria

dos que compartilharam o que escreveram confessou àquela instituição que entendeu onde errou e que, dali em diante, agiria de acordo com o que aprendera. As analistas estavam diante de homens que estavam dispostos a pensar e a resolver os conflitos futuros com diálogo, buscando a paz. Selecionei três relatos que ilustram um pouco do homem que foi sendo constituído naquele grupo:

Um Homem: Deixa que eu leio. "Como você avalia sua participação no grupo?" Isso aqui eu acho que foi produtivo para todo mundo, né. Para mim foi produtivo também e tal. "Hoje o que você faria diferente do dia do fato que te trouxe até o grupo?" Evitaria o confronto verbal com minha irmã. "O que você deixa pra trás nesse último encontro?" As lembranças que passei no sistema prisional arcaico, onde seres também humanos não respeitam o seu próximo como ser humano. "O que você leva para casa de positivo?" Levo para casa mais 5 minutos de racionalidade. [É aplaudido por outros homens que o olhavam com expressão de admiração.]

Aquele Homem: A minha avaliação foi bom esse curso, aprendi muito. "Hoje o que você faria diferente do dia do fato que te trouxe até o grupo?" Eu não ia descontar nas pessoas, evitaria o uso de drogas e bebidas, daria uma chance para minha companheira se explicar. "O que você deixa pra trás nesse último encontro?" A saudade desses amigos tão legais que eu conquistei. Obrigado! Vou levar vocês comigo para o resto da minha vida. "O que você leva para casa de positivo?" Raciocinar e pensar duas vezes.

Eu aprendi bastante coisa aqui com vocês, e tal. Fiquei mais calmo. Nesses quatro meses [desde que foi detido até esse dia] aprendi muita coisa. Então, vamos embora, vamos começar, né? No grupo, minha participação foi comunicativa, aprendi a ouvir mais, parar para escutar, coisa que... eu era observador, eu sou observador, mas aprendi mais ainda a escutar e a entender certos tipos de coisa que eu pulava. "Hoje o que você faria diferente do dia do fato que te trouxe até o grupo?" Eu iria agir com a razão. No momento ali, o emocional falou mais alto, e eu falei coisas que não precisava de falar, sabe? "O que você deixa pra trás nesse último encontro?" O meu eu calado. Como eu observo muito, então eu sou muito calado. E aqui eu aprendi a falar um pouco mais, a ser comunicativo e deixar os sentimentos e mágoas, que eu fiquei mesmo [magoado], mas não cabe a mim mais levar isso para a minha vida. "O que você leva para casa de positivo?" É uma paz. A paz que eu estou tendo agora eu não tive quando eu saí da cadeia, agora eu tô tendo (Diário de campo, encontro 10, 14/08/2018).

As estratégias utilizadas para alcançar o objetivo da confissão pareciam sutis, pelo menos para mim que fui parte daquele Programa, que já coordenei um grupo como aquele. Quando se está com a responsabilidade de lidar com situações tensas como as que se apresentavam no grupo; quando se está diante de vidas infames, com pouco espaço para dialogar sobre suas confusões e angústias; quando o direcionamento de seu trabalho pode proteger vidas, nada pode ser simples. O que falar, como falar, o que é preciso ouvir e confrontar eram questões que povoavam minha cabeça quando fui analista. Continuaram comigo como pesquisadora.

Os homens daquele grupo foram envolvidos e se envolveram no ritual da confissão. Os exercícios de confissão foram construídos gradualmente, de modo que, no último encontro do grupo, todos estivessem dispostos a produzir a “confissão final”. Os homens, ao falarem de seus tempos sombrios e das mudanças que ocorreram, davam, tanto às analistas sociais quanto aos outros participantes do grupo, elementos para que fossem governados. Elementos que também usavam para governar os outros e para se governarem. Voltavam ao passado nas histórias que contavam, diziam de como viviam e se sentiam no agora e se projetavam em um futuro que não deveria incluir nenhum ato delituoso.

## 5.2 “Quem não falou ainda?”<sup>41</sup>

*Para não fugir, então, é preciso lembrar-se de que cada um dos espectadores tem, também, um encontro consigo mesmo; que ele sabe disso, e que, daqui a pouco, terá de comparecer a este encontro (CAMUS, O avesso e o direito, 2018, p. 20).*

Mesmo com todas as estratégias para que os homens ficassem à vontade para falar, mesmo com o pacto de sigilo, com o acolhimento e a flexibilidade, tinha quem não quisesse falar. Quem falava muito não necessariamente dizia de suas verdades, confessava ou se reabilitava. O falar muito pareceu, por vezes, ser a estratégia de um mais engraçado, de outro mais detalhista para desviar o foco de si ou do ato criminoso. Mas o que não falava, o que se recusava a partilhar suas histórias, colocava em risco a aplicação e a eficácia da penalidade de grupo reflexivo. Para Foucault (2018, p. 53), “a partir do momento em que o interrogado tiver o direito de dizer: ‘recuso-me a falar porque não tenho de obedecer-lhes’, a máquina judiciária não poderá funcionar”. Não acredito que a máquina parou, mas ela emperrou, engasgou e precisou de reparos em alguns momentos.

Três homens tentaram não falar,<sup>42</sup> não confessar, não se deixar governar por aquele “sistema” (Diário de campo, encontro 7, 24/07/2018), como alguns homens nomearam o Estado, as regras, as Leis, o dinheiro, o status. Não aceitavam estar ali e acreditavam que não cederiam. Mas não era mais possível. Uma vez ali, no grupo, era preciso falar, interagir, participar. Em nenhum momento, vi insistência direta das analistas para que alguém falasse;

<sup>41</sup> Uma analista, registro em diário de campo, encontro 9.

<sup>42</sup> A partir daqui, precisarei romper com a lógica que adotei de não individualizar os homens. As histórias, a partir deste tópico, apresentam elementos peculiares e importantes, que considerarei certa resistência ao que era proposto no grupo em relação à confissão.

elas usaram estratégias discretas. Davam voltas, chegavam com cuidado, mas não perdiam de vista a missão de fazê-los falar.

O primeiro homem sobre o qual falarei é *Esse Homem*. Homem muito simples, tive a impressão que foi com a mesma roupa em todos os encontros: camiseta branca com propaganda de alguma coisa que não me lembro, bermuda *jeans* muito usada e chinelos de dedo. Não ria, não fazia brincadeiras, não se enturmou. Chegava calado, sentava quase sempre no mesmo canto da sala e só respondia com frases curtas, diretas, que só expressavam seu desejo de não falar. Mas prestava atenção em tudo e em todos; não o vi aéreo ou distante dali. Olhava para os outros participantes e para as analistas enquanto falavam. Parecia ter dificuldade para escrever; escrevia tanto quanto falava nos papéis distribuídos durante as propostas de relatos de vivências específicas. Numa dessas atividades, na qual as analistas pediram que escrevessem no papel sobre as brincadeiras e exigências da infância, conseguiu escapar de falar sobre o que escrevera no dia que a atividade foi proposta, uma vez que o tempo não foi suficiente para que todos compartilhassem. Podiam deixar o papel utilizado para fazer o registro com as analistas ou levá-lo para casa. Na semana seguinte, quando a atividade foi retomada, as analistas pediram para que ele partilhasse suas histórias de infância:

Essa Analista: Vamos para o próximo. Vamos lá, Esse Homem.

Esse Homem: Perdi minha folha. Eu nem lembro.

[Risos de quase todos os homens]

Essa Analista: Nós perdemos a sua folha ou você levou? Ah, você perdeu. Mas você lembra, Esse Homem? Não? Conta para a gente um pouco como foi sua infância, do que você costumava a brincar, se você começou a trabalhar cedo...

Esse Homem: Brincava muito de papagaio, de bolinha...

Essa Analista: Onde você morava?

Esse Homem: Aqui em BH.

Essa Analista: Você tem muitos irmãos?

Esse Homem: 8.

Essa Analista: Todos homens?

Esse Homem: 4 homens e 4 mulheres.

Essa Analista: E aí, como era essa infância de vocês? Conta um pouco para a gente.

Esse Homem: Normal (Diário de campo, encontro 7, 24/07/2018).

A postura de *Esse Homem* teve um efeito importante sobre as analistas. Numa das vezes em que fui encontrá-las antes do início do grupo, conversavam, preocupadas, sobre o silêncio dele. Comentaram sobre algo no formulário de primeiro atendimento dele.<sup>43</sup> A máquina emperrou, ficou engasgada; era preciso encontrar um meio de resolver esse problema.

---

<sup>43</sup> Não fiz registro do conteúdo dessa fala, pois foi rápida e num momento em que caminhávamos em direção ao andar onde acontecia o grupo.

A oportunidade para isso aconteceu no encontro 8. O infame parece caminhar no sentido contrário ao da maquinaria da Justiça ou do Estado. Não parece proposital ou intencional, e, sim, algo que diz de sua inadequação, de não caber na linguagem dominante, complexa, plena e segura dessas instituições. O que teria a dizer e por qual razão?

Na proposta do encontro 8, que foi a de pensarem sobre as situações que levaram ao conflito que gerou a violência e a denúncia, os homens receberam um papel com o desenho de um espiral, no qual deveriam escrever palavras que remetessem às situações conflituosas anteriores ao conflito, *Esse Homem* não entendeu o que se pedia:

*Esse Homem* pede ajuda a *Esta Analista* para fazer a atividade. Ela explica novamente o que foi pedido. Ela pergunta com quem era o conflito, diz que ele pode anotar porque brigavam. Percebe a dificuldade dele e se oferece para escrever. O conflito parece que era com a esposa. Falam baixo. Parece que ele bebia. Tem dois filhos. Ele parece um pouco mais à vontade para dizer de sua história, talvez porque os outros não estejam olhando ou ouvindo. A postura de *Esta Analista* é interessada, fala baixo, pergunta com delicadeza (Diário de Campo, encontro 8, 31/07/2018).

Foi possível fazer algum reparo na máquina judiciária. Ela não passou a funcionar perfeitamente, mas ficou melhor do que estava. Falar baixinho, ser discreta, se oferecer para escrever foram as estratégias utilizadas por *Esta Analista* para possibilitar que *Esse Homem* falasse. Missão cumprida! Ou, pelo menos, era o que se buscava. Ele não admitiu que houvesse cometido uma falta a reparar. Ele não se dispôs a passar seus erros a limpo. Ele só conseguiu dizer de sua insatisfação e contrariedade por estar ali. Mas disse algo. E isso era importante, mesmo que não fosse, efetivamente, uma confissão.

*Esse Homem* resistiu o quanto pode àquele sistema que o queria tagarela: não quis falar, não tinha o que confessar. As diversas estratégias utilizadas pelas analistas pouco efeito tiveram sobre ele ou, pelo menos, tal efeito não era identificável na postura mantida por ele durante os dez encontros. Ao resistir ao sistema que faz falar, que precisa que ele fale, *Esse Homem* teria permanecido na lógica do infame? “Não há o que dizer, nada de importante aconteceu, não interessa a minha história”. A palavra do infame, a sua linguagem, o seu discurso tem sido, historicamente, “tão negligenciável que se tinha o hábito de jamais registrá-la” (FOUCAULT, 1984, p. 199). Manter-se na infâmia poderia ser um bom escudo contra a Justiça que instiga a desnudar-se; ao mesmo tempo, era um subterfúgio arriscado, pois o sistema não teria como saber se ele aprendeu o que precisava, não teria os elementos tidos como importantes para absolver ou condenar. Além disso, “se tem qualquer coisa a dizer, o nativo é o único em quem não se acredita sob palavra” (FOUCAULT, 1984, p. 199). Para que o sistema queira ouvi-lo, é preciso um ato de violência, um estampido, um choque.

Chamarei o segundo homem que se recusou a falar de *Um Homem*. No primeiro encontro, ele logo avisou do seu desejo de não falar e do absurdo, para ele, de estar ali, sendo obrigado a participar daquela penalidade:

Numa sequência, três participantes se apresentaram dizendo que o conflito foi com irmão/irmã. O primeiro dessa sequência resolveu se apresentar em pé, usando óculos escuros e num discurso desqualificador de todos os outros que falaram antes; dizia que não deveria estar ali, pois não vivia problemas tão pequenos. Disse que queria passar os próximos encontros calado, sem partilhar nada seu, pois não sabia como poderia aprender algo ali, com aquelas pessoas com problemas com álcool, violentas, que não enxergavam que a parceira os havia traído com homem e outra com mulher, com gente cega porque dava mais valor ao trabalho do que às relações. Demonstrou nitidamente o quanto se sentia superior a todos ali, inclusive às analistas e ao Governo. Seu conflito foi com o irmão e não quis entrar em detalhes sobre o que aconteceu (Diário de Campo, encontro 1, 12/06/2018).

Depois que o encontro acabou, *Um Homem* veio conversar comigo pedindo para que eu o isentasse de participar daquele grupo. Disse que, provavelmente, eu percebera que ele era diferente, que o lugar dele não era ali. Respondi que nada poderia fazer por ele. Ele recorreu às analistas, que responderam o mesmo que eu. Diante da insistência dele, *Esta Analista* usou da estratégia mais eficaz daquele currículo: o *acolhimento*.

Esta analista, com muita calma, dizia que podia ser muito bom ele participar, uma vez que sua história era diferente, como todas as outras, e que podia aprender muito sobre como as pessoas vivenciam conflitos de modo diferente. Disse que poderia ser bom até para ele entender o porquê de seu irmão tê-lo denunciado e ter mantido a queixa. Nesse momento, ele fica mais calmo, fala mais baixo e diz que a relação com irmão ficou complicada por conta da cunhada, esposa do irmão (Diário de Campo, encontro 1, 12/06/2018).

As analistas acolheram o pedido dele de permanecer calado. *Um Homem* só voltou a falar no grupo no quinto encontro, ao ser perguntado por outro homem sobre quem era, marcando uma posição: não falaria a pedido do Estado, nem daquelas mulheres. Só falaria quando quisesse e com quem conviesse. Ele estava afirmando, assim, sua superioridade frente aquilo que fazia parecer como um grande teatro de ilusões.

Por seu jeito resistente e, muitas vezes, pedante, ora era tido como excêntrico, estranho, ora como maluco. Alguns homens ironizavam o excesso de explicações que dava sobre seu trabalho<sup>44</sup> e suas lições sobre o aprisionamento do qual se livrou e do qual todos os outros homens da sala padeciam. Apesar de ter se disponibilizado a falar poucas vezes, quando o fazia se esmerava na escolha das palavras. Parecia, desse modo, verbalizar a

---

<sup>44</sup> Dizia que trabalhava com práticas de esportes radicais, na natureza, como rapel e escalada.

distância entre eles e os outros. Temi represálias contra ele, pois sua arrogância era por demais explícita. Não vi seus olhos um dia sequer, não tirou os óculos em nenhum momento. Também parecia vir com a mesma roupa em todos os encontros. Mas ele começou a recuar no sétimo encontro, quando aceitou compartilhar o que havia escrito sobre a sua infância. Como sempre fazia antes de começar a falar, levantou-se:

Este Homem: É, *Um Homem*... Falou para caramba, já. Fala aí, *Um Homem*. [tom de ironia].

Um Homem: Bom dia a todos. Eu fico de pé diante de vocês de uma maneira muito respeitosa porque eu aprendi que quando você se coloca diante de uma pessoa você deve tratar com respeito, né? Então assim, é uma questão de respeito não de impor-se a ninguém, certo (Diário de campo, encontro 7, 24/07/2018)?

Ao colocar-se de pé para falar e explicar a razão dessa postura, *Um Homem* acabou por reiterar a distinção que acreditava ter. Aquele seu gesto parecia dizer: “eu sei o que é ser respeitoso, por isso me coloco de pé, ao contrário de vocês.” Afirmar que não queria se impor era uma justificativa vazia, uma vez que impunha seu silêncio e mantinha-se inacessível.

A sua disposição tardia para falar parecia um recuo, a revisão de sua postura, mas não era isso que suas desculpas diziam. Penso que ficou inviável manter-se tão indiferente àqueles homens que demonstravam, sem receio, o mal-estar causado por sua postura de superioridade. Depois desse dia, só voltou a falar no encontro 10. E falou muito, como se estivesse falando por todos os encontros em que se manteve calado. Contou sobre sua vida, perguntou sobre as histórias de outros, falou do encontro com um participante fora dali,<sup>45</sup> avaliou sua participação no grupo, agradeceu a todos, compartilhou o que levaria de aprendizado, confessou ter entendido o que poderia ter evitado no conflito que gerou a determinação da medida alternativa e ainda deu dica de um livro. Durante sua fala final, ora via *Um Homem* como os outros, ora via alguém que queria ensinar algo aos outros. Sua postura corporal, seu jeito de falar quando queria ensinar lembrava, de algum modo, as analistas. Tinha algo no tom de voz dele que estava diferente. A máquina parecia funcionar, mesmo que tenha sido no último encontro:

Um Homem: Então, eu vejo assim, o que trouxe a maioria do pessoal aqui, resumindo, foi a violência. Até eu mesmo, que não bati, de uma maneira que, talvez, eu me expressei lá com meus familiares. Aí houve essa questão de pessoas do meio que a gente se abre... Igual: polícia, juizado, que fala lá, sugeriu eu estar no grupo. Talvez, assim, esses problemas, esses combinados aí que aqui que a maioria está colocada ao casal, é isso. O que eu percebi, num primeiro momento, é intenso e puro momentos de prazeres. Não se conversa. E vai dar direitinho "ah, eu vou trabalhar,

<sup>45</sup> Essa situação foi relatada no capítulo 4, quando falei sobre a estratégia *cooperação*.

eu vou fazer isso; ah, não, você vai ficar dentro de casa". Aí vem os problemas depois assim, porque, de uma certa forma, quando se fala aqui, eu vejo que se privam as mulheres e os homens: não, é só eu e você (Diário de Campo, encontro 10, 14/08/2018).

A confissão de *Um Homem* foi um tanto enviesada, confusa, discreta, mas aconteceu. E foi ele quem pediu a palavra para confessar e para “esclarecer” e ampliar o sentido das histórias que os outros contaram. Tinha a postura de um profeta. Mesmo confessando, sua postura continuou até o fim como a de quem estava acima de todos ali. Sua situação era mesmo diferente das demais. Ele fora encaminhado pelo Juizado Especial Criminal (JEC), enquanto todos os outros passaram por Varas Criminais por causa da gravidade do ato criminoso e da vulnerabilidade criminal. Os casos do JEC requerem mais mediação do que intervenção; geralmente, são conflitos em estágio inicial ou com menos violência. Para *Um Homem* parecia mesmo difícil identificar suas ações como violentas diante dos relatos que ele ouviu no grupo. Afirmou que não bateu, mas “talvez” tenha sido violento na expressão, no modo como falou com os familiares. Assumir sua violência o colocaria em relação de igualdade com os tidos como violentos e daria ao sistema uma possibilidade de recaptura. Dizia-se liberto, não estava disposto a se deixar dominar novamente:

Hoje o que eu busco é viver bem, estar saudável, livre e liberto dessas coisas de conta, problema, embora eu acabei me envolvendo nisso... eu já comentei um pouco sobre isso aqui. Diferente de muitos aqui que foi preso e que não foi, eu não fui preso, não fui conduzido. Simplesmente houve uma confusão, eu assinei o TCO lá, um documento especial de ocorrência que era para eu comparecer em determinados dias e eu fui, motivo que me fez estar aqui, né. Alguém tinha até perguntado se eu era voluntário, não sou. Eu acabei esbarrando nessa situação que eu sempre evitei, que é a violência, e acabei, né, sendo colocado nesse contexto (Diário de campo, encontro 7, 24/07/2018).

O terceiro homem que resistiu ao “sistema”, à máquina judiciária, e que eu chamarei de *Este Homem*, usou de uma estratégia mais sutil. Ao se apresentar, no segundo encontro, disse que a situação a que se referia a penalidade dele acontecera cinco anos antes. Não compareceu antes para cumprir a penalidade porque entrou com tantos recursos na Justiça que só agora eles foram esgotados. Nesse momento, ele anunciou a estratégia que usaria durante todo o cumprimento: a esquiva.

Seu modo de se expressar encantava a todos. Homens e analistas ficavam sem palavras quando não era mais possível para ele se esquivar. Gostava da arte que vinha da rua, das favelas, dos aglomerados. Queria cantar sua realidade, expressar as injustiças que via e vivia. Parecia querer explodir o “sistema”, burlá-lo, usar dele para se esconder dele. Mas não ali.

Naquele espaço queria ser esquecido. Só escutava com atenção. Era educado e gentil. A estratégia das analistas, me pareceu, foi esperar o momento certo, esperar que ele ficasse à vontade:

Esta Analista: *Este Homem*, quer ler agora?

Este Homem: Não, pode dar continuidade aos demais para poder se expressar aí (Diário de campo, encontro 8, 31/07/2018).

Uma Analista: *Este Homem*, você falou, *Este Homem*? Não, né?

Este Homem: Ainda não.

Uma Analista: Você quer começar hoje, então?

Este Homem: Não. Pode...

[risos]

Uma Analista: O artista é todo tímido, né gente?

Este Homem: Eu gosto de ser o último (Diário de campo, encontro 9, 07/08/2018).

A *esquiva*, tal como foi usada por *Este Homem*, soava ora cínica, ora engraçada. Era um modo sutil de demonstrar o que parecia ser sua diferença em relação aos presentes. Ao apresentar-se no segundo encontro, demonstrava querer deixar bem claro que não era um qualquer. Falou dos inúmeros recursos que usou para tentar driblar o “sistema”, da força física que desenvolveu ainda na adolescência e do aparato com o qual contava pelo fato de ter sido um importante traficante na região onde morava.

Conseguiu adiar por 5 anos o cumprimento da medida. O fato ocorreu em 2013 e foi entrando com recursos, o que colaborou para que só agora viesse a ser cumprir o grupo. Diz que era preciso ser melhor educado para não chegar a ponto de ser preso. Viu o pai bater na mãe por anos, até que aos 13 anos conseguiu “apagar” o pai, “enforcando”. [Parece-me que queria dizer que deu uma gravata no pai, imobilizando-o] (Diário de campo, encontro 2, 19/06/2018).

*Este Homem* não parecia nem tão perigoso, nem tão bobo. Tinha aspecto comum, era discreto. Em alguns momentos, quando questionava o Estado e o “sistema”, demonstrava certa altivez na fala e na postura corporal. No entanto, foi alcançado. Protelou por tanto tempo o cumprimento da medida porque tinha algum conhecimento sobre como recorrer, e, aliado a isso, por conta da “cegueira sistemática de todos que com ele cruzam” (FOUCAULT, 1984, p. 214). Tentou escapar como pôde, mas *Este Homem* precisava confessar. A maquinaria não o perderia dessa vez:

[Depois que todos falaram]:

Este Homem: Posso começar? Foi exatamente numa segunda-feira, onde não conseguia ser eu mesmo, onde me perdi dela [a esposa], perdi a [apelido carinhoso que usava para nomear a esposa], perdi a consciência por ganhar tanto dinheiro. Foi aí que errei. Esqueci o valor da união, da liberdade e desisti de seguir um

relacionamento da pior forma, sem vaidade. Abandonando o que me fortalecia sem olhar para trás. Logo ela, que me dizia para eu poder largar o negócio. Saindo como errado, fui preso, [inaudível] não encontrado por autoridade, mas julgado judicialmente. Hoje eu agradeço por ter tido essa falha e hoje minha caixa de segredo é compartilhada nessa sala, com espaço para expressar tamanha situação complexa, dizendo o que é necessário e deixando claro que isso não é uma peça. E hoje estou fazendo bodas com essa minha esposa, minha fé (Diário de campo, encontro 9, 07/08/2018).

Ficou por último, mas falou. Esquivou-se, mas não escapou. Parecia impossível não confessar quando todos o faziam e esperavam o mesmo dele. Tornou-se uma referência da palavra dita com beleza, com a arte da rua. Parecia difícil não expressar a revolta presente em sua história ouvindo-a em outra história. Era mesmo impossível não voltar lá no seu passado quando tantos homens ali voltavam. Projetar-se no futuro era consequência do movimento dos tempos no tempo. Não falar emperrava a máquina, e emperrava o homem. A não expressão das histórias engasgava o grupo reflexivo, engasgava as relações. Não ser impedido de falar deveria “consertar” a vida. A obrigação do falar parece ter produzido efeito inverso, o qual a instituição parecia não querer ver: a ilusão da confissão.

## 6 NEM TODO MUNDO MUDA, NEM TODO MUNDO PERMANECE IGUAL AO QUE ERA

*Como é estranha a natureza do conhecimento!  
Uma vez adquirido, ele adere à mente como  
musgo à pedra [Criatura falando a Frankenstein]*  
(SHELLEY, Frankenstein, 2013, p.143).

Dizer da experiência de alguém é algo difícil de fazer, se é que é possível mesmo isso acontecer. A experiência é algo muito particular, íntimo. Nomear o que foi ou não experiência, se alguém passou ou não por uma experiência é se lançar ao risco de violentá-la, de colonizar os sentidos que alguém dá ao que lhe acontece. “Nós [pesquisadores] somos os que convertemos as vidas e as palavras dos outros em saber, em conhecimento, em informação, em cultura, em mercadoria” (LARROSA, 2014, p. 742). É tênue a linha que separa a violência de tentar capturar a narrativa da experiência de alguém ou de um grupo.

O sentido de experiência que usei para analisar as informações produzidas em campo foi tomado do pensamento de Larrosa (2002): como aquilo que nos acontece e nos atravessa e, ao nos atravessar, nos modifica, nos transforma. Ao ler os primeiros escritos que encontrei do autor sobre experiência, fiquei encantada; a experiência parecia ter algo de fantástico, de mobilizador, de romântico. Podia acontecer a qualquer tempo, em qualquer lugar, sem aviso prévio, a partir de um encontro da pessoa com outra pessoa, com uma boa história ou com uma situação limite. Coloquei-me à espreita para encontrar “A Experiência” ou, pelo menos, vestígios dela nas histórias que ouvi no grupo, nos movimentos do pensamento que os homens expunham. Vi-me querendo capturar a experiência daqueles que me emprestavam suas histórias para esta pesquisa.

Acredito que tenha acordado a tempo de perceber que a experiência pode estar no fantástico, mas que sua presença pode ser sentida mais intensamente num movimento mais lento, na miudeza do dia-a-dia, na banalidade do cotidiano. Ela não é facilmente percebida, tampouco pode ser capturada. É uma ilusão pensar assim. Se assim o fizer, ela já não será experiência, mas um produto do sentido de inteligibilidade que alguém quer lhe dar.

Para Rose (2001), o sentido que damos à experiência tem uma história, é produzido a partir de “dispositivos de ‘produção de sentido’ - grades de visualização, vocabulários, normas e sistemas de julgamento - não são produzidos pela experiência; eles produzem a experiência” (p. 36). Somos atravessados por técnicas, práticas, instituições, modelos que nos fazem olhar para nós mesmos e para nossa experiência de determinado modo, a partir de

determinadas marcas. Pesquisar sobre a experiência requer simplicidade do olhar, conhecimento da sutileza, da delicadeza e um tanto de humildade.

Para essa narrativa complexa de realizar, busquei nas falas dos homens o que eles relataram sobre as mudanças que ocorreram em suas vidas a partir da situação de violência na qual estiveram envolvidos. Participar do grupo reflexivo trouxe tons ora tristes, ora esperançosos, mas também consistência aos relatos que se apresentavam. O argumento que desenvolvo é o de que, a partir das histórias partilhadas, das problematizações propostas, do parar para pensar, o grupo foi a possibilidade para aqueles homens se constituírem governantes de si mesmos.

### **6.1 Sobre algo que acontece: “eu não precisava nem estar aqui porque foi baixado por causa do negócio lá, mas eu fiz questão de vir”<sup>46</sup>**

As experiências que presenciei e vivi pareciam dizer de um não-saber, ou aconteciam a partir do não-saber, do que se apresentou como novidade em nossa vida e que incorporamos, ou pelo menos tentamos incorporar, aos nossos pensamentos, sentimentos e práticas. Para Larrosa (2017), “na experiência, o que se descobre é a própria fragilidade, a própria vulnerabilidade, a própria ignorância, a própria impotência, o que repetidamente escapa ao nosso saber, ao nosso poder, à nossa vontade” (p. 41).

Muitos saberes circularam nas histórias compartilhadas, nas explicações dadas, nas perguntas feitas. Assim como também circularam as incompreensões, as inabilidades. As falas desses homens a respeito do que lhes aconteceu e acontecia foram o material para que eu pudesse escrever este capítulo, essas histórias. Entendi que alguns saberes passaram a ecoar, a se repetir nas palavras que entoavam, como aquilo que nos acontece “que não sabemos muito bem o que é, mas que é algo sobre o que temos vontade de falar, e de continuar falando, algo sobre o que temos vontade de pensar, e de continuar pensando [...]” (LARROSA, 2017, p. 13).

Começarei por *Esse Homem*. Educado, de fala mansa, trocou algumas palavras comigo de modo respeitoso e delicado. Trabalha na mesma empresa há mais de 20 anos. Não falta ao trabalho e fez de tudo para que os filhos estudassem. Tem dois e ambos fizeram faculdade. Casou-se jovem e viveu com a esposa por mais de vinte anos, até conhecer “*essa outra pessoa [que] era diferente, era uma preocupação assim... era algo a mais*”<sup>47</sup>. Começou a namorá-la.

---

<sup>46</sup> Esse Homem, registro em diário de campo, encontro 10.

<sup>47</sup> Relatos registrados em diário de campo. As falas foram retiradas de vários encontros.

*“Por um momento de fraqueza, eu falo assim, eu acho assim, eu larguei tudo e joguei para o alto, por causa de um relacionamento com uma pessoa que eu nem conhecia”*. Namoraram por um bom tempo, sem brigas ou desentendimentos. Um dia, ela resolveu terminar o que vinham construindo. Ele não entendia. Queria entender, conversar ou convencê-la a desistir? Ela se recusava. Ele morava por perto, trabalhava por perto. Ela se sentiu ameaçada e acionou a Justiça. Ele não entendia o que havia acontecido para que ela tomasse tal atitude. Isso [o cumprimento da medida] *“tem trazido tanto problema no trabalho... Por conta de nada, menina. Coisa de palavras”*.

*Esse Homem* não faltou a nenhum dos dez encontros. Participava de todas as discussões propostas. Era um dos que se atentava aos horários dos outros participantes e ao respeito às falas e que estabeleceu alianças afetivas. No terceiro encontro, quando foram discutidos, especificados e explicados os tipos de violência que a Lei Maria da Penha tipifica, sua expressão era de quem estava começando a entender. Ficou um tempo com o olhar suspenso, distante.

Ao fim do sexto encontro, *Esse Homem* foi até as analistas para dizer que estava gostando muito dos encontros e que usou uma das coisas que aprendeu neles para lidar com um dos filhos. Contou que passou por uma situação no trabalho na qual identificou que estava sendo ameaçado e avisou a quem o fazia: *“isso é uma ameaça, hein?”*. Naquela mesma semana, seu processo foi baixado, ou seja, estava isento da medida, não precisava mais frequentar os encontros do grupo. Na semana seguinte estava lá novamente, disputando espaço para falar.

No oitavo encontro, quando as analistas pediram aos participantes do grupo que tentassem identificar os fatores que poderiam tê-los levado àquela situação, ele respondeu que tinha uma *“obsessão muito sincera por ela ou ela tinha uma obsessão por mim, gostava muito dela, mas hoje...”*. E o que é isso que ele chama de obsessão? *“Nem eu sei explicar. É porque a gente preocupa com a pessoa. E é mútuo, ela também tem comigo”*. Disse que queria ter a oportunidade de se desculpar porque, finalmente, havia entendido que *“existe certos tipos de ameaça que não é só pegar um revólver, pegar uma faca, pegar, não. Acho que uma ameaça dela, é uma ameaça assim se uma pessoa vê demais a outra, ela se sente constrangida, ela se sente coagida. E foi isso que aconteceu com ela: ela se sentiu coagida.”*

No último encontro, quando foi solicitado que os homens respondessem questões sobre como tinha sido o grupo para eles, o que fariam de diferente hoje e o que deixaram para trás, ele pediu para ser o primeiro a compartilhar as respostas com os outros participantes. *“O mais importante para mim é saber que temos sentimentos e temos que saber usá-los”*. O que

você leva para casa de positivo? “*Temos que aprender a conviver com as perdas da vida, pois não podemos ter tudo. Agradeço muito a vocês porque consegui enxergar isso*”. Revelou, finalmente, que não precisava mais estar ali, frequentando os encontros, mas que fez questão de ir. “*Eu vou sentir falta de vocês, do pessoal que vem aqui porque são coisas que a gente nem preocupa. Eu estava muito assim... apesar que eu ouço, mas eu não tinha umas pessoas que sabe falar com a gente, sabe? [...] esse encontro aqui eu vou levar para a minha vida, pode ter certeza*”.

Para *Esse Homem*, muitas coisas começaram a fazer sentido e ele queria falar delas. Aproveitava aquele espaço para falar, escutava com atenção as outras histórias, refletiu sobre seus sentimentos e ações, foi ouvido e acolhido. Contou, na conversa com as analistas após o sexto encontro, que sua mãe veio lhe dizer: “olha o que aconteceu com você por causa daquela namorada”... Ele disse ter respondido à mãe para não lamentar, porque estava sendo muito bom para ele. Aprendia muitas coisas sobre as quais nem sequer pensava a respeito.

O saber da experiência que *Esse Homem* compartilhou com o grupo e com as analistas parecia difuso, impossível de localizar quando começou, como se fosse um bordado à mão livre, deixando que os elementos do dia fossem compondo aquela peça. Ele parecia precisar falar sobre o que lhe aconteceu e acontecia, pois poderia ter deixado o grupo após o sexto encontro. Não só permaneceu participativo e pontual até o décimo encontro, como aceitou participar de uma reportagem que foi realizada pelo Jornal *Estado de Minas*, no oitavo encontro.<sup>48</sup> As analistas perguntaram quem se disponibilizava a responder as perguntas da jornalista depois do encontro e ele não teve dúvidas, prontificou-se logo.

Algo naquele grupo parece ter ultrapassado o limite da punição. Abriu-se a possibilidade de dizer de sentimentos, e continuar dizendo. Um homem pacífico, aberto ao diálogo, disposto a responder aos novos conflitos de modo não violento parece ter sido produzido por meio do grupo; e algo mais. Algo que não conseguimos dizer ao certo o que foi ou é, que não capturamos, que não controlamos, pois o saber de uma experiência “se dá na relação entre o conhecimento e a vida humana (LARROSA, 2002, p. 26)”, no espaço entre uma coisa e outra. Aconteceu no acontecer dos dias.

---

<sup>48</sup> A reportagem está disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/08/08/interna\\_gerais,978776/saiba-como-e-encontro-em-que-homens-refletem-sobre-agressao-a-mulheres.shtml?fbclid=IwAR1r8UvecmvxcIa2FtmsmuyerYVw8KRGcH-omoGlnluqHcDnTC8Q3r1K0qvE](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/08/08/interna_gerais,978776/saiba-como-e-encontro-em-que-homens-refletem-sobre-agressao-a-mulheres.shtml?fbclid=IwAR1r8UvecmvxcIa2FtmsmuyerYVw8KRGcH-omoGlnluqHcDnTC8Q3r1K0qvE) Acesso em: 20/08/2018.

**6.2 Do movimento da vida: “Eu quero já agradecer a cada um, cada história de um eu peguei um pouco. Então a gente aprende com o outro. Ninguém aprende só.”<sup>49</sup>**

*Não media silêncios no seu relato, e com pressa de dizer tudo antes de ser deixado, retinha do passado o que achava próprio para comover seus ouvintes (CAMUS, O avesso e o direito, 2018, p. 33).*

Aqui, quero falar de contágio e dispersão. Quero contar de alguém que mobilizou saídas para um grupo e de um grupo que foi desfeito e desapareceu no centro de uma cidade grande. Quero dizer de gente que jogou luz sobre as próprias histórias e voltou a ficar invisível. Esses movimentos de surgir, multiplicar e desaparecer são próprios da vida e, “se é que ela tem uma forma, tem a forma de uma história que se desdobra” (LARROSA, 2007, p. 141). Nem sempre conseguimos acompanhar os desfechos dessas histórias que ouvimos, das histórias de gente, de vidas que observamos por um tempo. No caso desta pesquisa, só podemos imaginar o que pode ter acontecido depois desses encontros.

Quero falar de uma história que fez contágios, que se espalhou em outras histórias. É a história de *Um Homem*. Ele parece ter ensinado o que aquele currículo queria ensinar, mas sem querer, sem saber que estava ensinando. Ele tinha a técnica, sabia usar as palavras, tinha sido pastor em outros tempos. Sabia colocar ritmo, humor e saberes nos relatos que compartilhava naquela roda. Fazia questão de se esmerar nos detalhes.

*Um Homem* vinha de longe. Foi expulso de casa ainda criança. Entrou para o tráfico de entorpecentes e se casou no início da adolescência. Passou por situações de abandono, fome, medo, perigo. Viveu dias de festa e de luxo também. Era curioso; seus olhos diziam isso. Eram olhos vivos, com um tanto de malícia, um tanto de afetividade. Por vezes, pensei que falava muito para desviar o foco, pois tentava levar as discussões para a arena da religião. As analistas puxavam-no de lá, e ele entendeu. Seguiu no rumo que elas propunham, sem perder a capacidade de atrair a atenção dos outros homens, a ponto de eles não se importarem que a reunião terminasse depois do horário estipulado.<sup>50</sup>

*Um Homem* insistia que era preciso apresentar-se por inteiro, mostrar os dois lados: “A gente não pode mostrar só o papel de santo aqui. Nós temos que mostrar o papel de santo e do diabo. O homem tem dois lados. Ele tem os 5 minutos de loucura também. 5 minutos de

<sup>49</sup> Fala de *Um Homem*, registro em Diário de campo, encontro 10.

<sup>50</sup> Dois encontros terminaram depois do horário acordado porque os outros homens queriam ouvir *Um Homem* finalizar suas histórias.

*loucura, uma hora estoura. A gente também tem momentos de loucura.*”<sup>51</sup>. Essa fala reverberou de modo surpreendente pelo grupo. O que ele dizia foi mudado e adaptado ao que os outros precisavam ou queriam. Os *5 minutos de loucura* diziam de algo vivível; eles entendiam, eles sentiam. Era da ordem da existência. Foi uma vivência. Naquele termo, *Um Homem* nomeava uma experiência que era dele e era do grupo. E porque dizia da existência, dizia da vivência, escapava “a qualquer determinação, porque é, nela mesma, um excesso, um transbordamento, porque é nela mesma possibilidade, criação, invenção, acontecimento” (LARROSA, 2017, p. 43).

O relato de *Um Homem* sobre os vários momentos da sua existência em que teve que se deparar com os seus *5 minutos de loucura*, tornou-se, para muitos homens, o ensinamento daquele grupo. O termo *5 minutos de loucura* foi alterado pelo grupo para *os 5 minutos*. Alguns homens queriam saber, queriam entender, queriam aprender. Não sabiam o que fazer com os seus *5 minutos de loucura* e pareciam querer aprender a transformá-los em 5 minutos de contenção, de reflexão, de autogoverno. *Um Homem* explicou: “*Quando eu falei dos 5 minutos, quando um menino falou que o pai dela [da companheira] queria matá-la, eu estava com um [revólver tipo] 38 na cintura. Deu aquela onda de eu ir em cima do velho e sentar o metal nele. Aí eu parei assim e pensei: ‘se eu matar esse velho eu não vou ter nem a filha dele, vou ficar corrido’... Eu parei, refleti um pouco e falei ‘não vai valer a pena, não’. Aí, quando eu retrocedi dos 5 minutos de loucura, quando a mulher veio em cima do cara’...[ele emendou outra história que também falava sobre a importância de parar, se ouvir, refletir].*

As analistas acolheram, mas, inicialmente, pareciam não ter entendido o potencial disso. Como um *slogan* que pega, que cola na memória, que sai da nossa boca sem que percebamos, o termo foi repetido mais vinte e cinco vezes desde que *Um Homem* o lançou, no encontro 5. Pouco a pouco, aquele saber foi sendo ocupado pelos homens e ocupando aqueles homens.

No último encontro, quando *Outro Homem* foi compartilhar sua avaliação sobre o grupo reflexivo, ele usou mais uma variação de *os 5 minutos*. *Um Homem* ainda não havia chegado, mas não precisava mais estar presente para que aquilo que ele ensinou ecoasse na sala. Ao responder sobre o que levava de positivo para casa daquela vivência, disse: “*Levo para casa mais 5 minutos de racionalidade*”. Ele foi aplaudido pelos outros homens. *Uma Analista* percebeu a riqueza do que parecia ter virado um bordão na boca de boa parte daquele grupo e, a partir desse momento, usou-o muitas vezes. Até então, as duas analistas usavam o

---

<sup>51</sup> Relatos registrados em diário de campo. As falas foram retiradas de vários encontros.

termo “*ponto de basta*”. Não funcionou. No último encontro, elas assumiram *os 5 minutos*: “*Os 5 minutos, eles tem funcionado, né. Nós vamos pensar numa forma de trazer esses 5 minutos em outras turmas. Bacana*”; “*E esses 5 minutos de racionalidade... Agora, gente, uma coisa que eu acho que é importante, a gente não ouviu tudo, mas é a gente saber como é que a gente vai lidar com afeto e racionalidade*”; “*Então, assim, esses 5 minutos, eles precisam também atingir o afeto. Não é só pensar, enfim, ficar fritando lá, mas tem que ir no coração, porque é lá que, teoricamente, lá que mora o afeto, né*”; “*Pois é, e esses 5 minutos às vezes pode nos ajudar a ampliar nosso leque de respostas, né?*”; “*E esses 5 minutos podem ser uma estratégia para gente ampliar o nosso leque em cada situação, em cada problema que surgir*”.

Como o musgo que vai, aos poucos, ocupando a pedra, a experiência vai se instalando, se assentando. Já não somos mais os mesmos, também não somos tão diferentes. Como ensina Larrosa (2014), “as coisas chegam uma atrás da outra, mas nós também avançamos, passo a passo. Essa é a textura da experiência” (p. 733). É a textura da vida.

Damos sentido ao que nos acontece por meio de relatos. Transformamos fatos dispersos em histórias e nos encaixamos em tempos: tempo de vivência, tempo verbal, tempo comercial, tempo dos sentimentos. Vivemos nossas histórias. Tomamos parte de nós mesmos em nossos muitos narrar. E quando fazemos isso ocupamos o palco principal; a luz e a atenção estão sobre nós. É o que esperamos, é o que desejamos. Mas, ao fim daquele grupo, talvez fosse preciso, para aqueles homens, desviar do foco, sair de cena.

A visibilidade, na vida daqueles homens tidos como infames, pode ser uma armadilha da qual é difícil se desvencilhar. A luz jogada sobre suas vidas os marcou de modo a lançá-los no limite da monstruosidade. Foram vistos como bandidos, como malditos, como menos importantes. Foram arrancados da vida simples e pacata que levavam e apresentados a procedimentos estranhos a eles, a lugares inimagináveis para um “trabalhador”.

Durante essa visibilidade, também puderam contar o que viveram. Puderam contar daqueles dias em que não se reconheceram e da lembrança dos horrores que os impediam de dormir. Riram, choraram, questionaram, compartilharam, ouviram. Sim, a vida deles tinha importância! As histórias deles encontraram eco. Os não-saberes eram de muitos, não só de um. A solidão parece ter ficado menor ali no espaço do grupo.

Mas o grupo acabou. Foram-se os dez encontros. Foi-se o espaço para falar de si e de ouvir dos outros. O trabalho chegou ao fim. Os homens que o currículo do grupo queria foram produzidos? Aqueles homens abertos ao diálogo, usando da reflexão, respondendo aos conflitos sem violência, capazes de governarem a si mesmos? Não sei dizer ao certo.

Esperamos que sim. É melhor que assim tenha sido. No entanto, é melhor que voltem à invisibilidade costumeira, pois a luz sobre eles é sempre um risco de retorno à fronteira monstruosa; é importante que não se esqueçam disso. Deixaram o prédio onde funciona o Programa Ceapa, localizado na praça mais movimentada desta cidade, e se misturaram à multidão novamente.

### **6.3 Sobre algo que me acontece: Eles não sabiam, nem eu.**

*Os flagelos, na verdade, são uma coisa comum, mas é difícil acreditar neles quando se abatem sobre nós (CAMUS, A peste, 2017, p. 40).*

Eu não sabia. Só depois de sair do sétimo encontro do grupo de homens me dei conta. Eu não queria saber; eu não queria me a ver. No primeiro encontro do grupo que acompanhei, o dito que mais ecoou foi “eu não sabia”. Entendi esse movimento como dentro do esperado para o início de um grupo de execução penal onde a desconfiança dá o tom. Homens pobres, a maioria com baixa escolaridade, trabalhando em locais onde ocupavam a base da subordinação, outros nem conseguiam voltar ao mercado de trabalho, negros ou pardos, nunca presos antes. “Não eram bandidos”, tentavam esclarecer. Eu os ouvia me questionando: como poderiam não saber que aqueles modos de agir e pensar já não funcionavam mais? Pensava em como não se deram conta de que o modelo que almejavam estava há muito falido e que, mais do que provedores, precisariam ser companheiros, parceiros. Como ainda não perceberam que não há mais tanto espaço como antes para que a mulher ocupe o lugar da subordinação, da subserviência e da obediência cega e o veja como o guerreiro porque trabalha o dia todo para que não lhe falte “nada”? Mas a cegueira não era exclusividade deles. Ouvi-los, pensar sobre o que diziam fez emergir a minha cegueira.

Preciso contar a minha história, pois ela, hoje percebo, não está distante da deles. Preciso narrar uma parte sensível e trágica de minha história. Por quê? Porque escrever é se expor! Escrever é mostrar um pouco de seus sentimentos, opiniões, posições, é deixar à mostra sua carne, sua angústia, suas marcas. Não é possível fazer uma pesquisa narrativa na perspectiva pós-crítica sem falar de si mesmo. Posso não apresentar-me explicitamente ao leitor, mas sei que estarei ali com meus desejos, com minha vontade de verdade, com seletividade, numa determinada perspectiva, com intensidade.

Aqueles homens tinham um pouco do meu pai. Do não saber dele. Do não saber lidar com a frustração de ver sua esposa indo embora. Do não saber ser de outro modo. Do não saber o que fazer com seus sentimentos e com o aprendizado do que é ser homem. Do não saber ser dono da própria história e tomá-la para si sem passar pela violência. No ano de 2000, meu pai colocou fim à própria vida; enforcou-se na área dos fundos de nossa casa. O terreno onde a casa está localizada é cumprido e estreito, 4,80 metros de largura por 40 metros comprimento. “Uma tira de terreno”, como disse um arquiteto. A casa ainda não estava pronta. Era um projeto que foi habitado, improvisando os cômodos, mas sempre com o gosto estético apurado de minha mãe. Eu e minha irmã já não morávamos lá. Vim para Belo Horizonte estudar em 1997 e minha irmã, naquele ano, em 2000. Somos de uma cidade localizada no nordeste do Estado de Minas Gerais e saímos para cursar graduação. À época, havia poucos cursos disponíveis e era comum os filhos de famílias com boa condição financeira saírem para fazer a formação universitária em cidades maiores.

Na frente da casa, ficava o quarto que eu e minha irmã usávamos quando íamos lá. Logo após havia a sala onde ficava a televisão e a entrada da casa. Depois havia um banheiro, uma copa muito comprida, a cozinha, o quarto dos meus pais e uma pequena área de serviço. A relação dos meus pais parece sempre ter sido de altos e baixos: momentos de cumplicidade e afeto, e outros de estranhamentos, brigas, distanciamento. Não entendia porque permaneciam juntos. Ambos eram autônomos, e eram muito bons no que faziam. Quando se casaram, o combinado era que ela não trabalharia. Mas ele era jogador compulsivo e, por vezes, perdia e tinha algum item da casa “confiscado”. Minha irmã e eu éramos pequenas e minha mãe não suportava mais aquela situação. Disse que queria fazer um curso técnico para começar a trabalhar também. Ele não aceitou. Ela pediu ajuda ao pai, que pagou o curso e disponibilizou o apartamento que tinha aqui em Belo Horizonte para ela ficar durante sua formação, comigo e minha irmã. Um tio já morava no lugar e nos recebeu. Minha mãe voltou para o interior e abriu seu negócio, que rapidamente prosperou.

A instabilidade financeira de meu pai ficou cada vez mais evidente com o sucesso de minha mãe. Muitas das dívidas que fez no jogo foram pagas por ela. A tensão permaneceu até a mudança de minha irmã para Belo Horizonte. Ficaram os dois sozinhos naquela casa cumprida. Minha mãe decidiu se separar e contou sua decisão aos familiares dele. Como era um período de baixa na área em que meu pai atuava, ela resolveu esperar ele se reerguer para sair de casa. Percebendo que ela estava realmente decidida a sair do casamento, resolveu agir. Numa certa noite, abriu uma garrafa de vinho, depois outra, até ter certeza do que iria fazer. Escondeu todas as chaves de casa, amarrou mãos e pernas da minha mãe, enquanto ela

dormia, e passou uma fita em sua boca. Minha mãe não conseguia reagir. Ele parecia transtornado e dizia que iria matá-la e depois se matar. Quando se deu conta do que estava prestes acontecer, minha mãe começou a olhá-lo fixamente nos olhos. Aos poucos, ela foi conseguindo acalmá-lo e convenceu-o a desamarrá-la. Naquela noite, ela dormiu com a porta do quarto aberta.

No dia seguinte, discutiram muito. À noite, ele me ligou dizendo que estava sendo traído por ela. Parecia fora de si, dizendo de fatos que não condiziam com a realidade. Ela gritava ao fundo que ele estava louco, que nada daquilo fazia sentido. Pedi que resolvessem essa questão entre eles, pois eram problemas de casal e que, como filha, não tomaria posição a favor de nenhum dos dois. Eu não sabia. Eu não sabia que estavam separados, eu não sabia que não era o primeiro ato de violência dele (ele falava em se matar com minha mãe e chegou a tentar quando éramos crianças), eu não sabia do acordo que fizeram, eu não sabia que meu pai sofria de uma compulsão, eu não sabia nem do que acontecera na noite anterior.

Um dia depois minha irmã chegou à cidade para passar o feriado que se aproximava. Minha mãe chamou um irmão dela e um irmão dele e contou o que tinha acontecido dias antes. Todos ficaram surpresos e consternados. Era um domingo. Um dos tios percebeu a gravidade da situação e combinou que iriam a um psiquiatra no dia seguinte. Minha mãe dormiu com minha irmã, em nosso quarto. Meu pai dormiria no quarto do casal, nos fundos da casa. Elas ouviram o barulho da televisão por muito tempo, até que adormeceram, mãe e irmã. No dia seguinte, acordaram com os gritos desesperados de uma funcionária de minha mãe que tinha a chave da casa. Ela encontrou meu pai morto na área de serviço.

Cheguei à cidade no dia seguinte, quase na hora do sepultamento. Percebi que minha mãe tinha marcas nos braços, mas não conseguia perguntar nem processar o que estava acontecendo. O velório estava muito cheio. Disseram, à época, que nunca houve um velório tão cheio como aquele. Muitos conhecidos, mas muitos desconhecidos também. Soubemos lá que meu pai ajudava um lar de idosos, primos, irmãos e também quem precisasse, sem que houvesse qualquer laço afetivo. A comoção foi intensa. E eu não sabia. Não sabia de sua generosidade, pois há anos ele não conseguia colaborar na manutenção de nossa casa. Eu não sabia o quanto uma pessoa “apagada” em casa podia ser tão articulada e sensível fora. Apesar de toda a afetividade que expressava como pai, marido, filho, irmão, amigo, o fato de não ter condições de prover sua família maculava sua história e o tornava um infame no interior de nossa casa.

Quando conseguimos ficar sozinhas, minha mãe começou a contar do ocorrido na noite em que ele tentou matá-la, da separação, da manifestação do desejo dele de

autoextermínio desde o início do casamento. Ela guardou por muitos anos essa história porque, apesar do que aconteceu, ele era bom. Demorei muitos anos para elaborar essa experiência, isso que me arrebatou, que me tirou dos muitos confortos que construíram e que construí para mim. Acreditava que isso estava resolvido após tantos anos. No entanto, num dos primeiros encontros da disciplina Seminário de Pesquisa I, o professor André Favacho dissera que a pesquisa de mestrado é um acerto de contas com o passado. Fiquei inquieta: o que tinha a acertar? Afinal, aqueles eram homens autores de violência contra mulher e eu nunca sofrera nada parecido; homem algum havia conseguido me barrar.

Foi então que pensei que meu acerto de contas poderia ser com o fato de meu pai passar por infame em casa. Eu não sabia! Eu não sabia que era possível amar quem te violenta, que era possível admirar e ter tamanha decepção. À minha mãe, ele tentou matar; a mim e à minha irmã, ele abandonou, nos anulou completamente ao esquecer-se de nós enquanto tentava executar seu plano inicial. Eu não sabia que a figura do monstro, por ser constituída nessa fronteira entre a humanidade e a animosidade, poderia causar tamanha confusão.

Ouvir os homens do grupo, observar seus gestos, suas delicadezas e asperezas, a capacidade que têm para amar e matar me deslocou do conforto espinhoso do lugar de pesquisadora para o lugar da que, finalmente, sabe que seu pai também foi um deles. Não se tratou de tentar fazer desta dissertação uma catarse, um processo terapêutico, mas de pensar, a partir dessa experiência, outros possíveis para os homens e outros possíveis para as mulheres.

O grito, a violência do monstro ou do sujeito infame pareceu-me dizer sobre algo que está para além do descontentamento. Dizia de um não-lugar. Como disse a criatura ao dr. Frankenstein, “todos os homens odeiam os desafortunados; como, então, não seria eu odiado, eu que sou a mais miserável das criaturas! Mesmo você, meu criador, me desteta e rejeita” (SHELLEY, 2013, p. 122). Criamos o monstro, nos espantamos com a potência que ele tem, nos deparamos com a nossa inabilidade para acolher a diferença, e o expulsamos do nosso meio. A criatura abandonada, confusa, aprende a amar. Já era tarde. Seu aspecto, seus modos, sua aparência nos causam aversão, pois “nossa comoção nunca é somente nossa: a comoção é, desde o começo, transmitida de outro lugar. Ela nos predispõe a perceber o mundo de determinada maneira, a acolher certas dimensões do mundo e resistir a outras” (BUTLER, 2017, p. 81). “Quando olhava ao redor nada via e ouvia que me fosse semelhante. Era eu, então, um monstro, uma mancha sobre a terra, da qual todos os homens corriam e que todos os homens recusavam” (SHELLEY, 2013, p. 143)?

Que outros lugares um dispositivo pedagógico pode possibilitar a quem ainda não encontrou espaço de manobra, a quem ainda não conseguiu repensar as normas que colaboram no engessamento de suas relações e na consequente violência que pode desencadear? Essa pergunta foi meu mote. Não há uma única resposta para ela, e não há um método ou modo específico para alcançar esses outros possíveis. Só me parece não ser mais possível permanecermos, sociedade civil, educação, justiça, saúde, movimentos sociais, mídias tratando de empurrar para longe quem precisa encontrar outro modo de estar dentro. “Qual é nossa responsabilidade em relação àqueles que não conhecemos [e àqueles que conhecemos], em relação àqueles que parecem testar nosso senso de pertencimento ou desafiar normas disponíveis de semelhança” (BUTLER, 2017, p. 61)?

## EPÍLOGO – O ARREMATE

O arremate é crucial em qualquer costura, em qualquer bordado. Muitas narrativas também requerem um arremate. É o fechamento cuidadoso. É aquela última verificada para se certificar se está tudo certo, se tudo que era importante foi dito, se podemos mesmo dar como finalizado o bordado. Por isso o farei.

Ainda me sinto desconfortável por alguns apontamentos que fiz. No Programa Ceapa, tive e fiz muitas oportunidades. Foi um espaço de muitos afetos e de alguns confrontos. Tenho carinho muito especial pelo tratamento que a equipe do Programa busca dar às pessoas que chegam lá. Muita gente sofrida, carente e perdida diante da burocracia da Justiça e da judicialização da vida. Mas não posso ser demasiado ingênua. Dizer do trabalho da Ceapa foi dizer do meu trabalho também, do poder que exerci e dos saberes que adquiri. Sou grata a todos com quem convivi, a todos ouvi, a todos que me apoiaram nessa empreitada.

Por vezes, durante a escrita, tive dúvidas se tinha mesmo o direito de compartilhar tanto daquelas vidas que se abriram para mim no grupo. Tive dúvidas se deveria compartilhar minha história, que é também história de minha mãe, de minha irmã e de meu pai. Tentei usar de toda a delicadeza e cuidado que aprendi ao longo da minha vida. São vidas sobre as quais valeu a pena relatar, que me deram a oportunidade de experimentar sentimentos e emoções que nunca pensei estarem em mim, serem possíveis em mim. Não poderia sair mais feliz e mais humana desse processo de pesquisar e narrar, de narrar e viver.

Sim, outros desenhos poderiam ter sido produzidos a partir desse contato com os homens e com aquele currículo. Outras linhas e outras cores poderiam ter sido utilizadas. Outras questões afetaram os homens e a mim como pesquisadora-narradora, mas, por causa do limite de tempo e da própria estrutura de uma dissertação, não foi possível analisá-las e trazê-las para este texto. Sei que as situações que remetem às questões de gênero serão levantadas e cobradas. Apesar daquele currículo estar muito envolvido em questões de gênero, não foi essa a perspectiva que me tomou. Fiz muitas experimentações até definir com que categorias iria analisar as informações produzidas em campo. As análises sob o viés do gênero ficarão para outras produções, pois tal como o currículo, tal como uma história, foi preciso fazer uma seleção do que apresentar, do que contar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Fernando; ANDRADE FILHO, Antônio; BRONZ, Alan. *Conversas homem a homem: grupo reflexivo de gênero: metodologia*. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2004.

BANDEIRA, Lourdes. Três décadas de resistência contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006. *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 24, n. 2, p. 401-438, maio-ago 2009.

BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. *Estudos Avançados*. São Paulo, 17 (49), Set/dez 2003.

BOSELLI, Giane; COULOURIS, Daniella. Violência de gênero, legislação e práticas jurídicas no Brasil contemporâneo. In: SOUZA, Luís Antônio Francisco (Org.). *Políticas de segurança pública no estado de São Paulo: situações e perspectivas a partir das pesquisas do Observatório de Segurança Pública da UNESP* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 18/07/2018.

BRASIL. *Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25/07/2018.

BRASIL. *Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940: Código Penal*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26/07/2018.

Brasil. *Lei Maria da Penha: Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006*. Dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Postulados, Princípios e Diretrizes para a Política de Alternativas Penais*. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/04/c291046c303e359f32873a74b836efcd.pdf>. Acesso em: 01/05/2017.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN*. Brasília, dezembro de 2014. Disponível em: [http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/infopen\\_dez14.pdf/@@download/file](http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/infopen_dez14.pdf/@@download/file). Acesso em: 03/05/2016.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. L. *O corpo educado*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

\_\_\_\_\_. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler realizada por PRINS, Baukje e MEIJER, Irene Costeira. *Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 155-167, jan. 2002.

\_\_\_\_\_. *Vida Precaria: el poder del duelo y la violencia*. Buenos Aires: Paidós, 2009.

\_\_\_\_\_. *Vida Precária. Contemporânea*. n. 1, p. 13-33, jan-jun 2011.

\_\_\_\_\_. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

\_\_\_\_\_. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017a.

CALDEIRA, Maria Carolina da Silva. *Dispositivos da infatilidade e da antecipação da alfabetização no currículo do 1º ano do ensino fundamental: conflitos, encontros, acordos e disputas na formação das crianças de seis anos*. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

\_\_\_\_\_; PARAÍSO, Marlucy Alves. Etnografia Educacional e Análise de Discurso: uma bricolagem metodológica para pesquisar currículos. *Revista e-Curriculum*. São Paulo, v. 14, n. 04, p. 1499-1526, out-dez 2016a.

\_\_\_\_\_; PARAÍSO, M. A.. Avaliações no currículo do primeiro ano do Ensino Fundamental: governo de professores/as e alunos/as e implementação do dispositivo de antecipação da alfabetização. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, p. 795-811, v. 11, n. 3, set./dez. 2016b.

CAMUS, Albert. *O estrangeiro*. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

\_\_\_\_\_. *A peste*. 6ª ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.

\_\_\_\_\_. *O avesso e o direito*. Rio de Janeiro: Record, 2018.

CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. *Pesquisa Narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa*. Uberlândia: EDUFU, 2015.

COHEN, J. J. *Pedagogia dos monstros - os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CONNELLY, F. Michael; CLANDININ, D. Jean. Relatos de experiencia e investiación narrativa. In: LARROSA, Jorge et. al. *Déjame que te cuente: ensayos sobre narrativa y educación*. Barcelona: Editorial Laertes, 1995.

CORAZZA, Sandra. *O que quer um currículo?: pesquisas pós-críticas em Educação*. Petrópolis: Vozes, 2001.

CP2 PESQUISAS. *Programa CEAPA/MG: relatório estatístico*. Belo Horizonte: Janeiro 2011, 284 p.

DREYFUS, H. e RABINOW, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ESTES, Clarissa Pinkola. *O jardineiro que tinha fé: uma fábula sobre o que não pode morrer nunca*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

\_\_\_\_\_. *O dom da história: uma fábula sobre o que é suficiente*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

FAVACHO, André M. P. Rir das solenidades de origem: ou o inesperado da pesquisa em educação. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n.2, p. 555-569, maio/ago. 2010.

\_\_\_\_\_. Currículo, subjetivação e experiência de si: contra os humanismos, os modismos e os relatos obtusos. *Currículo sem Fronteiras*, v. 16, n. 1, p. 488-508, set./dez. 2016

FOUCAULT, Michel. *Eu, Pierre Riviere, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão...* Um caso de parricídio do século XIX. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984a.

\_\_\_\_\_. Verdade e subjectividade (Howison Lectures). *Revista de Comunicação e Linguagem*. Edições Cosmos, Lisboa, n. 19, p. 203-223, 1993.

\_\_\_\_\_. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, H. & RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Universitária, 1995, p. 231-249.

\_\_\_\_\_. *Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

\_\_\_\_\_. A vida dos homens infames. In: \_\_\_\_\_. *Ditos e Escritos IV - Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 203-222.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

\_\_\_\_\_. Do governo dos vivos. In: \_\_\_\_\_. *Ditos e escritos IX - Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014a, p. 113-117.

\_\_\_\_\_. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. 4. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017a.

\_\_\_\_\_. *Malfazer, dizer verdadeiro*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.

GALEANO, Eduardo. *O livro dos abraços*. Porto Alegre: L&PM, 2017.

ILANUD. *Levantamento Nacional sobre Execução de Penas e Medidas Alternativas*. Relatório Final de Pesquisa. 2006. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/politicas-2/alternativas-penais-anexos/penasalternativasilanudcompleto.pdf>. Acesso em: 03/05/2017.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu. *O sujeito da educação*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 35-86.

\_\_\_\_\_. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. *Revista Brasileira de Educação*. n. 19, p.20-28, jan-abr 2002.

\_\_\_\_\_. Literatura, experiência e formação. In: COSTA, Marisa Vorraber. *Caminhos investigativos I: novos olhares na pesquisa em educação*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

\_\_\_\_\_. 20 minutos na fila: sobre experiência, relato e subjetividade em Imre Kertész. *Bolema*. Rio Claro, v. 28, n. 49, p. 717-743, ago 2014.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia Profana: danças, piruetas e mascaradas*. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

\_\_\_\_\_. *Tremores: escritos sobre experiência*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

LEITE, Fabiana. Sistema penal, segurança pública e prevenção social à criminalidade. In: BRETTAS, Kris; OLIVEIRA, Gleiber de Oliveira (Org.). *Olhares sobre a prevenção à criminalidade*. Belo Horizonte: Instituto Elo, 2009.

\_\_\_\_\_. Manual de gestão para as Alternativas Penais. Brasília: Departamento penitenciário nacional, 2017.

LISPECTOR, Clarice. *Crônicas para jovens: de escrita e vida*. Rio de Janeiro: Rocco Jovens Leitores, 2010.

LOPES, Paulo Victor Leite; LEITE, Fabiana (Org.). *Atendimento a homens autores de violência doméstica: desafios à política pública*. Rio de Janeiro: Iser, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MEYER, Dagmar E. Estermann. Corpo, violência e educação: uma abordagem de gênero. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Defesa Social. *Prevenção Social à Criminalidade: a experiência de Minas Gerais*. Belo Horizonte: CPEC/SEDS, 2009.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Defesa Social. *Política de Prevenção à Criminalidade*. Belo Horizonte: CPEC/SEDS, 2015.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Defesa Social. *Política de Prevenção à Criminalidade*. Belo Horizonte: CPEC/SEDS, 2017.

OTTO, Clarícia. O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces. Resenha: PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. 119 p. (Coleção História do Povo Brasileiro). *Estudos Feministas*. Florianópolis, 12(2), p. 237-253, maio-agosto 2004.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. A pesquisa narrativa: uma introdução. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*. v. 8, n. 2. Belo Horizonte, 2008.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Política da subjetividade docente no currículo da mídia educativa brasileira. *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 27, n. 94, p. 91-115, jan-abr 2006.

\_\_\_\_\_. *Pesquisas sobre currículos e culturas: temas, embates, problemas e possibilidades*. Curitiba: CRV, 2010.

\_\_\_\_\_. Currículo e formação profissional em lazer. In: ISAYAMA, Hélder Ferreira (Org.). *Lazer em estudo: currículo e formação profissional*. Campinas: Papyrus, 2010a.

\_\_\_\_\_. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, Dagmar E. Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves. *Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação*. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza, 2014.

\_\_\_\_\_. A ciranda do currículo com gênero, poder e resistência. *Currículo sem Fronteiras*. v. 16, n. 3, p. 388-415, set-dez 2016.

PELBART, Peter Pál. *A nau do tempo-rei: sete ensaios sobre o tempo da loucura*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

REIS, Cristina d'Ávila; PARAÍSO, Marlucy Alves. A constituição de corpos guerreiros em currículo escolar. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1243-1266, out-dez 2013.

REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005.

ROSA, João Guimarães. *Primeiras estórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

ROSE, Nikolas. Como se deve fazer a história do eu?. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, n. 26, p. 33-57, jan-jul. 2001.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Estudos Feministas*. Florianópolis, 12(2), maio-ago 2004.

SHELLEY, Mary. *Frankenstein*. São Paulo: Hedra, 2013.

SOUZA, Mércia Cardoso de; BARACHO, Luiz Fernando. A lei Maria da Penha: égide, evolução e jurisprudência no Brasil. *Revista Eletrônica do Curso de Direito - PUC Minas Serro*. n. 11, p. 79-106, jan-ago 2015.

## APÊNDICE

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da pesquisa: Infâmia, currículo e experiência de si: sobre outros possíveis num grupo para homens autores de violência contra a mulher

Instituição pesquisada: Programa Ceapa

Pesquisadora responsável: Prof<sup>ª</sup>Dr<sup>ª</sup> Maria Carolina da Silva Caldeira.

e-mail: mariacarolinasilva@hotmail.com/ fones: (31) 3409-6366

Pesquisadora Co-responsável: Patricia Souza Braga

e-mail: patriciasbraga@hotmail.com/ fones: (31) 99426-2324

Você está sendo convidado a participar como voluntário da pesquisa “Infâmia, currículo e experiência de si: sobre outros possíveis num grupo para homens autores de violência contra a mulher”. Esta tem por objetivo analisar a emergência da experiência de si, no currículo de um grupo reflexivo direcionado a homens autores de violência contra a mulher, tidos como infames, a partir dos modos de subjetivação acionados.<sup>52</sup>

Caso concorde em participar deste estudo, para a coleta das informações, serão feitas observações durante todos os encontros do grupo reflexivo do qual faz parte. Durante essas observações, serão realizados registros em caderno de campo. Para isso, será utilizado como instrumento caneta e caderno. Tais informações serão mantidas em arquivo, sob guarda da pesquisadora pelo período de 5 anos.

Os riscos previstos durante essa pesquisa são relacionados a desconfortos ou constrangimentos pela presença da pesquisadora co-responsável durante a execução do grupo. O senhor não terá qualquer tipo de despesa para participar da pesquisa e não receberá remuneração por sua participação.

As informações obtidas por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgadas em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação. As pesquisadoras

---

52

Rubrica de participante e de pesquisador

comprometem-se a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação dos indivíduos participantes.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, das pesquisadoras responsáveis. Esclarecemos que sua participação é voluntária e, portanto, o senhor não é obrigado a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação no acompanhamento que vem recebendo no Programa Ceapa. As pesquisadoras estarão à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário, em qualquer etapa da pesquisa.

Em caso de dúvida, o senhor poderá entrar em contato com as pesquisadoras responsáveis através dos telefones e endereços eletrônicos fornecidos neste termo. Informações adicionais **relativas às questões éticas da pesquisa** podem ser obtidas no Comitê de Ética em Pesquisa (COEP) da Universidade Federal de Minas Gerais pelo telefone (31) 3409 4592 ou pelo endereço: Avenida Antônio Carlos, 6627 Unidade Administrativa II – 2º andar, sala 2005 – Campus Pampulha, Belo Horizonte, MG – Cep: 31270 901.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, e que concordo em participar.

Belo Horizonte, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Assinatura do participante: \_\_\_\_\_

Assinatura da pesquisadora: \_\_\_\_\_